RENAN ALBERNAZ
ADVOGADOS ASSOCIADOS

EXCELENTÍSSIMA DÓRIS DE MIRANDA COUTINHO, CONSELHEIRA RELATORA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS,

PROCESSO Nº. 5074/2017
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS
EXERCICIO DE 2016

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO - TO B197DFD4B13C9F8
Protocolo: 01443/2019 Data: 08/02/2019 17:52:46
Origem: PREFEITURA MUNICIPAL
Mun.: TOCANTiNIA-TO CNPJ: 02.070.712/0001-02

MUNIZ ARAÚJO PEREIRA, Ex-Prefeito Municipal de Tocantínia, vem diante de Vossa Excelência, por meio de seu Advogado devidamente constituído, com fulcro no art. 65 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c art. 258 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, interpor o competente;

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA

APENSO AO PEDIDO DE REEXAME PROMOVIDO NOS AUTOS DO PROCESSO Nº. 5074/2017

Em desfavor do paradigma estabelecido pelo Parecer Prévio nº 104/2018 – TCE – Primeira Câmara, que manifestou pela rejeição das Contas Anuais Consolidadas do Município de Tocantínia relativas ao exercício de 2016, pelas razões de fato e de direito que passa a expor.

(63) 3225-2493
CONTATO@ALBERNAZADVOGADOS.COM
WWW.ALBERNAZADVOGADOS.COM.BR
ACSVSO 41, AV. LO-9, LOTE 28 A, 1º ANDAR, CENTRO, PALMAS-TO

1- SÍNTESE DOS FATOS

A egrégia Câmara Julgadora dessa emérita Corte de Contas, houve por bem considerar as razões e fundamentações contidas no Voto da Excelentíssima Conselheira Relatora, para manifestação e entendimento pela **REJEIÇÃO** das Contas Anuais Consolidadas do Município de Tocantínia relativas ao exercício de 2016.

Dessa forma, o Parecer Prévio na prestação de contas foi exarado dando conta de possíveis irregularidades capazes de ensejar a rejeição das contas, conforme discorrido no Voto, eis:

> 10.19. Recomendar a REJEIÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Tocantínia - TO, referente ao exercício financeiro de 2016, gestão do senhor Muniz Araújo Pereira, prefeito à época, nos termos dos artigos 1º inciso I, 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, ante a permanência das seguintes irregularidades:
>
> 1. Déficit de execução orçamentária no montante de R$ 911.671,30 (item 6.4 do relatório técnico, art. 1º, § 1º c/c 4º, I, "a" e 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e no art. 48, "b", da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964). Restrição de Ordem Legal Gravíssima.

2. Déficit financeiro consolidado no valor de R$ 84.880,44 (artigo 1º, §1º c/c com o artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal - Item 8.1 do relatório);

3. Registro contábil (empenho, liquidação e pagamento) das cotas de contribuição patronal do Ente devidas ao Regime Geral de Previdência Social atingiu o percentual de 14,55% dos vencimentos e remunerações inferior ao mínimo exigido de 20%. Tal omissão altera o resultado orçamentário, financeiro, patrimonial e o limite da despesa com pessoal, atingindo diretamente os servidores quando das suas respectivas aposentadorias, além de aumentar a dívida do município (arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991, Restrição de Ordem Constitucional e Legal Gravíssima - item 2.6 da IN 02/2013).

4. não aplicação do percentual mínimo de 25% da receita de impostos, compreendida a proveniente de transferências na manutenção e desenvolvimento do ensino (art. 212 da Constituição Federal e item 1.1 da IN TCE/TO nº 02/2013);

5. não aplicação de pelo menos 60% dos recursos do FUNDEB em remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício (art. 60 XII, do Ato

das Disposições Constitucionais Transitórios- Constituição Federal – item 1.2 da IN TCE/TO nº 02/2013).

O ponto paradigmático estabelecido no presente instrumento, seria o entendimento sedimentado no Parecer-prévio ao norte mencionado, que apresenta motivação divergente em outros julgados, o que autoriza, nos termos do Regimento Interno, o manejo do presente incidente.

A uniformização de jurisprudência é a eleição de uma tese acerca de questão jurídica controvertida, mediante a utilização de um dos instrumentos previstos a tanto no ordenamento jurídico, adequado à situação processual debatida.

Excelentíssimos Doutores Conselheiros, de uma análise limiar acerca da razões jurídicas esposadas em sede de prolação de Parecer-Prévio, resta clarividente a necessidade de uniformização da jurisprudência emanada pelas Cortes desta Corte de Contas por intermédio de suas Câmara julgadoras, conforme passamos a esposar.

2- DA TEMPESTIVIDADE E DA MEDIDA

Conforme dispõe o art. 65 da Lei Estadual nº 1.284/2001, o interessado poderá, em peça avulsa, dentro do prazo recursal, apresentar seu pedido de uniformização de jurisprudência, segundo o qual, deverá ser apresentados os paradigmas e razões que divergem umas com as outras, a fim de que o plenário decida pela prevalência de um deles.

O presente pedido segue acostado a pedido de reexame que, Conforme dispõe o art. 34, I, do Regimento Interno do TCE-TO, e art. 60 da Lei Estadual nº 1.284/2001, poderá ser formulado dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação do Parecer Prévio no órgão oficial de imprensa do Tribunal ou no Diário Oficial do Estado.

A medida proposta principal – PEDIDO DE REEXAME – é própria, porquanto a matéria em apreciação junto a esta Corte de Contas é da competência do Tribunal Pleno como reza o art. 59 da Lei Estadual nº 1.284/2001, sendo tempestiva, posto que dentro do prazo estabelecido no art. 60 do supracitado diploma legal, que é de 30 dias contados a partir da publicação da decisão no Boletim oficial desta Corte de Contas.

O PARECER PRÉVIO RECORRIDO FOI DISPONIBILIZADO EM 27 DE NOVEMBRO DE 2018, POR MEIO DO BOLETIM OFICIAL DO TCE/TO N° 2198 DESSA CORTE DE CONTAS.

Como determina a Lei nº 11.419/2006, a contagem dos prazos processuais terá início no primeiro dia útil seguinte ao considerado como data de publicação do Diário Eletrônico.

Desse modo, a edição disponibilizada n. 1938 do Boletim Oficial no site do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins – TCE, no dia 27 de novembro de 2018 constará como publicada no dia 28/11/2018, primeiro dia útil subsequente, abrindo a contagem de prazos a partir do dia 29/11/2018, considerando ainda, que a partir do dia 20 de dezembro de 2018 **os prazos processuais ficaram suspensos por ato da presidência dessa Corte de Contas,**

reabrindo contagem em 21 de janeiro de 2019(ato nº 259 de 04/12/2018).

Vale dizer, a partir da vigência do Novo Código de Processo Civil, tornou-se obrigatória aplicação de suas disposições, de forma supletiva e subsidiaria em processos administrativos, como dispõe o art. 15: ***Na ausência de normas que regulem processos*** *eleitorais, trabalhistas ou* ***administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente***. (sem destaque no original)

Portanto, o prazo começou a fluir em 29 de novembro, com término em **08/02/2019**. Não decorre outro entendimento, o presente pedido de uniformização é tempestivo.

DA NECESSIDADE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA.

DECISÕES VERTIDAS QUE APONTAM PARA HORIZONTES DIFERENTES

PARADIGMA.

Trago à baila o presente apontamento, no sentido de que e deparo cotidianamente com precedentes que, conforme fiz constar, apontam para horizontes completamente diferentes e que não trazem qualquer segurança jurídica para os jurisdicionados desta Corte.

À guisa de evolução jurisprudencial desta Corte, entendiam Vossas Excelências que o presente apontamento, após evidenciação de parcelamento da dívida junto ao órgão competente (INSS) já se fazia suficiente para o saneamento

do apontamento, a teor do que dispõe o código tributário nacional, artigo 151, VI, *in verbis:*

> Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:
> (*omissis*)
> VI – o parcelamento.

Nessa senda, a tese de que a regularização a prazo junto a autarquia gerenciadora do crédito já era suficiente para que o apontamento fosse superado e as contas fossem direcionadas pela regularidade com ressalvas ou emissão de parecer-prévio pela aprovação das contas.

Com o evoluir dos entendimentos junto a esta Corte (que vigora até os dias atuais) percebemos outra evolução, contudo sem aceitar a tese de que o mero parcelamento junto ao INSS não mais se fazia útil à condução da regularidade do apontamento.

Conforme se pode depreender, há manifesta divergência jurisprudencial nesta Corte de Contas quando o assunto é o recolhimento do percentual mínimo de verbas patronais previdenciárias dos Municípios.

Dessa forma, o Parecer Prévio na prestação de contas foi exarado dando conta de possíveis irregularidades capazes de ensejar a rejeição das contas, conforme discorrido no Voto, eis:

> 10.19. Recomendar a REJEIÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Tocantínia - TO, referente ao exercício financeiro de 2016, gestão do senhor Muniz Araújo Pereira, prefeito à época, nos termos dos artigos 1º inciso I, 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do

> Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, ante a permanência das seguintes irregularidades:
>
> (...)
>
> **3. Registro contábil (empenho, liquidação e pagamento) das cotas de contribuição patronal do Ente devidas ao Regime Geral de Previdência Social atingiu o percentual de 14,55% dos vencimentos e remunerações inferior ao mínimo exigido de 20%**. Tal omissão altera o resultado orçamentário, financeiro, patrimonial e o limite da despesa com pessoal, atingindo diretamente os servidores quando das suas respectivas aposentadorias, além de aumentar a dívida do município (arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991, Restrição de Ordem Constitucional e Legal Gravíssima - item 2.6 da IN 02/2013).

O ponto paradigma encontra-se satisfatoriamente posto, conforme destaque acima procedido.

O PARADIGMA!

Nessa senda, a teor do que dispõe o artigo 65, da LOTCE, necessário que a parte promova a evidenciação das decisões que se mostram divergentes, a

fim de que o Plenário, no uso de suas atribuições, proceda com a análise direta e fixe jurisprudência vinculativa aos demais casos postos em apreciação.

No caso concreto, Excelência, apesar de não concordar com as razões descritas no voto de Vossa Excelência, quando afastou os itens contidos nas razões de defesa apresentadas nos autos, sempre exarou brilhantemente os seus julgados, expressando e aplicando corretamente a lei e a Constituição Federal, inclusive respeitando o Princípio da Unidade[1] da Constituição e ainda da Concordância Prática[2] (ou harmonização).

Pois bem. Após leitura do voto e parecer prévio, buscou Gestor, verificar se as Câmaras, bem como, o Tribunal Pleno, em casos análogos, havia proferido decisões que apontassem para o sentido do direito aqui sustentado (REGISTRO CONTÁBIL DAS COTAS DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL), **e maior surpresa não lhe restou, senão verificar que essa Corte de Contas tem julgado regulares, AINDA QUE COM RESSALVAS, prestações de contas onde o registro contábil das cotas de contribuição previdenciárias devidas ao INSS, em proporções ínfimas, à margem prevista no art. 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/91.**

Para demonstrar este entendimento, pede-se *vênia* ao Relator e demais Membros dessa Casa de Contas, para colacionar nos presentes autos, decisões proferidas nesse Sodalício, que trazem em seu bojo o mesmo objeto e que

---

[1] O princípio da unidade consiste em uma especificação da interpretação sistemática. O fundamento para que uma norma não seja analisada isoladamente, mas em conjunto com as demais normas integrantes do sistema no qual está inserida, decorre da conexão e interdependência entre os elementos da Constituição. (Novelino, Marcelo. *Manual de direito constitucional. 8* ed. Ver e atual. – Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013. P.178)

[2] Este postulado também apresenta uma estreita ligação com o princípio da unidade, do qual se distingue por não atuar apenas diante de contradições normativas abstratas, mas principalmente nas colisões de direitos sociais ocorridas diante de um caso concreto. (Idem. P. 178).

contemplam, ainda, a mesma matéria, Prestação de Contas de Ordenador, como irregularidades passíveis de ressalvas. **DOC.01**

A título de exemplo transcreve-se alguns casos onde o registro contábil das cotas de contribuição patronal em margem inferior a 20%, foram objeto de ressalvas. Vejamos:

RESSALVAS EM JULGADOS DA PRIMEIRA CÂMARA – TCE/TO

PARECER PRÉVIO Nº 33/2017 – TCE/TO PRIMEIRA CÂMARA – RELATORA DÓRIS DE MIRANDA COUTINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 18,16% – RESSALVAS.

1) **PP 33/2017 – 1ª Câmara, Relator Dóris de Miranda Coutinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 18,16% (item 9.2 do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 95/2017 – TCE/TO PRIMEIRA CÂMARA – RELATORA DÓRIS DE MIRANDA COUTINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 18,66% – RESSALVAS.

2) **PP 95/2017 – 1ª Câmara, Relator Dóris de Miranda Coutinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 18,66% (item 9.2 do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 103/2017 – TCE/TO PRIMEIRA CÂMARA – RELATORA DÓRIS DE MIRANDA COUTINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 18,06% – RESSALVAS.

3) **PP 103/2017 – 1ª Câmara, Dóris de Miranda Coutinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 18,06% (item 9.2 do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 84/2017 – TCE/TO PRIMEIRA CÂMARA – RELATORA DÓRIS DE MIRANDA COUTINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 19,42% – RESSALVAS.

4) **PP 84/2017 – 1ª Câmara, Relator Dóris de Miranda Coutinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 19,42% (item 9.2 do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 14/2017 – TCE/TO PRIMEIRA CÂMARA – RELATOR SEVERIANO JOSÉ COSTANDRADE – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 10,01% – RESSALVAS.

5) **PP 14/2017 – 1ª Câmara, Relator Severiano José Costandrade de Aguiar;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 10,11% (item 9.47 do voto, ocorrência 02);

PARECER PRÉVIO Nº 7/2015 – TCE/TO PRIMEIRA CÂMARA – RELATORA DÓRIS DE MIRANDA COUTINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 19,19% – RESSALVAS.

6) **PP 7/2015 – 1ª Câmara, Relator Dóris de Miranda Coutinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 19,19% (item 10.18.3 do voto);

RESSALVAS EM JULGADOS DA SEGUNDA CÂMARA – TCE/TO

PARECER PRÉVIO Nº 84/2015 – TCE/TO SEGUNDA CÂMARA – RELATOR NAPOLEÃO SOUSA LUZ SOBRINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 11,49% – RESSALVAS.

1) **PP 84/2015 – 2ª Câmara, Relator Napoleão Sousa Luz Sobrinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 11.49% (item 18, do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 85/2015 – TCE/TO SEGUNDA CÂMARA – RELATOR NAPOLEÃO SOUSA LUZ SOBRINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 14,03% – RESSALVAS.

2) **PP 85/2015 – 2ª Câmara, Relator Napoleão Sousa Luz Sobrinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 14.03% (item 11, do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 119/2016 – TCE/TO SEGUNDA CÂMARA – RELATOR NAPOLEÃO SOUSA LUZ SOBRINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 18,23% – RESSALVAS.

3) **PP 119/2016 – 2ª Câmara, Relator Napoleão de Souza Luz Sobrinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 18,23% (item 10, do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 21/2017 – TCE/TO SEGUNDA CÂMARA – RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO LEONDINIZ GOMES – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 14,63% – RESSALVAS.

4) **PP 21/2017 – 2ª Câmara, Relator Conselheiro Substituto Leondiniz Gomes**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 14,63% (item I; letra "d", do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 56/2017 – TCE/TO SEGUNDA CÂMARA – RELATOR NAPOLEÃO SOUSA LUZ SOBRINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 18,33% – RESSALVAS.

5) **PP 56/2017 – 2ª Câmara, Relator Napoleão de Souza Luz Sobrinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 18,33% (item 8, do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 138/2017 – TCE/TO SEGUNDA CÂMARA – RELATOR NAPOLEÃO SOUSA LUZ SOBRINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 19,33% – RESSALVAS.

6) **PP 138/2017 – 2ª Câmara, Relator Napoleão de Souza Luz Sobrinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 19,33% (item 8, do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 82/2016 – TCE/TO SEGUNDA CÂMARA – RELATOR NAPOLEÃO SOUSA LUZ SOBRINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 19,82% – RESSALVAS.

7) **PP 82/2016 – 2ª Câmara, Relator Napoleão de Souza Luz Sobrinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 19,82% (item 18, do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 9/2017 – TCE/TO SEGUNDA CÂMARA – RELATOR NAPOLEÃO SOUSA LUZ SOBRINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 18,84% – RESSALVAS.

8) **PP 9/2017 – 2ª Câmara, Relator Alberto Sevilha;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 18,84% (item II, letra "b" do PP);

PARECER PRÉVIO Nº 81/2017 – TCE/TO SEGUNDA CÂMARA – RELATOR NAPOLEÃO SOUSA LUZ SOBRINHO – REGISTRO CONTÁBIL DE COTAS PATRONAIS DEVIDAS AO INSS NA MARGEM DE 18,26% – RESSALVAS.

9) **PP 81/2017 – 2ª Câmara, Napoleão de Souza Luz Sobrinho;**

Foram ressalvados recolhimentos a menor no percentual de 18,26% (item 7 do PP);

Veja, Ilustríssima, a questão precisa ser pacificada no âmbito desta Corte, ao passo que situações idênticas àquelas apuradas nos presentes autos foram objeto de ressalvas e recomendações, enquanto destoa completamente quando do julgamento destas contas.

Verifica-se que o conjunto probatório trazido aos autos evidenciou cumprimento próximo ao que tem ressalvado, inclusive Vossa Excelência.

Contudo, temos plena ciência de que os presentes autos não se prestam a sanear a inconsistência apontada em sede de processo originário, daí a razão de ter sido oposto recurso de reexame, oportunidade em que a matéria encontrar-se-á devidamente debatida.

MERECE DESTAQUE EM PARTICULAR O CASO DO PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 53/2018 2ª CÂMARA ONDE **O RELATOR ENTENDEU RESSALVAR EM MARGEM BEM INFERIOR À QUESTIONADA NESTES AUTOS (PROCESSO Nº 4742/2017) EM SEDE REEXAME O REGISTRO CONTÁBIL DAS COTAS DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DEVIDAS AO**

INSS QUE NAQUELE CASO ALCANÇOU APENAS A MARGEM DE 1,26%.

Frise-se o gestor à época foi revel nos autos, (processo nº 5795/2017) e mesmo assim o relator ressalvou o apontamento conforme destaca-se logo abaixo:

REGISTRO CONTÁBIL DA CONTRIBUIÇÃO PATRONAL NA MARGEM DE 1,26% OBJETO DE RESSALVAS/ PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO.

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº 53/2018 2ª CÂMARA

1. Processo: 5795/2017

2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas 2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas do Prefeito – Consolidadas 2016

3. Origem: Prefeitura Municipal de Carmolândia - TO

4. Responsável: Sebastião de Gois Barros – CPF: 612.257.701-49

5. Relator: Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves

6. Representante do MP: Procurador de Contas Zailon Miranda Labre Rodrigues

7. Procurador constituído: não há

EMENTA: MUNICÍPIO DE CARMOLÂNDIA. EXERCÍCIO DE 2016. CONTAS CONSOLIDADAS. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. DÉFICIT FINANCEIRO DE BAIXA

EXPRESSIVIDADE, ÍNDICES DE LIQUIDEZ MENORES QUE UM, NOTAS EXPLICATIVAS FORA DOS PADRÕES MCASP E NBCT. **FALHAS DE BAIXA EXPRESSIVIDADE QUE NÃO IMPACTARAM NA AVALIAÇÃO DAS CONTAS**. **PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO.** RECOMENDAÇÕES. REMESSA À CÂMARA MUNICIPAL.

Eis aqui a recomendação do parecer prévio supra no tocante ao recolhimento das obrigações patronais:

> **i) Proceder o levantamento das contribuições previdenciárias e patronais, e, caso apure recolhimento a menor**, adote as providências previstas na legislação;

Como dito, merece destaque ainda as anotações no voto do relator onde o Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves ressalva o apontamento relativo ao recolhimento a menor da contribuição patronal devida ao INSS, sendo que esta alcançou a cifra máxima de 1,26%, quando a legislação requer o seja recolhida no patamar de 20%. Vejamos:

> **9.4. DEMAIS ITENS DA ANÁLISE**
>
> 9.4.2. Observa-se que o responsável deixou de observar, assim como nas contas relativas ao exercício de 2015, aos preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade

Aplicada ao Setor Público (NBCT 16.6) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - (item 05.08.00), quanto à elaboração das Notas Explicativas.

9.4.3. Contudo, mantendo o entendimento já exarado na análise das Contas Consolidadas antecessoras, pondero que, no contexto apresentado nas presentes contas, estas serão objeto de recomendação, no sentido de que nas próximas prestações de contas o órgão inclua em notas explicativas os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, e outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

9.4.4. No que diz respeito ao recolhimento das contribuições patronais, no percentual de 1,26%, relacionado no Despacho nº 32/2018, CONVERTO EM RESSALVAS, porquanto do exame das informações que compõem os autos, concluo que o conjunto probatório carece de outros documentos, tais como a GFIP dos outros órgãos e folha de pagamento, permitindo realizar o cruzamento das informações, haja vista que essa análise não é linear face a existência de outros fatores que

interferem nos cálculos. **(grifamos)**.

9.4.5. Desta maneira, a partir do já exposto, recomendo ao responsável que proceda com o levantamento das contribuições previdenciárias e patronais, e, caso apure recolhimento a menor, adote as providências previstas na legislação.

Veja, Ilustríssimo, a questão precisa ser pacificada no âmbito desta Corte, ao passo que **SITUAÇÕES IDÊNTICAS ÀQUELAS APURADAS NOS PRESENTES AUTOS FORAM OBJETO DE RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÕES, E EM ÍNDICES BEM INFERIOR AO LIMITE LEGAL**, enquanto que pode destoar completamente quando do julgamento destas contas. Para tanto destaca-se alguns dos precedentes dessa Corte de Contas:

DOS PEDIDOS

A vista do exposto, com base no disposto no Regimento Interno e Lei orgânica deste Tribunal, requer-se:

a) O processamento do presente incidente, a fim de que sejam analisados os Acórdãos e PP´s que seguem acostados e pacificada a jurisprudência acerca do apontamento-paradigma;

b) Seja dado provimento ao presente pedido, dignando-se Vossa Excelência em estender os efeitos deste aos autos do Pedido de Reexame, já que o único ponto vertido rege-se na discussão acerca

do limite razoável de ressalvas acerca do recolhimento da contribuição patronal previdenciária.

c) Oitiva do Ministério Público de Contas;

d) Intimação pessoal deste Advogado a fim de cientificá-lo acerca de data e hora de julgamento do presente incidente.

Palmas – TO, data do protocolo.

Renan Albernaz de Souza
Advogado
OAB/TO - 5365

DOC. 01

PRIMEIRA CÂMARA

DECISÕES DA CORTE DE CONTAS EM QUE O REGISTRO CONTÁBIL DA COTA PATRONAL DEVIDA AO INSS FOI OBJETO DE RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÃO.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO – TCE – 1ª Câmara

1. Processo nº: 4251/2015
2. Classe de assunto: 4. Prestação de Contas
2.1. Assunto: 2. Prestação de Contas do Prefeito – Consolidadas 2014
3. Responsáveis: Leila de Sousa Araújo Rocha – Prefeita; Leila Morais da Silva – Controle Interno; e Eduardo Lopes da Silva – Contador
4. Órgão: Prefeitura de Barrolândia/TO
5. Relator: Conselheiro Severiano José Costandrade de Aguiar
6. Representante do Ministério Público: Procurador Márcio Ferreira Brito
7. Procurador constituído nos autos: Márcio Oliveira Junior – OAB/TO nº 5.314

EMENTA: PARECER PRÉVIO. MUNICÍPIO DE BARROLÂNDIA-TO. CONTAS CONSOLIDADAS. LIMITES CONSTITUCIONAIS DE APLICAÇÃO MÍNIMA NAS AÇÕES DE SERVIÇOS SAÚDE, MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO ATENDIDOS. RECOMENDAÇÃO PELA APROVAÇÃO. ENCAMINHAMENTO DE CÓPIAS. REMESSA DOS AUTOS À CÂMARA MUNICIPAL.

8. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 4251/2015, os quais versam sobre a Prestação de Contas Consolidadas da senhora Leila de Sousa Araújo Rocha – Prefeita de Barrolândia -TO, referente ao exercício financeiro de 2014.

Considerando que a manifestação ora exarada se baseia exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2014;

Considerando que a análise técnica efetuada sobre as contas da Prefeita de Barrolândia-TO, referente ao exercício de 2014, bem como a emissão deste Parecer Prévio, não interfere nem condiciona o posterior julgamento, por este Tribunal, das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Município, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outras irregularidade de que resulte prejuízo ao erário, nos termos do art. 33, II, da Constituição Estadual;

Considerando, por fim, a documentação analisada, divergindo do Parecer da ilustre Auditoria e do entendimento da douta representação do Ministério Público junto ao TCE;

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

8.1. Emitir Parecer Prévio pela APROVAÇÃO das Contas Consolidadas do Município de Barrolândia – TO, que integram o Balanço Geral do exercício de 2014, na gestão da senhora Leila de Sousa Araújo Rocha – Prefeita, na conformidade dos arts. 1º, inciso I, 10, inciso III, e 103 da Lei nº 1.284/2001, c/c com os arts. 28 e 32 do Regimento Interno.

8.2. Recomendar ao gestor do Município de Barrolândia – TO que:

a) faça o recolhimento das contribuições patronais junto ao Regime Geral de Previdência Social, de forma tempestiva e no percentual previsto, conforme estabelecem os arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991;

b) os setores de Contabilidade, Controle Interno e Patrimônio não envidem esforços com o objetivo de regularizar as falhas apontadas nas presentes contas, levando em consideração as orientações e normas contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nos Princípios Fundamentais de Contabilidade e no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP/TCE-TO;

c) as despesas com os servidores efetivos, comissionados ou contratados, e ainda, a terceirização de mão-de-obra que se refere à substituição de servidores, devem ser empenhadas no grupo de despesa 1 (um), classificada no elemento correspondente à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 163/2001, bem como alertar, que a partir do exercício de 2018, todas as despesas terceirizadas com a execução de serviços voltados as áreas administrativa, contábil, jurídica e saúde, serão inclusa no limite de despesa com pessoal.

8.3. Recomendar ao Poder Legislativo que:

a) efetue a verificação do cumprimento, por parte do Executivo Municipal, de todas as recomendações constantes nos itens anteriormente mencionados;

b) observe, quando do julgamento das presentes contas, o disposto no art. 31, §2º, da Constituição Federal;

c) observe que, nos termos do art. 107 da Lei nº 1.284/2001, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas pela Câmara Municipal a esta Corte de Contas.

8.4. Determinar juntada de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio às contas do ordenador de despesa da Prefeitura de Barrolândia-TO, relativas ao exercício financeiro de 2014, de modo que as ocorrências sejam remetidas para maiores análises nas contas de ordenador de despesa, subsidiando o julgamento da mesma;

8.5. Determinar a publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal, para que surtam os efeitos legais necessários;

8.6. Encaminhar cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio à Receita Federal do Brasil para conhecimento e providências quanto ao recolhimento das contribuições patronais;

8.7. Determinar o encaminhamento dos presentes autos à Coordenadoria de Protocolo Geral, para remessa à Câmara Municipal de Barrolândia-TO para as providências quanto ao julgamento das contas.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado, aos _____ dias do mês de _____ de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

JOSE WAGNER PRAXEDES - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO - Matricula: 234036

Código de Autenticação: 1e836bde528ee9261659a977686b7134 - 14/03/2017 14:55:28

SEVERIANO JOSE COSTANDRADE DE AGUIAR - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE - Matricula: 240032

Código de Autenticação: 0cfbefbf61dbf71000e0ce65245b86ec - 14/03/2017 15:04:16

OZIEL PEREIRA DOS SANTOS - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 239924

Código de Autenticação: d147c82035885a8e134e71fdd20a5882 - 14/03/2017 15:36:48

DORIS TEREZINHA PINTO CORDEIRO M COUTINHO - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 239011

Código de Autenticação: bb2556bd109333a8852da206358d8896 - 14/03/2017 15:27:26

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

ACÓRDÃO TCE/TO Nº /2016 – 2ª Câmara

1. Processo nº:	2357/2014 e apenso: 4165/2014
2. Classe de Assunto:	4. Prestação de Contas
2.1 Assunto:	12. Prestação de Contas de Ordenador 2013
3. Responsáveis:	Jader Jaime Félix Pinheiro - Gestor, CPF: 018.359.813-05 Jorge Ribeiro Carvalho - Controle Interno, CPF: 218.864.662-20 Amaurílio Cândido de Oliveira - Contador, CPF: 003.494.251-32 Milci Competini dos Santos Sousa - Presidente da Comissão de Licitação, CPF: 000.534.461-19
4. Órgão:	Prefeitura Municipal de Praia Norte - TO
5. Relator:	Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do Ministério Público:	Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes
7. Procurador constituído nos autos:	Não há

EMENTA: PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE-TO. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE ORDENADOR DE DESPESAS. EXERCÍCIO DE 2013. ACOLHER O RELATÓRIO DE AUDITORIA. CONTAS IRREGULARES. IMPUTAÇÃO DE DÉBITO. APLICAÇÃO DE MULTA. ENVIO DE CÓPIA DO RELATÓRIO, DO VOTO E DA DECISÃO AOS RESPONSÁVEIS E AO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL. PUBLICAÇÃO. REMESSA DOS AUTOS AO CARTÓRIO DE CONTAS, À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO E À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL.

8. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de nº 2357/2014 e 4165/2014, que tratam da Prestação de Contas de Ordenador de Despesas da Prefeitura Municipal de Praia Norte - TO e Auditoria de Regularidade, referente ao exercício financeiro de 2013, sob a responsabilidade do Senhor **Jader Jaime Félix Pinheiro**, Gestor.

Considerando que prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assuma obrigações de natureza pecuniária;

Considerando que os responsáveis foram devidamente citados para o exercício constitucional do contraditório e da ampla defesa;

Considerando os Pareceres nºs 620/2016 e 1158/2016, do Corpo Especial de Auditores e do Ministério Público de Contas junto a este Tribunal;

Considerando ainda tudo mais que dos autos consta:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 1º, inciso II, 10, inciso I, 85, inciso III "b" e "c" e 88 da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, c/c art. 295, XIII do Regimento Interno deste Tribunal de Contas, em:

8.1 acolher os termos do Relatório de Auditoria referentes ao período de janeiro a dezembro de 2013 (Processo nº 4165/2014);

8.2 julgar irregulares as contas da Prefeitura Municipal de Praia Norte - TO, sob a gestão do Senhor **Jader Jaime Félix Pinheiro**, referente ao exercício de 2013, com fundamento nos arts. 10, I e 85, III, "b" e "c" da Lei Estadual nº 1.284/2001, tendo em vista as seguintes irregularidades:

I) Os créditos orçamentários, inicialmente autorizados, sofreram alteração acima do limite previamente autorizado na LOA, descumprindo ao que dispõe o art. 167 da Constituição Federal. Restrição de Ordem Grave (Item 6.1 da IN TCE/TO nº 02 de 2013). Item 4.1 do Relatório de Análise;

II) Ausência de retenção de Imposto de Renda na Fonte - IRRF e contribuição ao INSS, de prestadores de serviços, no montante de R$ 2.563,93. Legislação, Lei Federal nº 8.429/92 e Lei Federal nº 12.469/2011. Item 3.1 do Relatório de Auditoria;

III) Emissão de cheques no valor de R$ 34.865,32, sem a devida provisão de fundos, acarretando em pagamentos de tarifas bancárias no montante de R$ 316,86, em desconformidade ao que determina o art. 4ª, VII e X do Decreto-Lei nº 201/67 e artigo 171, § 2º, VI do Código Penal Brasileiro. Item 3.2 do Relatório de Auditoria;

IV) Pagamento de professores empenhadas na Fonte de Recursos do FUNDEB 40%, quando o correto é 60%, no montante de R$ 65.699,99, em desconformidade ao que determina a Lei Federal nº 11.494 de 20 de junho de 2007. Item 3.3 do Relatório de Auditoria;

V) Ausência de documentação que comprove a efetiva realização de viagens no montante de R$ 77.191,84, em descumprimento ao princípio da moralidade da Administração Pública constante no caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. Esta irregularidade se enquadra no inciso XI do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 e artigo 1º, inciso V do Decreto-Lei nº 201/67. Item 3.5 do Relatório de Auditoria;

VI) Ausência de retenção de INSS dos prestadores de serviços, sendo de diversas modalidades, somando a importância de R$ 15.567,20, em desacordo com o caput do artigo 37 da Constituição Federal de 1988. A irregularidade mencionada se enquadra no inciso XI do artigo 9º da Lei Federal nº 8.429/92 e artigo 1º inciso V do Decreto-Lei nº 201/67. Item 3.5 do Relatório de Auditoria;

VII) Pagamento de conta de energia elétrica após a data de vencimento, ocasionando multas/juros no montante de R$ 939,99, em desconformidade ao que determina o art. 1º, V do Decreto-Lei nº 201/67. Item 3.6 do Relatório de Auditoria;

VIII) Realização de despesa para aquisição de materiais de limpeza para uso nas Escolas Municipais no valor de R$ 13.486,70, sem o devido procedimento licitatório, infringindo os arts. 2º e 3º da Lei Federal nº 8.666/93. Item 3.7 do Relatório de Auditoria;

IX) Irregularidades constatadas nos processos licitatórios (Carta Convite: 004, 009, 015, 023, 025, 026, 046 e 063/2013 e Tomada de Preço: 002, 004, 006, 012/2013). Item 3.8 do Relatório de Auditoria.

8.3 imputar débito, ao Senhor **Jader Jaime Félix Pinheiro**, Gestor e solidariamente ao Senhor **Jorge Ribeiro Carvalho**, Responsável pelo Controle Interno, ambos da Prefeitura Municipal de Praia Norte no exercício de 2013, no valor total de **R$ 96.579,82** (noventa e seis mil, quinhentos e setenta e nove reais e oitenta e dois centavos) referente às irregularidades constantes no **item 8.2, subitens "II, III, V, VI e VII"** desta Decisão, que deverá ser atualizado monetariamente pelos índices da legislação em vigor, nos termos dos arts. 38 e 88 *caput* da Lei Estadual nº 1.284/2001, com fixação do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento do débito aos cofres do Tesouro Municipal;

8.4 aplicar, individualmente ao Senhor **Jader Jaime Félix Pinheiro**, Gestor e ao Senhor **Jorge Ribeiro Carvalho**, Responsável pelo Controle Interno, ambos da Prefeitura Municipal de Praia Norte, no exercício de 2013, multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor do débito imputado no **item 8.3** desta Decisão, com fundamento no art. 38 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c art. 158 do Regimento Interno deste Tribunal, com fixação do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da multa à conta do Fundo de Aperfeiçoamento e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas;

8.5 aplicar multa ao Senhor **Jader Jaime Félix Pinheiro**, Gestor da Prefeitura Municipal de Praia Norte, no exercício de 2013, no valor total de R$ 2.000,00 (dois mil reais), sendo R$ 500,00 (quinhentos reais) para cada uma das irregularidades constantes no **item 8.2, subitens "I, IV, VIII e IX"** desta Decisão, com fundamento no art. 39, II da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c art. 159, II do Regimento Interno deste Tribunal, com fixação do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da multa à conta do Fundo de Aperfeiçoamento e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas;

8.6 aplicar multa ao Senhor **Jorge Ribeiro Carvalho**, Responsável pelo Controle Interno da Prefeitura Municipal de Praia Norte, no exercício de 2013, no valor total de **R$ 1.000,00** (mil reais), sendo R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para cada uma das irregularidades constantes no **item 8.2, subitens "I, IV, VIII e IX"** desta Decisão, com fundamento no art. 39, II da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c art. 159, II do Regimento Interno deste Tribunal, com fixação do prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação, para comprovar,

perante o Tribunal, o recolhimento da multa à conta do Fundo de Aperfeiçoamento e Reequipamento Técnico do Tribunal de Contas.

8.7 Emitir as seguintes ressalvas e determinações:

8.7.1 Ressalvas:

1) Despesa com Pessoal ficou acima do máximo estabelecido pelo art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal;

2) Recolhimento das contribuições patronais do Ente à instituição de previdência atingiu o percentual de 14,03% dos vencimentos e remunerações, não se cumprindo os arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991.

8.7.2 Determinações:

1) Cumprir as deliberações estabelecidas na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto aos índices de Despesa com Pessoal;

2) Proceder o pagamento da parte do empregador integralmente, sendo de 22% (20% da Parte Patronal mais (+) 2% do Risco Ambiental do Trabalho - RAT), conforme previsto na Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

3) Utilizar corretamente o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, levando em consideração os normativos técnicos contidos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP;

4) Conciliar valores entre a **Relação de Bens do Ativo Imobilizado** informado por meio do arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" com os registros contábeis do **Balancete de Verificação** contas: 1231000000000000 (Bens Móveis), 1232000000000000 (Bens Imóveis) e 1238000000000000 (Depreciações) dentre outras informações necessárias para apuração do **Ativo Imobilizado**;

5) Conferir os dados encaminhados por meio dos Arquivos: "Empenhos", "Liquidações" e "Pagamentos", oriundos de exercícios anteriores, para a correta evidenciação dos Anexos I e II do **Balanço Orçamentário**, referentes a execução de **restos a pagar**;

6) Adotar procedimentos de controle e conferência de forma que o valor da geração líquida de caixa evidenciada na "**Demonstração dos Fluxos de Caixa**" seja consistente, e, inclusive, coincida com a diferença entre saldos iniciais e finais da conta de caixa e equivalentes de caixa (1.1.1.1) expostos no final do demonstrativo;

7) Analisar os lançamentos e saldos contábeis registrados nas classes 3 (variações diminutivas) e 4 (variações aumentativas) e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária: (4.4.0.0.0.00.00.00.00.000 e 4.5.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Ativo; 4.6.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Passivo; 2.1.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Passivo e 2.2.0.0.0.00.00.00.00.000 e 2.3.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Ativo), grupos utilizados para elaborar a **DVP** "Demonstração das Variações Patrimoniais" que evidencia as variações qualitativas (Incorporação e Desincorporação de Ativos e Passivos) e quantitativas ocorridas, bem como, o resultado patrimonial apurado no exercício;

8) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: O primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e, o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

9) Adotar medidas para que as informações relativas ao enfoque dado pela Lei Federal nº 4.320/64, evidencie o atributo de cada conta, se financeiro ou permanente. No exercício é necessário observar por meio do balancete, as marcações das contas na coluna do Indicador do Superávit Financeiro, sendo "F" de Financeiro e "P" de Permanente;

10) Efetuar os registros contábeis na classe 7 e 8, referentes a controles inclusive de obrigações oriundas de contratos e convênios assinados, para que ao final do Demonstrativo "Balanço Patrimonial" no campo compensações sejam evidenciados os atos que possam vir a afetar o Patrimônio e as obrigações executadas e a executar, e;

8.8 Determinar:

8.8.1 o envio de cópia do Relatório, Voto e Decisão aos responsáveis, nos termos do art. 205, do Regimento Interno deste Tribunal;

8.8.2 a publicação da decisão no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do artigo 27 da Lei Estadual nº 1.284/2001 e art. 341, § 3º do Regimento Interno deste Tribunal para que surta os efeitos legais necessários;

8.8.3 o envio dos autos ao Cartório de Contas deste Tribunal para as providências de sua alçada, autorizando desde já o pagamento parcelado da dívida atualizada, monetariamente, com fundamento no art. 94 da Lei Estadual nº 1.284/2001;

8.8.4 o envio de cópia do Relatório, Voto e Decisão, ao Ministério Público Estadual para as medidas que entender cabíveis e juízo de prelibação sobre possíveis práticas de crimes;

8.8.5 autorizar desde logo, nos termos do art. 96, inciso II, da Lei Estadual nº 1.284, de 17 de dezembro de 2001, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

8.8.6 alertar aos responsáveis que o prazo para interposição de recurso será contado a partir da data da publicação da decisão no Boletim Oficial do Tribunal de Contas;

8.9 após as formalidades legais remeter os autos à Diretoria Geral de Controle Externo para proceder aos devidos assentamentos, visando subsidiar o planejamento e execução das atividades de controle externo do Tribunal de Contas na sua área de atuação e, em seguida, encaminhar à Coordenadoria de Protocolo Geral para as providências de mister.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de agosto de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 09/08/2016 15:49:37

JOSE ROBERTO TORRES GOMES - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 239916

Código de Autenticação: c103f81d7e90d688d4f883d7acc05367 - 09/08/2016 15:46:28

9. VOTO

9.1. Versam os presentes autos sobre Prestação de Contas Consolidadas da senhora Leila de Sousa Araújo Rocha – Prefeita de Barrolândia/TO, referente ao exercício financeiro de 2014, encaminhada a esta Corte de Contas nos termos do artigo 33, II, da Constituição Estadual e artigo 1°, II, da Lei n° 1.284/2001.

9.2. A prestação de contas foi assinada digitalmente pelo gestor, controle interno e contador, e gerada com base nos dados contábeis da 8ª remessa de dados do SICAP – Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública, que ingressou neste Tribunal em 15/04/2015, portanto, dentro do prazo previsto no artigo 26 do Regimento Interno TCE-TO.

9.3. O Tribunal de Contas, na apreciação das contas consolidadas, considerará o comportamento do prefeito municipal no exercício das funções políticas de planejamento, organização, direção e controle das políticas públicas.

9.4. O artigo 103 da Lei n° 1.284/2001 – Lei Orgânica, descreve que:

> Art.103. O parecer prévio a que se refere o art. 1°, inciso I desta Lei, consistirá em apreciação geral e fundamentada da gestão orçamentária, patrimonial e financeira havida no exercício, devendo demonstrar se o Balanço Geral do Município representa adequadamente a posição financeira, orçamentária e patrimonial do Município em 31 de dezembro, bem como se as operações estão de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade aplicados a administração pública municipal, concluindo por recomendar a aprovação ou rejeição das contas.

9.5. Em atendimento ao artigo 32 do Regimento Interno, o parecer prévio fará remissão à análise geral fundamentada no Relatório Técnico n° 101/2015, da lavra da 1ª Diretoria de Controle Externo, efetuando, todavia, os devidos acréscimos que entendo necessário para melhor fundamentar meu Voto e Parecer Prévio.

9.6. Considerando o detalhamento contido na instrução das contas, destaco como de maior relevância os tópicos da gestão contábil, orçamentária, financeira e patrimonial, relativos à responsabilidade fiscal e o atendimento das vinculações constitucionais.

9.7. Gestão Orçamentária - o orçamento público é mecanismo fundamental de atuação dos governantes, mostra seus planos de intenções de gestão pública, visando o bem-estar e os interesses da sociedade, além de servir de instrumento de acompanhamento da execução das políticas públicas.

9.8. A Constituição Federal de 1988 estabelece, em seu art. 165, que é de competência do Poder Executivo a elaboração de um sistema orçamentário com o objetivo de criar um processo de planejamento de longo, médio e curto prazo, mediante a integração entre plano e orçamento. Isto significa que a Lei Orçamentária Anual - LOA deverá ter como guia os parâmetros e diretrizes apontados na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, e esta, por sua vez, deverá ser balizada pelo Plano Plurianual - PPA, inaugurando-se então, um novo marco no que diz respeito à distribuição de competências no processo orçamentário. Temos, assim, a obrigatoriedade de elaborar não apenas um orçamento anual, mas um sistema orçamentário

composto das seguintes peças, destacando o conteúdo obrigatório de cada um, as metas fixadas e respectivas execuções:

- Plano Plurianual – PPA;
- Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Lei Orçamentária Anual – LOA.

9.9. A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), ao introduzir novos conteúdos à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA), enfatiza o processo de planejamento-orçamento, ratificando a determinação constitucional quanto à compatibilidade entre os três instrumentos de planejamento e a necessidade de adoção, pela administração pública, de um sistema de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

9.10. Na elaboração da Lei Orçamentária Anual, as previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante, e serão acompanhadas de demonstrativos de sua evolução dos últimos três anos da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas, conforme determina a LRF.

9.11. A Lei Municipal nº 114/2013 aprovou o orçamento geral do Município de Barrolândia-TO para o exercício de 2014, estimando as receitas e fixando as despesas no valor de R$ 15.305.000,00 e, ainda, ficou autorizado ao Poder Executivo abrir créditos suplementares até o limite de 100% sobre o total da despesa nela fixada, utilizando como recursos a reserva de contingência, operações de crédito, anulação de dotações do próprio orçamento, bem como excesso de arrecadação do exercício, realizado e projetado, como também o superávit financeiro, se houver, do exercício anterior.

9.12. Os créditos orçamentários inicialmente autorizados foram alterados no decorrer do presente exercício ficando assim demonstrados:

DESCRIÇÃO	VALOR
Orçamento Inicial	15.305.000,00
Créditos Suplementares (+)	15.305.000,00
Créditos Especiais Extraordinários (+)	0,00
Excesso de Arrecadação (+)	0,00
Reduções (-)	(8.111.740,72)
Total dos Créditos Orçamentários (=)	**15.305.000,00**

Fonte: Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Exercício de 2014

9.13. O orçamento foi alterado através de abertura de créditos suplementares no valor de R$ 8.111.740,72, representando 53% das despesas fixadas no orçamento, não excedendo o percentual estabelecido na LOA.

9.14. As alterações ocorridas no orçamento, apesar de estarem amparadas pela Lei Municipal nº 114/2013, em seu art. 6º, resultaram em significativas mudanças em relação ao orçamento inicialmente aprovado.

9.15. É oportuno ressaltar que os limites para alterações não devem ser demasiados para não desvirtuar o planejamento inicial, por ser um instrumento de exaustivo planejamento e de transparência das ações de governo. Todavia, é prudente que se mantenha certa margem de autorização ao Poder Executivo, de modo a facilitar a execução do orçamento e o cumprimento dos objetivos da Administração Pública.

9.16. Distribuição dos recursos por Poderes: a tabela seguinte demonstra a distribuição dos recursos por Poderes, inicialmente orçados para os Poderes Executivo e Legislativo.

Poderes	Recursos
1. PODER LEGISLATIVO	**510.000,00**
4. PODER EXECUTIVO	**14.795.000,00**
T O T A L	**15.305.000,00**

Fonte LOA nº 114/2013

9.17. Informações preliminares sobre os programas:

9.18. Em cumprimento ao dispositivo constante no art. 165, § 2º, da Constituição Federal, conjugado com o art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal, o governo determinou, no art. 5º da Lei 1.923/2012 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, que ações prioritárias da Administração Municipal e suas respectivas metas para o exercício financeiro de 2013 estarão definidas na Lei de Revisão do Plano Plurianual – PPA.

9.19. **Programa**: é o instrumento de organização da ação governamental com vistas ao enfrentamento de um problema. Articula um conjunto coerente de ações necessárias e suficientes para enfrentar o problema, de modo a superar ou evitar as causas identificadas, como também aproveitar as oportunidades existentes.

9.20. **Atividade**: é o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resultam um produto necessário à manutenção da ação de governo.

9.21. **Projeto**: é instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam num período limitado de tempo, das quais resultam um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.

9.22. **Operações especiais**: são ações que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resultam produtos e não geram contraprestações diretas sob a forma de bens ou serviços.

9.23. **Indicador**: elemento capaz de medir a evolução do problema. Permite a mensuração dos resultados alcançados com a execução do programa. É geralmente apresentado como uma relação ou taxa entre variáveis relevantes.

9.24. O quadro a seguir apresenta os programas inclusos na Lei Orçamentária Anual, enviados através do SICAP/Contábil. Vejamos:

PROGRAMA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	VALOR EMPENHADO	% EMPENHADO x INICIAL	% EMPENHADO x ATUALIZADA
0001 - PROCESSO LEGISLATIVO	510.000,00	510.000,00	465.999,72	91,37	91,37
0002 - ADMINISTRACAO GERAL	2.350.000,00	4.187.664,23	3.427.994,94	145,87	81,86
0003 - SEGURANCA PUBLICA	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
0005 - MODERNIZACAO DA ADMINISTRACAO PUBLICA	50.000,00	50.000,00	32.672,39	65,34	65,34
0009 - COMUNICACAO	110.000,00	217.999,29	194.667,49	176,97	89,30
0010 - SANEAMENTO BASICO	540.000,00	70.720,70	0,00	0,00	0,00
0011 - HABITACAO	1.200.000,00	340.695,22	0,00	0,00	0,00
0012 - LIMPEZA PUBLICA	170.000,00	110.000,00	30.363,78	17,86	27,60
0013 - INFRA-ESTRUTURA URBANA E RURAL	1.550.000,00	943.983,83	522.141,63	33,69	55,31
0014 - PAVIMENT. URBANA, MANUT. DE VIAS RURAIS	500.000,00	1.184.199,40	496.650,67	99,33	41,94
0015 - FORTALECIMENTO DA AGROPECUA COMUNITARIA	390.000,00	279.488,16	154.811,45	39,70	55,39
0019 - ENSINO FUNDAMENTAL	3.050.000,00	2.662.380,03	2.140.513,87	70,18	80,40
0020 - EDUCACAO INFANTIL	190.000,00	196.846,80	157.709,47	83,00	80,12
0021 - ENSINO SUPERIOR	20.000,00	29.274,58	19.274,58	96,37	65,84
0022 - EDUCACAO ESPECIAL	20.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
0024 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	50.000,00	85.756,82	85.074,84	170,15	99,20
0025 - ENSINO SECUNDARIO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
0026 - ATENDIMEN AMBULAT, EMERG.L E HOSPITALAR	1.300.000,00	616.931,38	546.902,01	42,07	88,65
0027 - SAUDE DA FAMILIA - PACS/PSF	1.100.000,00	1.386.159,38	1.299.253,97	118,11	93,73
0028 - VIGILANCIA SANITARIA	190.000,00	63.141,24	51.109,36	26,90	80,94
0032 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	613.000,00	951.759,10	928.408,51	151,45	97,55
0034 - PROMOCAO DO DESPORTO	210.000,00	347.716,71	65.345,18	31,12	18,79
0035 - ASSISTENCIA A PESSOA COM DEFICIENCIA	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0041 - PRAGRAMA DE SAUDE BUCAL	100.000,00	80.348,09	79.353,09	79,35	98,76
0044 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	155.000,00	278.000,00	278.000,00	179,35	100,00
0045 - NUCLEO DE APOIO DA SAUDE DA FAMILIA	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0046 - IMPLANTACAO DA ACADEMIA DA SAUDE.	90.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0120 - AMPARO ASSISTENCIAL AO IDOSO	82.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0473 - DIFUSAO CULTURAL	70.000,00	181.673,03	154.302,19	220,43	84,93
0506 - ILUMINACAO PUBLICA	100.000,00	159.945,70	91.983,06	91,98	57,51
0715 - TRANSPORTE AEROVIARIO	30.000,00	24.000,00	0,00	0,00	0,00
9999 - RESERVA DE CONTIGENCIA	500.000,00	306.316,31	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	**15.305.000,00**	**15.305.000,00**	**11.222.532,20**	**73,33**	**73,33**

Fonte: Relatório Técnico nº 101/2015 (Quadro nº 8)

9.25. O Relatório de Gestão do exercício de 2014 não traz a avaliação das ações de governo desenvolvidas em 2014, fato que impede a verificação da meta física alcançada no final do exercício. Importante mencionar que o Relatório de Gestão, exigido no artigo 27 do Regimento Interno e na Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013, deve conter os dados sobre as metas físicas e indicadores alcançados.

9.26. Receita orçamentária: Para o exercício, a receita consolidada total prevista foi de R$ 15.305.000,00, sendo arrecadado o montante de R$ 12.596.664,77, que, após as deduções do FUNDEB, no valor de R$ 1.252.160,46, atingiu R$ 11.450.702,71, e a despesa autorizada foi de R$ 15.305.000,00, sendo realizado (empenhado) o montante de R$ 11.222.532,20, conforme demonstrado no quadro a seguir:

TÍTULO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITA REALIZADA	SALDO
RECEITAS CORRENTES	12.037.640,00	12.037.640,00	11.450.702,71	-586.937,29
RECEITAS DE CAPITAL	4.530.336,00	4.530.336,00	1.145.962,06	-3.384.373,94
(R) DEDUÇÕES DA RECEITA	-1.262.976,00	-1.262.976,00	-1.252.160,46	10.815,54
SUBTOTAL DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	15.305.000,00	15.305.000,00	11.344.504,31	-3.960.495,69
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTOS (III) = (I+II)	15.305.000,00	15.305.000,00	11.344.504,31	-3.960.495,69
SUPERÁVIT FINANCEIRO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (V) = (IIIV+IV)	**15.305.000,00**	**15.305.000,00**	**11.344.504,31**	**-3.960.495,69**

TÍTULO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	SALDO
DESPESAS CORRENTES	7.417.000,00	10.782.669,89	9.097.016,84	1.685.653,05
DESPESAS DE CAPITAL	7.388.000,00	4.216.013,80	2.125.515,36	2.090.498,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	500.000,00	306.316,31	0,00	306.316,31
SUBTOTAL DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (I)	15.305.000,00	15.305.000,00	11.222.532,20	4.082.467,80
SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO (II)			121.972,11	0,00
TOTAL DESPESA (III) = (I+II)	**15.305.000,00**	**15.305.000,00**	**11.344.504,31**	**4.082.467,80**

Fonte: Balanço Orçamentário - Exercício de 2014

9.27. Na gestão orçamentária, no confronto das receitas arrecadadas (R$ 11.344.504,31) com as despesas executadas (R$ 11.222.532,20) constata-se um resultado orçamentário superavitário de R$ 121.972,11, evidenciando que as receitas arrecadadas são superiores ao valor das despesas empenhadas no exercício.

9.28. Despesas com pessoal - A Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 19, inc. III, fixa o limite da despesa total com pessoal em percentual da receita corrente líquida, estabelecendo-o em 60% para os municípios. Da análise dos percentuais se constata que o gasto com pessoal do Executivo e Legislativo, em relação à receita corrente líquida, ficou dentro dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, sendo de 49,96% e 3,72%, respectivamente.

PODERES/ÓRGÃOS	DESPESA COM PESSOAL LÍQUIDA	DESPESA/RCL	LIMITE PARA ALERTA (art. 59, §1, da LRF)	LIMITE PRUDENCIAL	LIMITE MÁXIMO
1.0 Executivo	3.959.795,46	38,83%	48,60%	51,30%	54,00%
2.0 Legislativo	291.305,18	2,86%	5,40%	5,70%	6,00%
Total	**4.251.100,64**	**41,69%**	**54,00%**	**57,00%**	**60,00%**

Fonte: Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Anexo I da RGF - Exercício de 2014

9.29. Alerta-se que esta Corte de Contas vem recomendando aos gestores que serviços de contabilidade, assessoria jurídica (Procuradoria), médicos, enfermeiras, odontólogos, entre outras áreas de saúde, sejam executados por servidores efetivos, vez que tratam-se de atividade de caráter permanente de funções típicas da Administração Pública.

9.30. Poder Executivo - conforme dados extraídos do SICAP/Contabil "Arquivo Empenhos", foram constatados gastos com contratação de assessoria jurídica no montante de R$ 124.550,00, serviços médicos/saúde no valor de R$ 820.806,66, e contábeis no valor de R$ 154.000,00, totalizando R$ 1.099.356,66, que incluindo no cálculo da despesa com pessoal impactaria significativamente no limite de despesa estabelecido na Lei Complementar nº 101/00.

9.31. Assim, o Município deve obedecer ao disposto no artigo 37, II, da Constituição Federal, na Resolução Plenária TCE-TO nº 415/2011 e em reiteradas decisões desta Corte, devendo as despesas com os servidores efetivos, comissionados ou contratados, e ainda, a terceirização de mão-de-obra que se refere à substituição de servidores, ser empenhados no grupo de despesa 1 (um), classificada no elemento correspondente à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 163/2001 e somadas como despesas com pessoal, nos termos do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal e Manual de Demonstrativos Fiscais.

9.32. Contribuição patronal - O artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991 estabelece que a contribuição a cargo da empresa, destinada à seguridade social, é de vinte por cento (20%) sobre o total das remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título, durante o mês.

RÚBRICA	DENOMINAÇÃO	VALOR LIQUIDADO	VALOR DEVIDO 20%	VALOR LIQUIDADO 3.1.90.13 - PATRONAL	DIFERENÇA
3.1.90.04	Temporários	1.045.962,90	772.068,88	390.376,24	381.692,64
3.1.90.11	Vencimentos e Vantagens	2.814.381,50			
	Total	3.860.344,40	772.068,88	390.376,24	381.692,64

9.33. A contribuição patronal ao Regime Geral da Previdência Social atingiu o percentual de **10,11%** dos vencimentos e remunerações, apresentando uma diferença a menor no valor de R$ 381.692,64, não se cumprindo os arts. 195, I, da Constituição Federal e 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991.

9.34. A Constituição Federal de 1988 e a Emenda Constitucional nº 53/2006 definem os meios de financiamentos para o desenvolvimento e manutenção do ensino. Dispõe o art. 212 da Constituição Federal que o município deve aplicar, anualmente, na manutenção e desenvolvimento do ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos e transferências.

9.35. Manutenção e desenvolvimento do ensino – MDE (25%) - Dos valores calculados pelo SICAP, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino, em relação às receitas de impostos, somaram R$ 1.799.964,18, atingindo o percentual de 25,21%. Logo, considera-se que o Município cumpriu, no exercício de 2014, o limite constitucional.

9.36. Limite de gasto com professores – 60% do FUNDEB - De acordo com o cálculo extraído do SICAP, o Município aplicou R$ 1.145.786,22, equivalente a 71% dos recursos recebido do FUNDEB, portanto, atendendo ao limite constitucional.

9.37. Gastos em ações e serviços públicos de saúde – De acordo com a Lei Complementar nº 141/2012, o município deve aplicar, em 2014, pelo menos, 15% da base de cálculo em ações e serviços públicos de saúde, conforme o disposto no § 1º do artigo 77 do ADCT. Dos valores extraídos do SICAP verifica-se que o Município aplicou R$ 1.286.137,12 em ações e serviços públicos de saúde, equivalente a 18,60%, estando assim em consonância com as disposições da Emenda nº 29/00.

9.38. Gestão financeira - O balanço financeiro, referido no art. 103, da Lei nº 4.320/64 (na forma do Anexo 13), espelha a movimentação dos recursos financeiros, demonstrando seu saldo inicial, receitas, despesas e o saldo apurado no exercício anterior que será transferido para o exercício seguinte. Da análise do balanço verifica-se que a movimentação financeira do Município apresenta um saldo financeiro para o exercício seguinte no valor de R$ 822.405,48.

9.39. Gestão patrimonial - O balanço patrimonial tem a finalidade de expressar qualitativa e quantitativamente seu patrimônio, demonstrando fidedignamente a situação dos saldos de seus bens, direitos e obrigações. Através do balanço patrimonial, verifica-se o índice de liquidez corrente que determina quanto a entidade possui de disponibilidade e créditos para cada unidade de obrigações exigíveis. O índice calculado demonstra superávit financeiro de R$ 146.362,73, em consonância com o que estabelece o art. 1º, § 1º, da LC nº 101/00.

9.40. O ativo compreende os recursos controlados pelo Município como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial do serviço. O ativo é segregado em dois grupos: circulante e não circulante.

9.41. São classificados como ativo circulante quando atenderem a um dos seguintes critérios: (i) estiverem disponíveis para realização imediata; ou (ii) tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

9.42. O ativo do Município, no exercício de 2014, alcançou o valor de R$ 5.387.875,39, sendo composto de R$ 833.204,91 por ativo circulante e R$ 149.816,01 por ativo não circulante.

9.43. O passivo compreende obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. O passivo é segregado em dois grupos: circulante e não circulante

9.44. São classificados como passivo circulante as obrigações conhecidas e estimadas que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: tenham prazos estabelecidos ou esperados dentro do ciclo operacional da entidade, sejam mantidos primariamente para negociação, tenham prazos estabelecidos ou esperados até doze meses após a data das demonstrações contábeis. São classificados como passivo não circulante as obrigações conhecidas e estimadas que não atendam a nenhum dos critérios.

9.45. O passivo do Município, no exercício de 2014, alcançou o valor de R$ 1.537.850,04, estando registrado R$ 149.816,01 no passivo circulante e R$ 1.388.034,03 no passivo não circulante.

9.46. A demonstração das variações patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, ocorridas durante o exercício financeiro, indicando o resultado patrimonial do exercício, consoante o art. 104 da Lei nº 4.320/64. Confrontando as variações ativas com as variações passivas, apurou-se um resultado patrimonial, do período, de R$ 1.924.968,92, evidenciando que as variações ativas são superiores as variações passivas.

9.47. Em cumprimento aos princípios do contraditório e da ampla defesa, previstos no art. 5º, LIV e LV, da Carta Magna, os responsáveis Leila de Sousa Araújo Rocha – Gestora, Leila Morais da Silva – Controle Interno, e Eduardo Lopes da Silva – Contador, foram citados por meio do Despacho nº 1083/2015, desta Relatoria, para oferecer esclarecimentos referentes às seguintes impropriedades:

1) Ocorrências: **a**) não contabilização dos precatórios vencidos em desfavor do Município, no valor de R$ 297.969,90, conforme descrito no Item 8.1.5 do Relatório de Análise de Prestação de Contas Consolidadas nº 101/2015; e **b**) divergência na variação patrimonial entre os valores informados no Demonstrativo de Bem Ativo Imobilizado e o registrado nas contas de investimentos e inversões financeiras da execução orçamentária, descrita no Item 8.1.1.2.1 do Relatório de Análise de Prestação de Contas Consolidadas nº 101/2015; acolho o entendimento da 1ªDICE, exarado na Análise de Defesa nº 102/2016, haja vista que as justificativas de defesa e documentos apresentados por meio do Expediente nº 8154/2016 foram suficientes para sanar as respectivas irregularidades.

2) Ocorrência – Constata-se que o registro contábil das cotas de contribuição patronal do Ente devidas ao Regime Geral da Previdência Social atingiu o percentual de 10,11% dos vencimentos e remunerações, não se cumprindo os arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991 - (Item 5.3 do Relatório de Análise de Prestação de Contas Consolidadas nº 101/2015);

Justificativa: É sabido que sobre o valor total contabilizado como Vencimentos e Contratação Temporária há diversas verbas remuneratórias que já se encontram pacificadas pela jurisprudência vigente que não constituem base de cálculo para a Contribuição Previdenciária Patronal, (...) prosseguindo (...) informamos que mesmo com o recolhimento à menor, devidamente justificado acima, este município vem parcelando frequentemente seus débitos gerados pela falta de recursos suficientes para quitação destes débitos e somente no exercício de 2014 foram quitados cerca de R$ 1.388.034,03(...). Nobre Conselheiro, por um erro de escrituração estes valores não foram empenhados corretamente pela competência da despesa. Porém, cabe ressaltar que o montante devido ao pagamento será feito in totum, uma vez que este Poder Executivo possui lastro financeiro para tanto. Estas alegações são fáceis de constatar, pois, conforme se observa na análise das contas de 2014, nos cofres do Município restou um caixa de disponibilidade de R$ 575.362,81. Cabe ressaltar que estes valores serão utilizados para arcar com todos os débitos provenientes deste pequeno equívoco. No relatório de análise constatou-se que o Valor dos Vencimentos foi de R$ 3.860.344,40, devendo ser realizado um recolhimento de 20% sobre estes valores, perfazendo um total de R$ 772.068,88.

Análise: não acolho a justificativa apresentada, haja vista que para o cálculo do valor da contribuição patronal levou-se em consideração os valores contabilizados nos elementos de despesas 3.1.90.04 e 3.1.90.11, que se referem aos gastos com contratação por tempo determinado e vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil, portanto não tratam-se de verbas indenizatórias, sendo que estas são contabilizadas em elementos de despesa específico. Porém, em decisão recente da Primeira Câmara de julgamento, entendeu-se que ocorrência desta natureza está relacionada com os atos de gestão, portanto devendo ser analisada nas contas de ordenador, momento em que este Tribunal decidirá a respeito e, caso a falha seja confirmada, responsabilizará as pessoas que lhes deram causa, nos termos do art. 104 da Lei Orgânica deste Tribunal (1.284/2001), conforme observa-se no Parecer Prévio nº 39/2016 - TCE/TO - 1ª Câmara - 10/05/2016, Parecer Prévio nº 113/2016 - TCE/TO - 1ª Câmara - 06/12/2016.

9.48. Diante dos fatos analisados, em que pese o atendimento do limite com educação, saúde, despesas com pessoal, verifica-se que o apontamento remanescente não possui suficiência para reprová-las.

Considerando que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2014;

Considerando que a análise técnica efetuada sobre as contas da Prefeita de Barrolândia-TO, referente ao exercício de 2014, bem como a emissão deste Parecer Prévio, não interfere nem condiciona o posterior julgamento, por este Tribunal, das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes do Município, bem como dos que derem causa a perda, extravio ou outras irregularidades de que resulte prejuízo ao erário, nos termos do art. 33, II, da Constituição Estadual;

Considerando, por fim, a documentação analisada, divergindo do Parecer da ilustre Auditoria e do entendimento da douta representação do Ministério Público junto ao TCE, **VOTO** no sentido de que este Tribunal de Contas adote as seguintes providências:

I. Emita Parecer Prévio pela APROVAÇÃO das Contas Consolidadas do Município de Barrolândia – TO, que integram o Balanço Geral do exercício de 2014, na gestão da senhora Leila de Sousa Araújo Rocha – Prefeita, na conformidade dos arts. 1º, inciso I, 10, inciso III, e 103 da Lei nº 1.284/2001, c/c com os arts. 28 e 32 do Regimento Interno.

II. Recomende ao gestor do Município de Barrolândia – TO que:

a) faça o recolhimento das contribuições patronais junto ao Regime Geral de Previdência Social, de forma tempestiva e no percentual previsto, conforme estabelecem os arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991;

b) os setores de Contabilidade, Controle Interno e Patrimônio não envidem esforços com o objetivo de regularizar as falhas apontadas nas presentes contas, levando em consideração as orientações e normas contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, nos Princípios Fundamentais de Contabilidade e no Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP/TCE-TO;

c) as despesas com os servidores efetivos, comissionados ou contratados, e ainda, a terceirização de mão-de-obra que se refere à substituição de servidores, devem ser empenhadas no grupo de despesa 1 (um), classificada no elemento correspondente à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 163/2001, bem como alertar, que a partir do exercício de 2018, todas as despesas terceirizadas com a execução de serviços voltados as áreas administrativa, contábil, jurídica e saúde, serão inclusas no limite de despesa com pessoal.

III. Recomende ao Poder Legislativo que:

a) efetue a verificação do cumprimento, por parte do Executivo Municipal, de todas as recomendações constantes nos itens anteriormente mencionados;

b) observe, quando do julgamento das presentes contas, o disposto no art. 31, § 2º, da Constituição Federal;

c) observe que, nos termos do art. 107 da Lei nº 1.284/2001, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas pela Câmara Municipal a esta Corte de Contas.

IV. Determine juntada de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio às contas do ordenador de despesa da Prefeitura de Barrolândia-TO, relativas ao exercício financeiro de 2014, de modo que as ocorrências sejam remetidas para maiores análises nas contas de ordenador de despesa, subsidiando o julgamento da mesma;

V. Determine a publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, § 3º, do Regimento Interno deste Tribunal, para que surtam os efeitos legais necessários;

VI. Encaminhe cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio à Receita Federal do Brasil para conhecimento e providências quanto ao recolhimento das contribuições patronais;

VII. Determine o encaminhamento dos presentes autos à Coordenadoria de Protocolo Geral, para remessa à Câmara Municipal de Barrolândia-TO para as providências quanto ao julgamento das contas.

GABINETE DA PRIMEIRA RELATORIA, em Palmas, capital do Estado do Tocantins, aos _____ dias do mês de _____ de 2017.

SEVERIANO JOSÉ COSTANDRADE DE AGUIAR
Conselheiro Relator

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

SEVERIANO JOSE COSTANDRADE DE AGUIAR

Cargo: CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE - Matricula: 240032

Código de Autenticação: 0cfbefbf61dbf71000e0ce65245b86ec - 14/03/2017 14:15:33

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO Nº /2017, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 5459/2016
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas
2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – Exercício 2015
3. Responsável: Jesus dos Reis Rodrigues Bastos – prefeito à época (CPF nº 246.264.141-68)
4. Ente: Município de Rio dos Bois –TO
5. Órgão: Prefeitura Municipal de Rio dos Bois
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procuradora de Contas Litza Leão Gonçalves
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE RIO DOS BOIS. EXERCÍCIO DE 2015. CONTAS CONSOLIDADAS. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. IRREGULARIDADES REMANESCENTE, MESMO QUE SENSURAVEIS NÃO POSSUI CONDÃO PARA REPROVAR AS CONTAS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL A APROVAÇÃO. RESSALVAS E RECOMENDAÇÕES.

9. DECISÃO:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 5459/2016, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Rio dos Bois, exercício de 2015, sob a gestão do senhor Jesus dos Reis Rodrigues Bastos, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013 e 02/2013 a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando tudo que há nos autos;

Considerando que a manifestação ora exarada se baseia exclusivamente no exame de documentos sob o aspecto da veracidade ideológica presumida;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando cumprimento dos limites com despesa de pessoal (45,05%), repasse a câmara de 7%, aplicação em educação (28,77%), FUNDEB (62,44%) e saúde (28,77%), superávit orçamentário e financeiro; e

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal,

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Emitir Parecer Prévio pela **Aprovação** das Contas Anuais Consolidadas do Município de Rio dos Bois – TO, exercício de 2015, gestão do Senhor Jesus dos Reis Rodrigues Bastos, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno.

9.2. Ressalvas:

1. Publicação do relatório Resumido de Execução Orçamentária fora do no prazo fixado no art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Item 3.1 do relatório).
2. Divergência no envio das informações orçamentárias inseridas na Lei Municipal nº 16/2014 – LOA;
3. Divergências entre os valores registrados no Demonstrativo do Passivo Financeiro e o Anexo 17 (item 4.2 relatórios);
4. Registro contábil das contas de contribuição patronal do ente de 18,16%, inferior aos 20% (item 5.3 do relatório);
5. Despesas do FUNDEB acima do valor da receita recebida, configurando utilização indevida da fonte de recurso (6.4 do relatório);
6. Não incorporação dos bens móveis e imóveis conforme determina a Portaria STN nº 548/2015.

9.3. Determinar o cumprimento das recomendações contidas no item 11 do Relatório Técnico nº 131/2016, acrescidas daquelas inseridas neste Voto.

9.4. Determinações:

I - Á Secretaria da Primeira Câmara:

a) juntar cópia deste Parecer Prévio ao Processo de Prestação de Contas de Ordenador de Despesa.

b) publicar o Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

c) encaminhar cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao senhor Jesus dos Reis Rodrigues Bastos, prefeito à época, bem como o atual gestor. Esclarecendo-se que o referido processo permanecerá neste Tribunal até esgotar-se o prazo recursal, na forma do disposto no art. 33 do Regimento Interno.

d) dar ciência ao procurador de contas que atuou nos autos.

9.5. Ressalto que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2015.

9.6. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas, pela Câmara Municipal a esta Corte.

9.7. Após, expirado o prazo recursal, encaminhar à Coordenadoria de Protocolo Geral, para as providências previstas na Portaria nº 372, de 08/04/2013, do Gabinete da

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Presidência, bem como a remessa dos autos à Câmara Municipal de Rio dos Bois, para as providências quanto ao julgamento que lhes compete.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões da 1ª Câmara, em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

JOSE WAGNER PRAXEDES - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO - Matricula: 234036

Código de Autenticação: 1e836bde528ee9261659a977686b7134 - 16/05/2017 13:46:28

DORIS TEREZINHA PINTO CORDEIRO M COUTINHO - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 239011

Código de Autenticação: bb2556bd109333a8852da206358d8896 - 18/05/2017 20:37:42

RAQUEL MEDEIROS SALES DE ALMEIDA - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 234494

Código de Autenticação: 5556fdae78be9431cd6fafcc2a8b4957 - 16/05/2017 14:08:34

JOSE RIBEIRO DA CONCEICAO - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO - SUBSTITUTO - Matricula: 238406

Código de Autenticação: e117591e7effce1d419e20e43a629614 - 18/05/2017 17:19:46

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO Nº /2017, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 5113/2016
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas
2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – Exercício 2015
3. Responsável: Francisco Alves da Silva – prefeito à época (CPF nº 786.271.502-06)
4. Ente: Município de Recursolândia – TO
5. Órgão: Prefeitura de Recursolândia
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procuradora de Contas Raques Medeiros Sales de Almeida
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE RECURSOLÂNDIA – TO. EXERCÍCIO DE 2015. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. ALEGAÇÕES DE DEFESA FORAM SUFICIENTE PARA CONVERTER AS IMPROPRIEDADES EM RESSALVAS. RECOMENDAÇÕES. DETERMINAÇÕES.

9. DECISÃO:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 5113/2016, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Recursolândia, relativas ao exercício financeiro de 2015, sob a gestão do senhor Francisco Alves da Silva, prefeito à época, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013 e 02/2013 a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando tudo que há nos autos;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais; e

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal,

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Recomendar a APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Recursolândia – TO, referentes ao exercício financeiro de 2015, gestão do Senhor Francisco Alves da Silva, prefeito à época, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno.

9.2. Ressalvas:

a) déficit orçamentário e financeiro inferior a 2% da receita gerida (itens 4.2 e 4.3.2 do relatório);

b) divergência no Balanço Financeiro entre o total das receitas e despesas (item 7.1 do relatório);

c) despesa com pessoal do poder Executivo acima do limite legal, porém dentro do prazo de recondução (item 5.2 do relatório);

d) a contribuição patronal atingiu 19,42% do total empenhado na despesa com pessoal (item 5.3 do relatório);

e) o total das despesas do FUNDEB ultrapassou a receita recebida (item 6.4 do relatório);

f) divergências nas variações patrimoniais nas contas contábeis nº 1. 2. 3.1, 1.2.3.1 e 45 inversões financeiras (quadro 40 do relatório);

g) ausência de registro na contabilidade dos valores precatórios (item 8.1.5 do relatório);

9.3. Determinar a juntada da cópia deste Parecer Prévio ao Processo de Prestação de Contas de Ordenador de Despesa.

9.4. Ressalto e que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2015.

9.5. Determinar a publicação deste Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

9.6. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas a esta Corte.

9.7. Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao gestor a época e o atual para conhecimento, esclarecendo-se que o referido processo permanecerá neste Tribunal até se esgotar o prazo recursal, na forma do disposto no art. 33 do Regimento Interno.

9.8. Determinar ao atual gestor que:

a) tome as providências no sentido apurar a responsabilidade referente ao valor contabilizado na conta contábil nº 1.1.3.4... e 1.1.3.8..., bem como atenda ao que determina a IN/TCE/TO nº 04/2016. Bem como, cumprir as recomendações descritas no item 11 do Relatório Técnico nº 111/2016.

b) utilize corretamente as fontes de recursos MDE, FUNDEB e SUS no momento da execução da despesa de forma a evitar a apuração do percentual constitucional da Educação e Saúde fictícios.

c) faça a conferência das contas patrimoniais 1. 2. 3. 1- Bens Móveis e 1.2.3.2 – Bens Imóveis e as liquidações nas contas de investimento 44 e

inversões financeiras e efetue o levantamento e a reavaliação dos bens patrimoniais;

d) atenda às recomendações descritas no item 11 do relatório Técnico nº 130/2016.

9.9. Após, expirado o prazo recursal, encaminhar à Coordenadoria de Protocolo Geral, para as providências previstas na Portaria nº 372, de 08/04/2013, do Gabinete da Presidência, bem como a remessa dos autos à Câmara de Recursolândia – TO, para as providências quanto ao julgamento que lhes compete.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões da 1ª Câmara, em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

JOSE WAGNER PRAXEDES - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO - Matricula: 234036

Código de Autenticação: 1e836bde528ee9261659a977686b7134 - 04/10/2017 13:03:31

DORIS TEREZINHA PINTO CORDEIRO M COUTINHO - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 239011

Código de Autenticação: bb2556bd109333a8852da206358d8896 - 03/10/2017 17:44:19

RAQUEL MEDEIROS SALES DE ALMEIDA - PROCURADOR (A) GERAL DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 234494

Código de Autenticação: 5556fdae78be9431cd6fafcc2a8b4957 - 04/10/2017 17:46:26

MARIA LUIZA PEREIRA MENESES - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234249

Código de Autenticação: 678e494d624971271973b11ca1906061 - 04/10/2017 14:07:25

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO Nº /2017, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 5045/2016
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas
2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – Exercício 2015
3. Responsável: Jairo Soares Mariano– prefeito à época (CPF nº 810.402.021-87)
4. Ente: Município de Pedro Afonso – TO
5. Órgão: Prefeitura Municipal de Pedro Afonso
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procurador de Contas Márcio Ferreira Brito
8. Procurador constituído nos autos: Washington José Lima Feitosa, contador

EMENTA: MUNICÍPIO DE PEDRO AFONSO. EXERCÍCIO DE 2015. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO FAVORÁVEL A APROVAÇÃO. IMPROPRIEDADES CONVERTIDAS EM RESSALVAS.

9. DECISÃO:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 5045/2016, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Pedro Afonso, exercício de 2015, sob a gestão do senhor Jairo Soares Mariano, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013 e 02/2013 a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando tudo que há nos autos;

Considerando que a manifestação ora exarada se baseia exclusivamente no exame de documentos sob o aspecto da veracidade ideológica presumida;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal,

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Emitir Parecer pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Pedro Afonso – TO, exercício financeiro de 2015, gestão do Senhor Jairo

Soares Mariano, prefeito à época, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno.

9.2. Ressalvas:

1. registro contábil das cotas de contribuição patronal do Ente devidas ao Regime Geral de Previdência Social de 18,66% dos vencimentos e remuneração (Item 5.3 do Relatório).
2. as diferenças referentes a variação patrimonial das contas 1.2.3.1 – Bens Móveis e 1.2.3.2 – Bens Imóveis e as liquidações de despesas de capital nas contas 44 - Investimentos e 45 - Inversões Financeiras podem decorrer do registro de alienações de bens, da incorporação de bens registrados na fase "em liquidação" e da implantação dos procedimentos contábeis patrimoniais. (Quadro 44 do Relatório);
3. ausência de registro contábil das obrigações com precatórios litem 8.1.5 do Relatório).

9.3. Recomende o acolhimento das recomendações descritas no item 11 do Relatório Técnico nº 129/2017, acrescidas daquelas inseridas neste Voto.

9.4. Determinações:

I – À Secretaria da Primeira Câmara:

a) juntar cópia deste Parecer Prévio ao Processo de Prestação de Contas de Ordenador de Despesa.

b) publicar o Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

c) encaminhar de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao senhor Jairo Soares Mariano, prefeito, bem como o procurador que autou nos autos. Esclarecendo-se que o referido processo permanecerá neste Tribunal até esgotar-se o prazo recursal, na forma do disposto no art. 33 do Regimento Interno.

II – Ao Município:

a) realize o registro no passivo financeiro em 31/12 dos valores contabilizados na conta contábil 1138....., em conformidade com as normas de contabilidades e os regulamentos expedidos por esta Corte de Contas em especial IN/TCE/TO 04/2016 no tocante as contas.

9.5. Ressalto que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2015.

9.6. Esclarecer à Câmara Municipal de Pedro Afonso que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas a esta Corte.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

9.7. Após, expirado o prazo recursal, encaminhar à Coordenadoria de Protocolo Geral, para as providências previstas na Portaria nº 372, de 08/04/2013, do Gabinete da Presidência, bem como a remessa dos autos à Câmara Municipal, para as providências quanto ao julgamento que lhes compete.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões da 1ª Câmara, em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

JOSE WAGNER PRAXEDES - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO - Matricula: 234036

Código de Autenticação: 1e836bde528ee9261659a977686b7134 - 10/10/2017 13:52:28

DORIS TEREZINHA PINTO CORDEIRO M COUTINHO - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 239011

Código de Autenticação: bb2556bd109333a8852da206358d8896 - 10/10/2017 14:03:24

MARCIO FERREIRA BRITO - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 239908

Código de Autenticação: 6ec7033595c302c9a739ca90a6113a8c - 10/10/2017 13:57:53

SEVERIANO JOSE COSTANDRADE DE AGUIAR - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE - Matricula: 240032

Código de Autenticação: 0cfbefbf61dbf71000e0ce65245b86ec - 10/10/2017 14:04:19

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO Nº /2017, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 5110/2016
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas
2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – Exercício 2015
3. Responsável: Maria Aparecida Lima Rocha Costa – prefeita à época (CPF 302.214.121-15)
4. Ente: Município de Itacajá –TO
5. Órgão: Prefeitura Municipal de Itacajá
6. Relator: Conselheiro Substituto JESUS LUIZ DE ASSUNÇÃO
7. Representante do MP: Procuradora de Contas Raquel Medeiros Sales de Almeida
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE ITACAJÁ. EXERCÍCIO DE 2015. CONTAS CONSOLIDADAS. ACOLHIMENTO PARCIAL DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA. PARECER FAVORÁVEL A APROVAÇÃO DAS CONTAS. RESSALVAS. RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES.

9. DECISÃO:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 5110/2016, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Itacajá, exercício de 2015, sob a gestão da senhora Maria Aparecida Lima Rocha Costa, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de Parecer Prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013 e 02/2013 a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando tudo que há nos autos;

Considerando que a manifestação ora exarada se baseia exclusivamente no exame de documentos sob o aspecto da veracidade ideológica presumida;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal,

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator:

9.1. Emitir Parecer Prévio pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Itacajá – TO, exercício financeiro de 2015, gestão da Senhora

Maria Aparecida Lima Rocha Costa, prefeita à época, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno.

9.2. Ressalvas:

a) Déficit de execução orçamentária de R$ 320.409,69 que representa 2,25% da receita gerida de R$ 14.184.141,08 *(Item 4.2 do Relatório)*.

b) Déficit Financeiro no valor de R$ 554.956,38, que representa 3,91% da receita gerida de R$14.184.141,08 *(Item 8.1 do Relatório)*.

c) Saldo na conta "Créditos por Danos ao Patrimônio", no valor de R$ 114.108,57 *(Quadro 39 do Relatório)*.

d) Registro das cotas de contribuição patronal do ente devidas ao Regime Geral de Previdência Social que atingiu o percentual de 18,06 *(Item 5.3 do Relatório)*, considerando o princípio da razoabilidade.

e) O total da despesa do FUNDEB ultrapassou as receitas recebidas *(Item 6.4 do Relatório)*.

9.3. Recomendar a regularização das ocorrências descritas no item 11 do Relatório Técnico nº 123/2016.

9.4. Determinações:

I - Á Secretaria da Primeira Câmara:

a) juntar cópia deste Parecer Prévio ao Processo de Prestação de Contas de Ordenador de Despesa.

b) publicar o Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

c) encaminhar cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao senhor Maria Aparecida Lima Rocha Costa, prefeita à época, bem como o atual gestor, esclarecendo-se que o referido processo permanecerá neste Tribunal até esgotar-se o prazo recursal, na forma do disposto no art. 33 do Regimento Interno.

II – Ao Município:

a) efetue o controle orçamentário e financeiro;

b) apure os responsáveis pelo saldo da conta Créditos por Danos ao Patrimônio.

c) Contabilize e recolha as contribuições patronais no percentual mínimo de 20% acrescidos

d) Registre e execute as receitas e despesas em conformidade com as fontes de recursos.

9.5. Ressalto que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

9.6. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas, pela Câmara Municipal a esta Corte.

9.7. Após, expirado o prazo recursal, encaminhar à Coordenadoria de Protocolo Geral, para as providências previstas na Portaria nº 372, de 08/04/2013, do Gabinete da Presidência, bem como a remessa dos autos à Câmara Municipal, para as providências quanto ao julgamento que lhes compete.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões da 1ª Câmara, em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

JOSE WAGNER PRAXEDES - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO - Matricula: 234036

Código de Autenticação: 1e836bde528ee9261659a977686b7134 - 17/10/2017 14:09:22

JESUS LUIZ DE ASSUNCAO - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234915

Código de Autenticação: 43138625349c6c7b5049cb18eee37337 - 17/10/2017 14:14:19

LITZA LEAO GONCALVES - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 234117

Código de Autenticação: 7a5c87bdcbb6f8e7a005da0e2824d093 - 17/10/2017 14:14:00

SEVERIANO JOSE COSTANDRADE DE AGUIAR - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE - Matricula: 240032

Código de Autenticação: 0cfbefbf61dbf71000e0ce65245b86ec - 17/10/2017 14:14:08

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Fls.	Rub.

PARECER PRÉVIO Nº /2015, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 3743/2014
2. Classe de Assunto: 03 – Prestação de contas
2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – 2013
3. Responsável: Francisco Alves da Silva, Prefeito (CPF nº 786.271.502-06), Joades Xavier de Oliveira, Contador (CPF nº 557.212.141-04) e Ybsen Ricardo de Araújo Feitosa, Controle Interno (CPF nº 961.252.501-30)
4. Ente: Município de Recursolândia – TO
5. Órgão: Prefeitura de Recursolândia
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procurador José Roberto Torres Gomes
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE RECURSOLÂNDIA. EXERCÍCIO DE 2013. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. RESSALVA. RECOMENDAÇÕES.

9. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 3743/2014, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Recursolândia, relativas ao exercício financeiro de 2012, sob a gestão do senhor Francisco Alves da Silva, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 01/2011, Instruções Normativas TCE/TO nºs 08/2013 e 02/2013 e a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando que as Contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2013, foram prestadas dentro do prazo previsto no artigo 101 da Lei nº 1284/2001 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas;

Considerando que a análise proferida pelo Corpo Especial de Auditores concluiu pela emissão de Parecer Prévio favorável à Aprovação;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando que o Município cumpriu o limite com despesa de pessoal, saúde, educação e FUNDEB 60%;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal,

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Emitir PARECER PRÉVIO pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Recursolândia referentes ao exercício financeiro de 2013, sob a gestão do senhor Francisco Alves da Silva, prefeito, nos termos do inciso I do artigo 1º e inciso III do artigo 10, ambos da Lei nº 1284, de 17 de dezembro de 2001 e artigo 28 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

9.2. Recomendações:

a) faça o repasse ao Poder Legislativo no percentual máximo de 7% permitido pela Constituição Federal;

b) faça a conferência das informações enviadas ao SIOPS com o RREO, referente ao cálculo do limite das despesas com Ações de Serviços Públicos de Saúde;

c) inclua no limite de despesa com pessoal estabelecido na Lei Complementar nº 101/00, as despesas com profissionais da saúde, assessoria jurídica e contábil;

d) acompanhe a execução das despesas com Previdência Social, fazendo a conferência entre os valores debitados na conta do FPM, GFIP e a correta classificação orçamentária e contábil;

e) faça o controle da execução orçamentária e financeira por fonte de recurso;

f) contabilize corretamente as receitas do FPM, em especial a prevista no art. 159, I, alínea "d" da CF/88.

9.3. Ressalto o fato de que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2013.

9.4. Determinar a publicação deste Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

9.5. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas, pela Câmara Municipal a esta Corte.

9.6. Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao senhor Francisco Alves da Silva, Prefeito, para conhecimento, esclarecendo-se que o referido processo permanecerá neste Tribunal até esgotar-se o prazo recursal, na forma do disposto no art. 33 do Regimento Interno.

9.7. Esclarecer que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas ao julgamento individualizado, quando do exame dos atos dos(as) senhores(as) Prefeitos(as), enquanto ordenadores de despesas.

9.8. Determinar a publicação deste Parecer Prévio no site deste Tribunal (Portal do Cidadão), para acesso público no prazo de até trinta dias do encaminhamento do parecer à Câmara Municipal, conforme determina o artigo 33, § 3º do Regimento Interno.

9.9. Face a divergência com a manifestação ministerial, fica o Procurador do Ministério Público junto a esta Corte de Contas que atuou nos autos, intimado da presente decisão.

9.10. Após, expirado o prazo recursal, encaminhar à Coordenadoria de Protocolo Geral, para as providências previstas na Portaria nº 372, de 08/04/2013, do Gabinete da Presidência, bem como a remessa dos autos à Câmara Municipal de Recursolândia, para as providências quanto ao julgamento que lhes compete.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões da 1ª Câmara, em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de de 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

DORIS TEREZINHA PINTO CORDEIRO M COUTINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 239011

Código de Autenticação: bb2556bd109333a8852da206358d8896 - 30/03/2015 14:11:14

RAQUEL MEDEIROS SALES DE ALMEIDA - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 234494

Código de Autenticação: 5556fdae78be9431cd6fafcc2a8b4957 - 30/03/2015 14:10:16

SEVERIANO JOSE COSTANDRADE DE AGUIAR - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE - Matricula: 240032

Código de Autenticação: 0cfbefbf61dbf71000e0ce65245b86ec - 30/03/2015 14:09:46

JOSE RIBEIRO DA CONCEICAO - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO - SUBSTITUTO - Matricula: 238406

Código de Autenticação: e117591e7effce1d419e20e43a629614 - 30/03/2015 14:14:01

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

Fls.	Rub.

PARECER PRÉVIO Nº /2015, 1ª Câmara – TCE/TO

1. Processo nº: 3781/2014
2. Classe de Assunto: 03 – Prestação de contas
2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas Consolidadas – 2013
3. Responsável: Wilson da Costa Veloso, Prefeito (CPF nº 067.147.221-68), Alailso Sousa Viana, Contador (CPF nº 527.876.641-72) e Valdeci Dias Fonseca, Controle Interno (CPF nº 828.492.771-34)
4. Ente: Município de Tupiratins – TO
5. Órgão: Prefeitura de Tupiratins
6. Relatora: Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Representante do MP: Procurador Oziel Pereira dos Santos
8. Procurador constituído nos autos: Não atuou

EMENTA: MUNICÍPIO DE TUPIRATINS. EXERCÍCIO DE 2013. CONTAS CONSOLIDADAS. PARECER PRÉVIO PELA APROVAÇÃO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SUPERAVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. RESSALVA. RECOMENDAÇÕES.

9. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos os autos de nº 3781/2014, que versam sobre as Contas Consolidadas do Município de Tupiratins, relativas ao exercício financeiro de 2012, sob a gestão do senhor Wilson da Costa Veloso, apresentadas a esta Corte para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I da Constituição Estadual, artigo 1º, I da Lei Estadual nº 1.284/2001, artigo 26 do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 01/2011 e Instruções Normativas TCE/TO nºs 08/2013 e 02/2013 e a Resolução Administrativa nº 08/2008.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32, §§1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82, §1º da Lei nº 4.320/64; artigo 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001;

Considerando que as Contas do Poder Executivo, referente ao exercício de 2013, foram prestadas dentro do prazo previsto no artigo 101 da Lei nº 1284/2001 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas;

Considerando que as análises proferidas pelo Corpo Especial de Auditores e Ministério Público de Contas, concluem pela emissão de Parecer Prévio favorável à Aprovação;

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices Constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

Considerando que o Município cumpriu o limite com despesa de pessoal, saúde, educação e FUNDEB 60% e apresentou superávit orçamentário e financeiro;

Considerando, finalmente, que ficam pendentes de quitação as responsabilidades de administradores e demais responsáveis pela ordenação de despesas cujas Contas pendem de julgamento por este Tribunal,

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pela Relatora:

9.1. Emitir PARECER PRÉVIO pela APROVAÇÃO das Contas Anuais Consolidadas do Município de Tupiratins, referentes ao exercício financeiro de 2013, sob a gestão do senhor Wilson da Costa Veloso, prefeito, nos termos do inciso I do artigo 1º e inciso III do artigo 10, ambos da Lei nº 1284, de 17 de dezembro de 2001 e artigo 28 do Regimento Interno deste Tribunal de Contas.

9.2. Recomendações:

a) realize o controle da execução da despesa por fonte de recurso de forma a evitar déficit de execução orçamentária e financeira;

b) realize o controle do superávit financeiro por fonte de recurso;

c) inclua no limite de pessoal limite de despesa com pessoal estabelecido na Lei Complementar nº 101/00, as despesas com profissionais da saúde, assessoria jurídica e contábil;

d) informe corretamente os dados no SIOPS de forma a não apresentar divergências no percentual mínimo da saúde;

e) acompanhar a execução das despesas com Previdência Social, fazendo a conferência entre os valores debitados na conta do FPM, GFIP e a correta classificação orçamentária e contábil;

f) contabilizar corretamente as cotas extras do FPM (art. 159, I, alínea "d" da CF/88), a qual não faz parte da receita base de cálculo da saúde;

g) reconduza a despesa com pessoal ao limite legal.

9.3. Ressalto o fato de que a manifestação ora exarada baseia-se exclusivamente no exame de documentos de veracidade ideológica apenas presumida, uma vez que demonstraram satisfatoriamente os atos e fatos registrados até 31/12/2013.

9.4. Determinar a publicação deste Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

9.5. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas, pela Câmara Municipal a esta Corte.

9.6. Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao senhor Wilson da Costa Veloso, Prefeito, para conhecimento, esclarecendo-se que o referido processo permanecerá neste Tribunal até esgotar-se o prazo recursal, na forma do disposto no art. 33 do Regimento Interno.

9.7. Esclarecer que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas ao julgamento individualizado, quando do exame dos atos dos(as) senhores(as) Prefeitos(as), enquanto ordenadores de despesas.

9.8. Determinar a publicação deste Parecer Prévio no site deste Tribunal (Portal do Cidadão), para acesso público no prazo de até trinta dias do encaminhamento do parecer à Câmara Municipal, conforme determina o artigo 33, § 3º do Regimento Interno.

9.9. Após, expirado o prazo recursal, encaminhar à Coordenadoria de Protocolo Geral, para as providências previstas na Portaria nº 372, de 08/04/2013, do Gabinete da Presidência, bem como a remessa dos autos à Câmara Municipal de Tupiratins, para as providências quanto ao julgamento que lhes compete.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões da 1ª Câmara, em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de de 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

DORIS TEREZINHA PINTO CORDEIRO M COUTINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 239011

Código de Autenticação: bb2556bd109333a8852da206358d8896 - 30/03/2015 14:11:14

RAQUEL MEDEIROS SALES DE ALMEIDA - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 234494

Código de Autenticação: 5556fdae78be9431cd6fafcc2a8b4957 - 30/03/2015 14:10:16

SEVERIANO JOSE COSTANDRADE DE AGUIAR - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE - Matricula: 240032

Código de Autenticação: 0cfbefbf61dbf71000e0ce65245b86ec - 30/03/2015 14:09:46

JOSE RIBEIRO DA CONCEICAO - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO - SUBSTITUTO - Matricula: 238406

Código de Autenticação: e117591e7effce1d419e20e43a629614 - 30/03/2015 14:14:01

DOC. 02

SEGUNDA CÂMARA

DECISÕES DA CORTE DE CONTAS EM QUE O REGISTRO CONTÁBIL DA COTA PATRONAL DEVIDA AO INSS FOI OBJETO DE RESSALVAS E/OU RECOMENDAÇÃO.

TCE - TO

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DA 6ª RELATORIA
CONSELHEIRO ALBERTO SEVILHA

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2017 – 2ª Câmara

1. Processo nº:	4173/2015.
2. Classe de Assunto:	04 – Prestação de Contas.
2.1. Assunto:	02 - Prestação de Contas Consolidadas – Exercício de 2014.
3. Representante:	Diretoria Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas
4. Representado:	Wagner Vieira Neves – Prefeito- CPF: 832.709.141-72
5. Órgão:	Município de Novo Jardim/TO.
6. Relator:	Conselheiro Alberto Sevilha.
7. Corpo Esp. de Auditores:	Conselheiro Substituto Fernando César B. Malafaia.
8. Rep. do MP:	Procurador de Contas José R. T. Gomes.
9. Advogado	Não há

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE NOVO JARDIM/TO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SUPERÁVIT FINANCEIRO E PATRIMONIAL.APROVAÇÃO.RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENCAMINHAMENTO À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO E À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO JARDIM/TO.

10. Decisão:

10.1. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que versa sobre a Prestação de Contas Consolidadas do Município de Novo Jardim/TO, relativa ao exercício financeiro de 2014, sob a gestão do Senhor Wagner Vieira Neves, Prefeito, encaminhada a esta Corte de Contas para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I, da Constituição Estadual, artigo 1°, I, da Lei nº 1.284/2001 e artigo 25, do Regimento Interno.

10.2. Considerando que compete ao Tribunal apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, na conformidade do artigo 31, §1°, da Constituição Federal, artigos 32, §1° e 33, I, da Constituição Estadual, artigo 82, §1°, da Lei 4.320/64, artigo 57, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 1°, I, e 100, da Lei nº 1.284/2001.

10.3. Considerando que ao emitir Parecer Prévio o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, de acordo com a análise da gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, ficando o julgamento das mesmas, sob a responsabilidade das Câmaras Municipais.

10.4. Considerando que a referida prestação de contas atende ao disposto nos artigos 101 a 104, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme demonstrado na análise realizada.

10.5. Considerando que foi garantido ao responsável o princípio constitucional do contraditório e da ampla defesa, conforme determina o art. 5º, LV, da Constituição Federal.

10.6. Considerando, ainda, a análise empreendida pela equipe técnica, os pareceres emitidos pelo Corpo Especial de Auditores e pelo Ministério Público de Contas, e as razões expendidas pelo Relator em seu VOTO.

10.7. Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão Ordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

I. Recomendar a **APROVAÇÃO** das Contas Anuais Consolidadas do Município Novo Jardim **-TO**, referentes ao exercício financeiro de 2014, sob a gestão do Senhor **Wagner Vieira Neves,** prefeito, nos termos do inciso I, do art. 1.º, e inciso III, do art. 10, ambos da Lei n.º 1.284, de 17 de dezembro de 2001 c/c art. 28, do Regimento Interno, desta Corte de Contas, e emitir as seguintes ressalvas e determinações:

II. Ressalvas:

a) O percentual do valor arrecado em função do valor estimado foi de 64,49%, estando assim abaixo dos 65%, conforme IN 02/2003;

b) O recolhimento da Contribuição patronal atingiu o percentual de 18,84% dos vencimentos e remunerações, não cumprindo assim, com os art. 195, I, da CF e artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212/1991;

c) Divergência da receita arrecadada (R$ 7.738.943,57) com a despesa executada (R$ 8.185.169,40), gerando um déficit Orçamentário no valor de R$ 446.225,57, ou em percentual 5,45%.

III. Determinações:

a) Indicar corretamente a fonte de recurso utilizada para abertura dos créditos adicionais;

b) Recolher o percentual estabelecido na legislação relativo aos valores devido a Contribuição Patronal;

c) Efetuar o adequado planejamento na elaboração da LOA, cujas disposições deverão refletir de forma mais adequada a realidade municipal, compatíveis com as perspectivas de arrecadação e aplicação de recursos públicos no exercício financeiro de sua respectiva execução;

d) Adotar providências no sentido de dar efetividade a arrecadação dos impostos de sua competência;

e) Observar as disposições constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e proceder com o correto registro dos valores (inscritos, recebidos e

previsões de recebimento) referentes à Dívida Ativa, nos demonstrativos contábeis, em atendimento aos procedimentos e princípios contábeis;

f) Elaborar as notas explicativas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NVCT 16.6) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

g) O total da coluna dos "Ingressos" deve representar o mesmo valor da coluna dos "Dispêndios", no Balanço Financeiro;

h) O resultado Patrimonial do Período (do exercício) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve guardar consonância com o valor apresentado no Balanço Patrimonial na conta: Resultado do Exercício;

i) Cumprir o que preconiza o art. 1, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000 "equilíbrio das contas públicas";

j) Obedecer ao disposto no artigo 37, II da Constituição Federal, e reiteradas decisões desta Corte de Contas, dentre as quais, Resolução Plenária TCE/TO nº 415/2011, Acórdão TCE/TO nº 158/2016 -2ª Câmara e Parecer Prévio nº 012/2016- TCE/TO – 1ª Câmara; regularizar a legislação local pertinente aos cargos da administração, em consequência, atender ao disposto no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF e Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como, que os serviços de contabilidade, assessoria jurídica, médicos e demais áreas da saúde, sejam executados por servidores efetivos, vez que se trata de funções típicas da administração pública. Cabe informar, que a partir de 2018 estas despesas serão automaticamente incluídas no limite de despesa com pessoal, nos termos das legislações supramencionadas;

l) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: o primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e, o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

m) Elaborar o orçamento tomando como base a evolução da arrecadação das receitas dos três últimos exercícios, conforme determina o artigo 30 da Lei nº 4.320/64 e art. 12 da LC nº 101/00;

n) Proceder a cobrança da dívida ativa conforme dispõe os arts. 13 e 58 da LRF;

o) O Demonstrativo do Ativo Imobilizado deve guardar consonância com o registro das aquisições nas contas de Investimentos e Inversões Financeiras da execução orçamentária;

IV. Determinar, ainda:

a) A publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, §3º do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

b) O Encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório ao responsável para que tome conhecimento;

c) O encaminhamento do Relatório, Voto e Parecer Prévio à Diretoria Geral de Controle Externo, para que tome conhecimento acerca da uniformização de posicionamento

quanto à data limite para os municípios se adequarem ao cômputo de gastos com pessoal, bem como para que a partir do exercício de 2018, inclua todas as despesas terceirizadas com a execução de serviços voltados as áreas administrativas, contábil, jurídica e saúde, automaticamente no limite de despesa, caso o município não o faça, bem como para anotações;

d) Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do art. 107, da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das referidas contas a este Tribunal de Contas;

e) Após cumpridas as formalidades legais e regimentais, remetam os autos à Coordenadoria de Protocolo, para encaminhamento à Câmara Municipal de **Novo Jardim/TO**, para providências quanto ao julgamento das contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos ___ dias do mês de _____ de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 14/02/2017 16:06:29

LEONDINIZ GOMES - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234087

Código de Autenticação: 336ad5acc5fc29313386c7a918eedbd2 - 14/02/2017 16:08:02

MARCOS ANTONIO DA SILVA MODES - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 238431

Código de Autenticação: 589e4f934750d098bc183ed066fa2ef6 - 14/02/2017 16:15:35

ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO CORREGEDOR - Matricula: 246455

Código de Autenticação: 2fe2076c0feba063591b051c3d7fcba1 - 14/02/2017 16:16:19

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DA 6ª RELATORIA

TCE – TO

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2017 – 2ª Câmara

1. Processo nº:	4252/2015
2. Classe de Assunto:	04 – Prestação de Contas.
2.1. Assunto:	02 - Prestação de Contas Consolidadas – Exercício de 2014.
3. Representante:	Diretoria Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas
4. Representado:	José Luciano Azevedo Carlos – Prefeito- CPF: 644.227.981-20
5. Órgão:	Município de Ponte Alta do Bom Jesus /TO.
6. Relator:	Conselheiro Substituto Leondiniz Gomes
7. Corpo Esp. de Auditores:	Conselheiro Substituto Fernando C. B. Malafaia.
8. Rep. do MP:	Procurador de Contas Oziel P. D. Santos.
9. Advogado	Renato Duarte Bezerra- OAB/TO 4296

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE PONTE ALTA DO BOM JESUS/TO. EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. SUPERÁVIT PATRIMONIAL. APROVAÇÃO. RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENCAMINHAMENTO À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO E À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE ALTA DO BOM JESUS/TO.

10. Decisão:

10.1. Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, que versa sobre a Prestação de Contas Consolidadas do Município de Ponte Alta do Bom Jesus/TO, relativa ao exercício financeiro de 2014, sob a gestão do Senhor **José Luciano Azevedo Carlos**, Prefeito, encaminhada a esta Corte de Contas para fins de emissão de parecer prévio, nos termos do artigo 33, I, da Constituição Estadual, artigo 1º, I, da Lei nº 1.284/2001 e artigo 25, do Regimento Interno.

10.2. Considerando que compete ao Tribunal apreciar as contas prestadas anualmente pelos Prefeitos, na conformidade do artigo 31, §1º, da Constituição Federal, artigos 32, §1º e 33, I, da Constituição Estadual, artigo 82, §1º, da Lei 4.320/64, artigo 57, da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 1º, I, e 100, da Lei nº 1.284/2001;

10.3. Considerando que ao emitir Parecer Prévio o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, de acordo com a análise da gestão contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, ficando o julgamento das mesmas, sob a responsabilidade das Câmaras Municipais;

10.4. Considerando que a referida prestação de contas atende ao disposto nos artigos 101 a 104, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme demonstrado na análise realizada;

10.5. Considerando, ainda, a análise empreendida pela equipe técnica, os pareceres emitidos pelo Corpo Especial de Auditores e pelo Ministério Público de Contas, e as razões expendidas pelo Relator em seu VOTO,

10.6. Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta;

10.7. **RESOLVEM** os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão Ordinária da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

10.1. **Emitir Parecer prévio** pela **APROVAÇÃO** das Contas Anuais Consolidadas do Município **Ponte Alta do Bom Jesus -TO**, referentes ao exercício financeiro de 2014, sob a gestão do Senhor **José Luciano Azevedo Carlos,** prefeito, nos termos do art. 1º, inciso I, 10, III e 103 da Lei n.º 1.284/2001 c/c artigo 28 do Regimento Interno desta Corte de Contas. Assim, tendo em vista a função pedagógica deste Tribunal de Contas, convertemos em ressalvas e recomendações ao atual gestor para que adote as medidas necessárias ao saneamento das impropriedades:

I. Ressalvas

a) Déficit Orçamentário no valor de R$ 298.265,84, ou em percentual 3,60%, evidenciando que as receitas arrecadadas são inferiores ao valor das despesas empenhadas no exercício;

b) No Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10), não houve arrecadação da dívida ativa, descumprindo os arts. 13 e 58 da LRF;

c) A Previsão Atualizada da Receita, de R$ 11.667.347,60, difere do registrado na Despesa Atualizada de R$ 11.884.123,99, apresentando uma diferença de R$ 216.776,39, deixando de observar o princípio do equilíbrio, vez que os gastos públicos devem ser fielmente condicionados à receita prevista;

d) O recolhimento das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência atingiu o percentual de 14,63% dos vencimentos e remunerações, não cumprindo o limite legal exigido;

e) Não houve consonância entre o saldo de R$ 845.264,80 registrado no encerramento do exercício de 2013, com o valor informado neste balanço de R$ 859.882,76, gerando uma diferença de R$ 14.617,96, em desconformidade com os arts. 83 a 100 da Lei Federal nº 4320/64;

f) Divergência no valor dos ingressos que foi de R$ 10.087.028,10 e o de dispêndios de R$ 10.519.074,16, apresentando uma diferença de R$ 362.025,65;

g) Inscrição de restos a pagar sem disponibilidade financeira, para cumprimento dos compromissos de curto prazo, assumidos para o exercício seguinte.

h) Divergência no Demonstrativo do Ativo Imobilizado, pois apresenta um valor de aquisição de Bens Móveis de R$ 266.169,18, e ao comparar com as aquisições registradas nas contas de Investimentos e Inversões Financeiras da execução orçamentária, constatou-se um valor de R$ 532.876,49, apresentando uma diferença de R$ 266.707,31, portanto não guardando uniformidade entre as duas informações;

i) Déficit Financeiro no valor de R$ 293.204,87, ou em percentual 3,54%, sendo que o total das disponibilidades foi de R$ 315.616,32;

II. Recomendações

a) Adotar providências no sentido de dar efetividade a arrecadação dos impostos de sua competência;

b) Promover a arrecadação da dívida ativa, visando a efetiva cobrança por meios judiciais;

c) Cumprir o que preconiza o art. 1, § 1º da Lei Complementar nº 101/2000 "equilíbrio das contas públicas";

d) Fazer o recolhimento das contribuições patronais junto ao Regime Geral de Previdência Social, de forma tempestiva e no percentual previsto, conforme estabelece os arts. 195, I, da CF e artigo 22, inciso I da Lei nº 8.212/1991;

e) Utilizar a fonte correta de recursos no empenho de despesas do FUNDEB, pois apresenta valor maior que os recursos recebidos no exercício anterior, estando em desacordo a Portaria/TCE nº 914/2008;

f) Efetuar o adequado planejamento na elaboração da LOA, cujas disposições deverão refletir de forma mais adequada a realidade municipal, compatíveis com as perspectivas de arrecadação e aplicação de recursos públicos no exercício financeiro de sua respectiva execução;

g) O saldo financeiro para o período seguinte (Balanço Financeiro do exercício anterior) e o saldo financeiro atual, deve guardar consonância entre si;

h) Obedecer ao disposto no artigo 37, II da Constituição Federal, e reiteradas decisões desta Corte de Contas, dentre as quais, Resolução Plenária TCE/TO nº 415/2011, Acórdão TCE/TO nº 158/2016 -2ª Câmara e Parecer Prévio nº 012/2016- TCE/TO – 1ª Câmara; regularizar a legislação local pertinente aos cargos da administração, em consequência, atender ao disposto no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal- LRF e Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como, que os serviços de contabilidade, assessoria jurídica, médicos e demais áreas da saúde, sejam executados por servidores efetivos, vez que se trata de funções típicas da administração pública. Cabe informar, que a partir de 2018 estas despesas serão automaticamente incluídas no limite de despesa com pessoal, nos termos das legislações supramencionadas;

i) Elaborar as notas explicativas em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NVCT 16.6) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público;

j) O resultado Patrimonial do Período (do exercício) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve guardar consonância com o valor apresentado no Balanço Patrimonial na conta: Resultado do Exercício;

l) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: o primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e, o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

m) O Demonstrativo do Ativo Imobilizado deve guardar consonância com o registro das aquisições nas contas de Investimentos e Inversões Financeiras da execução orçamentária;

n) Promover a conferência dos valores dos ingressos e dispêndios, referente aos dados encaminhados pelos arquivos, evitando divergências com o valor registrado nas contas contábeis, bem como proceda o correto equilíbrio no Balanço Financeiro entre as receitas e despesas, conforme exige o Manual de Contabilidade Pública;

o) A correção de saldos inconsistentes do exercício anterior deverá ocorrer no exercício atual à Conta Contábil: Ajustes de Exercícios Anteriores (2.3.7.1.1.03...).

IV. Determinar, ainda:

a) A publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, §3º do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

b) O Encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório ao responsável para que tome conhecimento;

c) O encaminhamento do Relatório, Voto e Parecer Prévio à Diretoria Geral de Controle Externo, para que tome conhecimento acerca da uniformização de posicionamento quanto à data limite para os municípios se adequarem ao cômputo de gastos com pessoal, bem como para que a partir do exercício de 2018, inclua todas as despesas terceirizadas com a execução de serviços voltados as áreas administrativas, contábil, jurídica e saúde, automaticamente no limite de despesa, caso o município não o faça, bem como para anotações;

d) Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do art. 107, da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das referidas contas a este Tribunal de Contas;

e) Após cumpridas as formalidades legais e regimentais, remetam os autos à Coordenadoria de Protocolo, para encaminhamento à Câmara Municipal de **Ponte Alta do Bom Jesus/TO**, para providências quanto ao julgamento das contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado do Tocantins, aos ___ dias do mês de _____ de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 04/04/2017 16:49:03

LEONDINIZ GOMES - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234087

Código de Autenticação: 336ad5acc5fc29313386c7a918eedbd2 - 04/04/2017 16:59:47

MARCOS ANTONIO DA SILVA MODES - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 238431

Código de Autenticação: 589e4f934750d098bc183ed066fa2ef6 - 05/04/2017 12:30:55

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2018 – 2ª CÂMARA

1. Processo: 5795/2017
2. Classe de Assunto: 4 – Prestação de Contas
2.1. Assunto: 2 – Prestação de Contas do Prefeito – Consolidadas 2016
3. Origem: Prefeitura Municipal de Carmolândia - TO
4. Responsável: Sebastião de Gois Barros – CPF: 612.257.701-49
5. Relator: Conselheiro André Luiz de Matos Gonçalves
6. Representante do MP: Procurador de Contas Zailon Miranda Labre Rodrigues
7. Procurador constituído: não há

EMENTA: MUNICÍPIO DE CARMOLÂNDIA. EXERCÍCIO DE 2016. CONTAS CONSOLIDADAS. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS. DÉFICIT FINANCEIRO DE BAIXA EXPRESSIVIDADE, INDICES DE LIQUIDEZ MENORES QUE UM, NOTAS EXPLICATIVAS FORA DOS PADROES MCASP E NBCT. FALHAS DE BAIXA EXPRESSIVIDADE QUE NÃO IMPACTARAM NA AVALIAÇÃO DAS CONTAS. PARECER PRÉVIO PELA **APROVAÇÃO**. RECOMENDAÇÕES. REMESSA À CÂMARA MUNICIPAL.

8. **Decisão**

VISTOS, relatados e discutidos os autos da **Prestação de Contas Consolidadas do Município de Carmolândia**, referente ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. **Sebastião de Gois Barros**, Prefeito à época, submetidas à análise desta Corte de Contas, por força do disposto no § 2º do art. 31 c/c art. 71 da Constituição Federal, art. 33[6], inciso I, da Constituição Estadual, art. 1º, inciso I[7], da Lei Estadual nº 1.284/2001, art. 26[8] do Regimento Interno, Instrução Normativa TCE/TO nº 08/2013 e Instrução Normativa nº 02/2013.

Considerando o disposto no artigo 31, §1º, da Constituição Federal; arts. 32, §1º, e 33, I da Constituição Estadual; art. 82 § 1º, da Lei 4.320/64, art. 57 da Lei Complementar nº 101/00 e artigo 1º, I e 100 da Lei nº 1284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais, bem como o especificado no artigo 104 da Lei 1.284/2001.

Considerando que ao emitir Parecer Prévio, o Tribunal de Contas formula opinião em relação às citadas contas, atendo-se à análise da gestão contábil, financeira, orçamentária, patrimonial e cumprimento dos índices constitucionais, ficando o julgamento das mesmas sob a responsabilidade das Câmaras Municipais.

Considerando que após o exame dos autos, através da apreciação geral dos documentos apresentados e fundamentado na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal havida no exercício, bem como nos reflexos dos saldos contábeis na composição dos resultados obtidos ao final do período analisado, foi detectado o cumprimento dos limites constitucionais e legais, sobretudo no que diz respeito aos gastos de pessoal, limites do MDE, FUNDEB, ações e Serviços de Saúde, Repasse do Duodécimo, arrecadamento mínimo de tributos e superávit patrimonial, todos devidamente evidenciados no item 10.1 do Voto do Relator.

---

[6] Art. 33. Ao Tribunal de Contas compete:
* I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado, pela administração financeira dos Municípios e por todas as entidades da administração direta e indireta, estadual e municipais, mediante parecer prévio, que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento.

[7] Art. 1º. Ao Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, órgão de controle externo, compete, nos termos das Constituições Federal e Estadual, e na forma estabelecida nesta Lei:
I - apreciar as contas prestadas anualmente pelo Governador do Estado e pelos Prefeitos Municipais, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias a contar do seu recebimento, e, no caso de Municípios que tenham menos de duzentos mil habitantes, no prazo de cento e oitenta dias;

[8] Art. 26 As contas prestadas anualmente pelo Prefeito, até o dia 15 de abril do exercício seguinte, consistirão no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 165, § 5.º da Constituição Federal.

Considerando que a persistência as falhas relatadas no item 10.2 do Voto do Relator foram objeto de ressalvas e recomendações, em virtude de sua baixa potencialidade e expressividade no contexto geral das Contas Consolidadas apresentadas, não impactando na decisão final.

RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

8.1 Recomendar a **APROVAÇÃO** das Contas Anuais Consolidadas do **Município de Carmolândia - TO**, referentes ao exercício financeiro de 2016, sob a gestão do senhor **Sebastião de Gois Barros**, Prefeito à época, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 10, III e 103 da Lei nº 1.284/2001 c/c artigo 28 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

8.2. Determinar ao Gestor atual que adote providências com vistas ao atendimento das **recomendações/determinações** a seguir:

a) Proceder a correta evidenciação dos valores destinados aos programas constantes na LOA e apresente o Relatório de Gestão com os dados financeiros e físicos da execução, em conformidade com o PPA, de modo a possibilitar um exame das políticas públicas desenvolvidas, evidenciando suas explicações para eventuais inexecuções/execuções insatisfatórias de programas, que serão objeto de ponderação por este TCE/TO, sob pena de tê-las caracterizadas como insatisfatórias;

b) Adotar providências no sentido de dar efetividade a arrecadação, em especial dos impostos de competência do município, em consonância com o disposto nos artigos 11, 13 e 58 da LC nº 101/00, tendo em vista que a não efetividade da arrecadação poderá ensejar a suspensão das transferências voluntárias para o ente, tal qual estipula o parágrafo único do art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a rejeição das contas;

c) Planejar os orçamentos subsequentes, de acordo com o que determina o art. 30 da lei 4.320/64 e o art. 12 da LC 101/00, de modo que a estimativa da receita tome como base a evolução da arrecadação das receitas dos três últimos exercícios;

d) Realizar concurso público destinado à contratação de assessor jurídico, contador, médicos e demais profissionais da saúde, alertando que nas contas atinentes ao exercício de 2021 as despesas com a contratação desses profissionais, independentemente do vínculo estabelecido, deverão ser empenhadas no grupo de despesa 1 (um), classificada no elemento correspondente à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 163/2001 e somadas como despesas com pessoal, nos termos do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e serão incluídas no cômputo para fins de apuração do limite de gastos com pessoal. Portanto, cabe ao Município adequar-se à metodologia, mesmo no período que perdurar a fase do concurso público;

e) Promover as correções necessárias e se certificar da fidedignidade dos dados antes da transmissão, de modo a evitar inconsistências nos registros contabilizados, proporcionando, assim, a padronização das informações contábeis alusivas aos recursos públicos destinados e aplicados na saúde, alertando-o que em ambos os sistemas a fidelidade e exatidão dos registros são de estrita responsabilidade de quem os presta;

f) Enviar juntamente com a 8ª remessa todos os extratos bancários individualizados por conta em 31 de dezembro, de todas as unidades que compõem a conta consolidada do município, nos termos do inciso IV art. 3º da Instrução Normativa TCE/TO nº 8, de 27 de novembro de 2013;

g) Evidenciar todo o patrimônio do Município no Balanço Patrimonial para que seja demonstrada a real situação do Municipal;

h) Incluir no orçamento do município verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1 de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente, nos termos do §5º art. 100 da CF/88. Além disso, os precatórios judiciários apresentados após a referida data deverão ser registrados no passivo patrimonial;

i) Proceder o levantamento das contribuições previdenciárias e patronais, e, caso apure recolhimento a menor, adote as providências previstas na legislação;

j) Apresentar as notas Explicativas (NEs) contemplando os critérios utilizados quando da elaboração das demonstrações contábeis, acerca dos dados de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, entre outros, com o objetivo de adicionar informações não evidenciados nos demonstrativos, e ainda, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT 16.6) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

k) Que acompanhe a atuação dos conselhos municipais do FUNDEB e da Saúde, orientando-os a apresentar, periodicamente, os respectivos pareceres.

8.3. Determinar ao atual gestor e contador que procedam a retificação de lançamentos por meio de estorno, transferência e complementação, efetuando os ajustes decorrentes de omissões, erros de registros ou mudanças de critérios contábeis no exercício atual em consonância com o Plano de Contas Único, evidenciando em notas explicativas, com prova do registro contábil da informação correta.

8.4. Determinar a publicação deste Parecer no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3º, do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

8.5. Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao Sr. Sebastião de Gois Barros, Prefeito à época, bem como ao atual gestor (a), para conhecimento.

8.6. Esclarecer que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas ao julgamento individualizado, quando do exame dos atos dos senhores Prefeitos, enquanto ordenadores de despesas.

8.7. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas pela Câmara Municipal a esta Corte.

8.8. Determinar o encaminhamento do Relatório, Voto e Parecer Prévio à 2ª Diretoria de Controle Externo, objetivando a alimentação do sistema MCE-SIOPS, nos termos do Despacho nº 049310 - SEI/TCE-TO.

8.9. Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Coordenadoria de Protocolo Geral para as providências de mister e envio dos autos à Câmara Municipal de Carmolândia, para julgamento.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado, aos ____ dias do mês de agosto de 2018.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 14/08/2018 16:58:50

ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES - RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO CORREGEDOR - Matricula: 246455

Código de Autenticação: 2fe2076c0feba063591b051c3d7fcba1 - 14/08/2018 16:58:48

JOSE ROBERTO TORRES GOMES - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 239916

Código de Autenticação: c103f81d7e90d688d4f883d7acc05367 - 14/08/2018 16:32:50

LEONDINIZ GOMES - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234087

Código de Autenticação: 336ad5acc5fc29313386c7a918eedbd2 - 14/08/2018 16:24:40

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2017 – 2ª Câmara

1. Processo:	4227/2015
2. Classe de assunto:	4. Prestação de Contas
2.1 Assunto:	2. Prestação de Contas do Prefeito - Consolidadas 2014
3. Responsáveis:	José de Arimatéia Coelho Damaceno - Prefeito, CPF: 522.459.263-15 Layse Caroline Morais Branco - Controle Interno, CPF: 031.688.131-76 Paulo Wanderson de Sousa Damasceno - Contador, CPF: 018.803.631-86
4. Órgão:	Prefeitura Municipal de Luzinópolis - TO
5. Relator:	Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do Ministério Público:	Procuradora de Contas Raquel Medeiros Sales de Almeida
7. Procurador constituído nos autos:	Não há

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE LUZINÓPOLIS/TO. EXERCÍCIO DE 2014. APURAÇÃO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO E PATRIMONIAL. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB, PESSOAL, REPASSE DO DUODÉCIMO. APROVAÇÃO. RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENVIO DE CÓPIA DO RELATÓRIO, VOTO E PARECER PRÉVIO AOS RESPONSÁVEIS, AO ATUAL GESTOR E À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO. ENCAMINHAMENTO À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE LUZINÓPOLIS/TO.

Nos termos do Relatório e Voto do Relator, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, e

Considerando o artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32 §1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, I e 100 da Lei Estadual nº 1.284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais;

Considerando o que dispõe o artigo 104 da Lei Estadual nº 1.284/2001;

Considerando que foi dada oportunidade de defesa para o Gestor, cumprindo desta forma o preceito constitucional do contraditório e da ampla defesa;

Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta;

Considerando o entendimento contido nos Pareceres nºs 2528/2016 e 1310/2017, do Corpo Especial de Auditores e do Ministério Público junto a esta Corte de Contas;

8. RESOLVEM:

8.1 recomendar a **APROVAÇÃO** das Contas Anuais Consolidadas do Município de Luzinópolis - TO, referente ao exercício financeiro de 2014, gestão do Senhor José de Arimatéia Coelho Damaceno, Prefeito no exercício, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, emitir as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1 Ressalvas:

1) O valor total dos Créditos Suplementares abertos pela redução das dotações orçamentárias é inferior ao total das Reduções de Dotações realizadas, no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11, apresentando uma diferença na ordem de R$ 50.000,00;

2) As alterações orçamentárias apresentadas no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11, em relação às alterações orçamentárias apresentadas no Demonstrativo dos Créditos Adicionais do exercício 2014 não guardaram consonância entre si;

3) O valor total dos Créditos Suplementares abertos pela redução das dotações orçamentárias é superior ao total das Reduções de Dotações realizadas, no Demonstrativo dos Créditos Adicionais, apresentando uma diferença na ordem de R$ 164.695,47;

4) As alterações orçamentárias apresentadas nas Contas Consolidadas, não guardou consonância com as alterações orçamentárias realizadas nas Contas de Ordenadores, verifico que existiram falhas da consolidação dos dados do Poder Legislativo, onde só foram consolidados R$ 40.000,00, restando R$ 48.000,00 dos R$ 88.000,00 executados pela Câmara Municipal;

5) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, demonstraram a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior, o Balanço Consolidado do Exercício de 2013 (Processo nº 3777/2014) apresentou um saldo de Restos a Pagar no valor de R$ 503.676,01 (quinhentos e três mil, seiscentos e setenta e seis reais e um centavo), onde R$ 440.037,28 se referia a Restos a Pagar não Processados e R$ 63.638,73 a Restos a Pagar Processados, porém, o saldo inicial dos Restos a Pagar apresentado no Balanço Consolidado do Exercício de 2014 (8ª Remessa de 2014) de zero (R$ 0,00), portanto, divergentes;

6) O valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM depositada em conta bancária do FPM em 09/12/2014 foi de R$ 225.445,46 (duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), o qual verifico que foi registrado na conta do FPM "normal", onde o correto seria o registro na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007), influenciando assim na apuração do índice da Saúde;

7) Divergência entre os valores constantes no Demonstrativos do Passivo Financeiro, que apresenta a descrição analítica por credor, e no Demonstrativo da Dívida Flutuante;

8) O registro contábil das cotas de contribuição patronal do Ente devidas ao Regime Geral da Previdência Social atingiu o percentual 18,33% dos vencimentos e remunerações, descumprindo o art. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991;

9) Divergência entre a arrecadação e registros contábeis referente a receita do FUNDEB, em desconformidade ao que dispõe o artigo 90 da Lei Federal nº 4.320/64;

10) Despesas com recursos do FUNDEB equivalendo a 100,37%, sendo que os recursos do Fundo devem ser gastos no "exercício financeiro em que lhes forem creditados", art. 21 da Lei Federal nº 11.494/2007;

11) O Balanço Patrimonial informou o valor de R$ 4.573.203,74 para os Bens Imóveis, enquanto que, o Demonstrativo do Ativo Imobilizado apresentou o montante de R$ 0,00, portanto, constata-se uma divergência de R$ 4.573.203,74.

8.1.2 Determinações:

1) Os valores das alterações orçamentárias apresentadas no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 devem guardar consonância com as apresentadas no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

2) O valor da Suplementação por Anulação de Dotações deve ser igual a Anulação Parcial ou Total de Dotação Orçamentária, tanto no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 como no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

3) O arquivo: "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais) deve demonstrar todos os Tipos de Créditos Orçamentários utilizados no exercício, assim como o arquivo: "Balancete da Despesa.xml" (arquivo utilizado para gerar o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11) também deve demonstrar todas as alterações orçamentárias ocorridas no exercício;

4) As alterações orçamentárias apresentadas nas Contas Consolidadas, devem guardar consonância com as realizadas nas Contas de Ordenadores;

5) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, devem demonstrar a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior;

6) Registrar o valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM na conta de receita: 1.7.2.1.01.03 - Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro (EC Nº 55/2007), assim como da Emenda Constitucional nº 84/2014, receita: 1.7.2.1.01.04 - Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho (EC Nº 84/2014);

7) Apresentar o Demonstrativo do Passivo Financeiro, que apresenta a descrição analítica por credor, em consonância com a Demonstração da Dívida Flutuante;

8) Recolher o percentual estabelecido na legislação relativos aos valores devidos a Previdência Social da Contribuição Parte Patronal;

9) Registrar as receitas orçamentárias conforme determina o artigo 90 da Lei Federal nº 4.320/64;

10) Despesas com recursos do FUNDEB devem ser gastos no "exercício financeiro em que lhes forem creditados", de acordo com o art. 21 da Lei Federal nº 11.494/2007;

11) Apresentar o Demonstrativo do Ativo Imobilizado, que apresenta a descrição analítica bens, em consonância com o Balanço Patrimonial;

12) Realizar cancelamentos em Restos a Pagar Processados, apenas quando se tratar de erro, falha, duplicidade, desistência ou prescrição, acompanhado de ato autorizativo e documento dos credores que os legitime, bem como realizar cancelamentos de Restos a Pagar não Processados acompanhado de ato autorizativo;

13) Apresentar as informações concernentes ao Sistema SICAP/LO, relativos às Licitações, Contratos e Obras, como determina a IN TCE/TO nº 010/2008 (alterada pela IN TCE/TO nº 003/2010);

14) Adotar medidas como, levantamento e reavaliação dos bens patrimoniais, para atualização dos mesmos na contabilidade como determina a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.**

15) Observar a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que estabeleceu o **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**, quanto aos prazos para efetiva implantação dos Créditos Tributários e não Tributários, bem como para a Dívida Ativa Tributária ou não Tributária;

16) Obedecer ao disposto no artigo 37, II da Constituição Federal, e reiteradas decisões desta Corte de Contas, dentre as quais, Resolução Plenária TCE/TO nº 415/2011, Acórdão TCE/TO nº 158/2016 - 2ª Câmara e Parecer Prévio nº 012/2016 - TCE/TO - 1ª Câmara; regularizar a legislação local pertinente aos cargos da administração, em consequência, atender ao disposto no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como, determino que os serviços de contabilidade, assessoria jurídica (Procuradoria), médicos, enfermeiras, odontólogo, entre outras áreas de saúde, sejam executados por servidores efetivos, vez que se trata de funções típicas da administração pública. Cabe informar, que a partir de 2018 estas despesas serão automaticamente incluídas no limite de despesa com pessoal, nos termos das legislações supramencionadas;

17) Registrar, classificar, bem como, contabilizar as receitas de acordo com a **Relação das Contas da Receita Orçamentária** emitida por este Tribunal;

18) Observar os Layout's do SICAP/Contábil, para demonstrar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

19) A correção de saldos inconsistentes do exercício anterior deverá ocorrer no exercício atual à conta da Conta Contábil: Ajustes de Exercícios Anteriores (2.3.7.1.1.03...);

20) Conciliar valores entre a Relação de Bens do Ativo Imobilizado informado através do arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" com os registros contábeis do **Balancete de Verificação,** contas: 1231000000000000 (Bens Móveis), 1232000000000000 (Bens Imóveis) e 1238000000000000 (Depreciações) dentre outras informações necessários para apuração do **Ativo Imobilizado**;



21) Para fins da correta evidenciação dos Anexos I e II do **Balanço Orçamentário**, referentes a execução de **restos a pagar**, efetuem a conferência dos dados encaminhados por meio dos Arquivos: "Empenhos", "Liquidações" e "Pagamentos", referentes a exercícios anteriores, quando houver inscrições em exercícios anteriores;

22) Adotar procedimentos de controle e conferência de forma que o valor da geração líquida de caixa evidenciada na "**Demonstração dos Fluxos de Caixa**" seja consistente, e inclusive, coincida com a diferença entre saldos iniciais e finais da conta de caixa e equivalentes de caixa (1.1.1.1) expostos no final do demonstrativo;

23) Considerando que a **DVP** "Demonstração das Variações Patrimoniais" evidencia as variações qualitativas (Incorporação e Desincorporação de Ativos e Passivos) e quantitativas ocorridas no exercício, sejam elas aumentativas ou diminutivas, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício, acompanhar e analisar os lançamentos e saldos contábeis registrados nas classes 3 (variações diminutivas) e 4 (variações aumentativas) e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária: (4.4.0.0.0.00.00.00.00.000 e 4.5.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Ativo; 4.6.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Passivo; 2.1.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Passivo e 2.2.0.0.0.00.00.00.00.000 e 2.3.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Ativo), grupos utilizados para elaborar a demonstração;

24) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: O primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e, o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

25) Adotar medidas para que as informações relativas ao enfoque dado pela Lei Federal nº 4.320/64, evidencie o atributo de cada conta, se financeiro ou permanente. No exercício é necessário observar por meio do balancete, as marcações das contas na coluna do Indicador do Superávit Financeiro, sendo "F" de Financeiro e "P" de Permanente;

26) Efetuar os registros contábeis nas classes 7 e 8, referente a controles inclusive de obrigações oriundas de contratos e convênios assinados, para que ao final do Demonstrativo "Balanço Patrimonial" no campo compensações sejam evidenciados os atos que possam vir a afetar o Patrimônio e as obrigações executadas e a executar;

27) Informar adequadamente os dados sobre os Créditos Adicionais através do arquivo "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml", encaminhado via SICAP/Contábil, e adotar procedimento de controle para que estes estejam consistentes e em consonância com as alterações orçamentárias informadas nos arquivos Balancete de Verificação (contas do grupo 5.2 - Orçamento Aprovado) e Balancete da Despesa, o qual serve de subsídio para elaboração do Anexo 11); e

8.2 determinar, ainda:

8.2.1 a publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, § 3º do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

8.2.2 o envio de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório aos responsáveis para que tome conhecimento;

8.2.3 o envio de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório ao atual gestor da Prefeitura Municipal de Luzinópolis, para conhecimento quanto às determinações contidas no Item 8.1.2 desta Decisão;

8.2.4 o envio de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal - COAGF, para realizar correções no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde - ASPS - Anexo 12, conforme Item 9.7.1.4 do Voto;

8.2.5 o envio de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Quarta Diretoria de Controle Externo, para as providências quanto à alimentação do sistema MCE-SIOPS;

8.2.6 o envio de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Diretoria Geral de Controle Externo para anotações, em seguida o encaminhamento dos presentes autos à Coordenadoria de Protocolo Geral para remessa à Câmara Municipal de Luzinópolis - TO, para as providências quanto ao julgamento das contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões em Palmas, Capital do Estado, ao dia 1º do mês de agosto de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 01/08/2017 15:57:35

JOSE ROBERTO TORRES GOMES - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 239916

Código de Autenticação: c103f81d7e90d688d4f883d7acc05367 - 01/08/2017 15:50:17

LEONDINIZ GOMES - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234087

Código de Autenticação: 336ad5acc5fc29313386c7a918eedbd2 - 01/08/2017 16:01:48

ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO CORREGEDOR - Matricula: 246455

Código de Autenticação: 2fe2076c0feba063591b051c3d7fcba1 - 01/08/2017 16:08:28

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2016 – 2ª Câmara

1. Processo:	4259/2015
2. Classe de assunto:	4. Prestação de Contas
2.1 Assunto:	2. Prestação de Contas do Prefeito - Consolidadas 2014
3. Responsáveis:	Jáder Jaime Félix Pinheiro - Prefeito, CPF: 018.359.813-05 Jorge Ribeiro Carvalho - Controle Interno, CPF: 218.864.662-20 Amaurílio Cândido de Oliveira - Contador, CPF: 003.494.251-32
4. Órgão:	Prefeitura Municipal de Praia Norte - TO
5. Relator:	Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do Ministério Público:	Procurador-Geral de Contas Zailon Miranda Labre Rodrigues
7. Procurador constituído nos autos:	Não há

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE PRAIA NORTE/TO. EXERCÍCIO DE 2014. APURAÇÃO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB, PESSOAL E REPASSE DO DUODÉCIMO. APROVAÇÃO. RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENCAMINHAMENTO À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO E À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. INTIMAÇÃO DO REPRESENTANTE DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS JUNTO A ESTE TRIBUNAL.ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE/TO.

Nos termos do Relatório e Voto do Relator, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, e

Considerando o artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32 §1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, I e 100 da Lei Estadual nº 1.284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais;

Considerando o que dispõe o artigo 104 da Lei Estadual nº 1.284/2001;

Considerando que foi dada oportunidade de defesa para o Gestor, cumprindo desta forma o preceito constitucional do contraditório e da ampla defesa;

Considerando o Parecer nº 010/2016 do Corpo Especial de Auditores;

Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta;



8. RESOLVEM:

8.1. recomendar a aprovação das Contas Anuais Consolidadas do **Município de Praia Norte - TO**, referente ao exercício financeiro de 2014, gestão do Senhor Jáder Jaime Félix Pinheiro, Prefeito no exercício, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, e, emitir as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1 Ressalvas:

1) A receita efetivamente arrecadada em relação à receita prevista no exercício de 2014 foi de **79,96%,** estando abaixo da média dos três últimos exercícios, descumprindo os critérios estabelecidos nos artigos 30 da Lei Federal nº 4.320/64 e 12 da LC nº 101/2000;

2) O Arquivo: "Leis Orçamentárias.xml" da Remessa Orçamento/2014, informou que o percentual para abertura de Créditos Adicionais Suplementares seria 70%, contudo, a Lei Municipal nº 148/2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2014) estabelece o percentual de 90%, portanto, existiu divergência entre as informações;

3) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, demonstraram a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior, o Balanço Consolidado do Exercício de 2013 (Processo nº 3693/2014) apresentou um saldo de Restos a Pagar no valor de R$ 102.262,89 (cento e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e oitenta e nove centavos), porém, o saldo inicial dos Restos a Pagar do Balanço Consolidado do Exercício de 2014 (8ª Remessa de 2014) é apresentado zerado;

4) O valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM depositada em conta bancária do FPM em 09/12/2014 foi de R$ 225.445,46 (duzentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e seis centavos), o qual verifico que foi registrado na conta do FPM "normal", onde o correto seria o registro na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007), influenciando assim na apuração do índice da Saúde;

5) Divergência entre os valores constantes no Demonstrativo do Passivo Financeiro, que apresenta a descrição analítica por credor, e no Demonstrativo da Dívida Flutuante;

6) O valor das disponibilidades de R$ 698.711,27 (constante do Balanço Patrimonial e Balancete de Verificação) não confere com o valor registrado na "Conciliação dos saldos bancários", (constante da prestação de contas - e - contas), na ordem R$ 397.123,90, resultando numa diferença de R$ 301.587,37, em desacordo com as normas estabelecidas nos arts. 83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64;

7) O Item 5.3 do Relatório de Análise da Prestação de Contas emitido pela Quarta Diretoria de Controle Externo, constatou que o recolhimento das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência atingiu o percentual **18,26%** dos vencimentos e remunerações, não se cumprindo os arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991.

8.1.2 Determinações:

1) A previsão da receita deve obedecer aos critérios estabelecidos nos artigos 30 da Lei Federal nº 4.320/64 e 12 da LC nº 101/2000;

2) O preenchimento das informações do Arquivo: "Leis Orçamentárias.xml" da Remessa Orçamento do SICAP/Contábil, deve obedecer aos dados constantes nas Leis: PPA, LDO e LOA do exercício de referência;

3) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, devem demonstrar a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior;

4) Registrar o valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007) assim como da Emenda Constitucional nº 84/2014;

5) O Demonstrativo do Passivo Financeiro, que apresenta a descrição analítica por credor, e o Demonstrativo da Dívida Flutuante devem guardar consonância entre suas informações.

6) O valor das Conciliações dos Saldos Bancários, bem como, do Termo de Conferência de Saldos Bancários/Caixa em 31 de dezembro das Contas Consolidadas, deve representar as somatórias das disponibilidades financeiras de todas as Unidades Gestoras.

7) Recolher o percentual estabelecido na legislação relativos aos valores devidos a Previdência Social da Contribuição Parte Patronal;

8) Observar os *Layout's* do SICAP/Contábil, para demonstrar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

9) A correção de saldos inconsistentes do exercício anterior deverá ocorrer no exercício atual à conta da Conta Contábil: Ajustes de Exercícios Anteriores (2.3.7.1.1.03...);

10) Conciliar valores entre a **Relação de Bens do Ativo Imobilizado** informado através do arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" com os registros contábeis do **Balancete de Verificação** contas: 1231000000000000 (Bens Móveis), 1232000000000000 (Bens Imóveis) e 1238000000000000 (Depreciações) dentre outras informações necessários para apuração do **Ativo Imobilizado**;

11) Para fins da correta evidenciação dos Anexos I e II do **Balanço Orçamentário**, referentes a execução de **restos a pagar**, efetuem a conferência dos dados encaminhados por meio dos Arquivos: "Empenhos", "Liquidações" e "Pagamentos", referentes a exercícios anteriores, quando houver inscrições em exercícios anteriores;

12) Adotar procedimentos de controle e conferência de forma que o valor da geração líquida de caixa evidenciada na "**Demonstração dos Fluxos de Caixa**" seja consistente, e inclusive, coincida com a diferença entre saldos iniciais e finais da conta de caixa e equivalentes de caixa (1.1.1.1) expostos no final do demonstrativo;

13) Considerando que a **DVP** "Demonstração das Variações Patrimoniais" evidencia as variações qualitativas (Incorporação e Desincorporação de Ativos e Passivos) e quantitativas ocorridas no exercício, sejam elas aumentativas ou diminutivas, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício, acompanhar e analisar os lançamentos e saldos contábeis registrados nas classes 3 (variações diminutivas) e 4 (variações aumentativas) e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária: (4.4.0.0.0.00.00.00.00.000 e

4.5.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Ativo; 4.6.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Passivo; 2.1.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Passivo e 2.2.0.0.0.00.00.00.00.000 e 2.3.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Ativo), grupos utilizados para elaborar a demonstração;

14) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: O primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

15) Adotar medidas para que as informações relativas ao enfoque dado pela Lei Federal nº 4.320/64, evidencie o atributo de cada conta, se financeiro ou permanente. No exercício é necessário observar por meio do balancete, as marcações das contas na coluna do Indicador do Superávit Financeiro, sendo "F" de Financeiro e "P" de Permanente;

16) Efetuar os registros contábeis na classe 7 e 8, referente a controles inclusive de obrigações oriundas de contratos e convênios assinados, para que ao final do Demonstrativo "Balanço Patrimonial" no campo compensações sejam evidenciados os atos que possam vir a afetar o Patrimônio e as obrigações executadas e a executar;

17) Informar adequadamente os dados sobre os Créditos Adicionais através do arquivo "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml", encaminhado via SICAP/Contábil, e adotar procedimento de controle para que estes estejam consistentes e em consonância com as alterações orçamentárias informadas nos arquivos Balancete de Verificação (contas do grupo 5.2 - Orçamento Aprovado) e Balancete da Despesa, o qual serve de subsídio para elaboração do Anexo 11), e;

8.2 determinar:

8.2.1 a publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, § 3º do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

8.2.2 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório aos responsáveis para que tomem conhecimento;

8.2.3 a intimação do representante do Ministério Público de Contas junto a este Tribunal;

8.2.4 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Quarta Diretoria de Controle Externo, para as providências quanto à alimentação do sistema MCE-SIOPS;

8.2.5 o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria Geral de Controle Externo para anotações, em seguida à Coordenadoria de Protocolo Geral para remessa à Câmara Municipal de Praia Norte - TO, para as providências quanto ao julgamento das contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões em Palmas, Capital do Estado, aos dias 16 do mês de agosto de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 16/08/2016 16:15:46

MARCOS ANTONIO DA SILVA MODES - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 238431

Código de Autenticação: 589e4f934750d098bc183ed066fa2ef6 - 16/08/2016 16:08:16

LEONDINIZ GOMES - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234087

Código de Autenticação: 336ad5acc5fc29313386c7a918eedbd2 - 16/08/2016 16:06:30

ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO CORREGEDOR - Matricula: 246455

Código de Autenticação: 2fe2076c0feba063591b051c3d7fcba1 - 16/08/2016 16:16:58

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2016 – 2ª Câmara

1. Processo:	4371/2015
2. Classe de assunto:	4. Prestação de Contas
2.1 Assunto:	2. Prestação de Contas do Prefeito - Consolidadas 2014
3. Responsáveis:	Eduardo Silva Madruga - Prefeito, CPF: 648.977.961-72 Pedro Lopes Barros - Controle Interno, CPF: 042.410.021-53 Roney Brito Barroso - Contador, CPF: 987.563.381-04
4. Órgão:	Prefeitura Municipal de Wanderlândia - TO
5. Relator:	Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do Ministério Público:	Procurador-Geral de Contas Zailon Miranda Labre Rodrigues
7. Procurador constituído nos autos:	Não há

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE WANDERLÂNDIA/TO. EXERCÍCIO DE 2014. APURAÇÃO DE SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB, PESSOAL E REPASSE DO DUODÉCIMO. APROVAÇÃO. RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENCAMINHAMENTO À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO E À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE WANDERLÂNDIA/TO.

Nos termos do Relatório e Voto do Relator, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, e

Considerando o artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32 §1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, I e 100 da Lei Estadual nº 1.284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais;

Considerando o que dispõe o artigo 104 da Lei Estadual nº 1.284/2001;

Considerando que foi dada oportunidade de defesa para o Gestor, cumprindo desta forma o preceito constitucional do contraditório e da ampla defesa;

Considerando os Pareceres nºs 006/2016 e 055/2016 do Corpo Especial de Auditores e do Ministério Público junto a esta Corte de Contas;

Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta;

8. RESOLVEM:

8.1. recomendar a aprovação das Contas Anuais Consolidadas do **Município de Wanderlândia - TO**, referentes ao exercício financeiro de 2014, gestão do Senhor Eduardo Silva Madruga, Prefeito no exercício de 2014, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, e, emitir as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1 Ressalvas:

1) As Dotações Iniciais informadas no Arquivo: "LOA Despesa.xml" como sendo os valores fixados no Orçamento para o Órgão: Prefeitura Municipal de Wanderlândia não representou os mesmos valores constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA;

2) O orçamento do Órgão Prefeitura Municipal de Wanderlândia foi informado erroneamente em conjunto com a parte do orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no Arquivo: "LOA Despesa.xml" (Tabela 2 deste Voto);

3) O valor orçado para cada Unidade Gestora informado no Arquivo: "LOA Despesa.xml" (Tabela 2 deste Voto), diverge do valor das Dotações Iniciais informado no Balanço Orçamentário - Anexo 12 - Exercício de 2014, Contas de Ordenador (Tabela 3 deste Voto) em R$ 5.740.000,00 (cinco milhões, setecentos e quarenta mil reais);

4) A receita efetivamente arrecadada em relação à receita prevista no exercício de 2014 foi de **65,18%,** estando abaixo da média dos três últimos exercícios, descumprindo os critérios estabelecidos nos artigos 30 da Lei Federal nº 4.320/64 e 12 da LC nº 101/2000;

5) O Arquivo: "Leis Orçamentárias.xml" da Remessa Orçamento/2014, informou que o percentual para abertura de Créditos Adicionais Suplementares seria 70%, contudo, a Lei Municipal nº 496/2013 (Lei Orçamentária Anual - LOA para o exercício de 2014) estabelece o percentual de 80%, portanto, existiu divergência entre as informações;

6) O valor da Redução das Dotações Orçamentárias é superior ao valor dos Créditos Suplementares no montante de R$ 2.152.507,74 (dois milhões, cento e cinquenta e dois mil, quinhentos e sete reais e setenta e quatro centavos);

7) As alterações orçamentárias apresentadas no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 em relação às alterações orçamentárias apresentadas no Demonstrativo dos Créditos Adicionais do exercício 2014 não guardam consonância entre si;

8) O valor da Suplementação por Anulação de Dotações é maior que o valor da Anulação Parcial ou Total de Dotação Orçamentária, tanto no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 como no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

9) O Orçamento foi atualizado (reduzido) do valor previsto em R$ 2.152.507,74, porém, o arquivo: "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais) não demonstrou a utilização de qualquer outro tipo de alteração orçamentária que justificasse essa redução, assim como o arquivo: "Balancete da Despesa.xml" (arquivo utilizado para gerar o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11) também não demonstrou a utilização de qualquer outro tipo de alteração orçamentária que justificasse essa redução;

10) As alterações orçamentárias apresentadas nas Contas Consolidadas, divergem em R$ 25.001,00 (vinte e cinco mil e um real) das realizadas nas Contas de Ordenadores;

11) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, demonstraram a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior. Verifica-se que o Balanço Consolidado do exercício de 2013 (Processo nº 4807/2014) apresentou um saldo de Restos a Pagar no valor de R$ 93.359,12 (noventa e três mil, trezentos e cinquenta e nove reais e doze centavos), porém, o saldo inicial dos Restos a Pagar do Balanço Consolidado do Exercício de 2014 (8ª Remessa de 2014) é apresentado zerado;

12) O valor total dos "Ingressos" diverge do valor total dos "Dispêndios" no Balanço Financeiro - Anexo 13;

13) O Resultado Patrimonial do Período (do exercício) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais diverge do valor apresentado no Balanço Patrimonial na conta: Resultado do Exercício;

14) A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, no valor de R$ 999.877,45 (novecentos e noventa e nove mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e cinco centavos), diverge do valor apurado nos Fluxos das Atividades no valor de R$ 810.623,51 (oitocentos e dez mil, seiscentos e vinte e três reais e cinquenta e um centavos), na ordem de **R$ 189.253,94** (cento e oitenta e nove mil, duzentos e cinquenta e três reais e noventa e quatro centavos);

15) Verificou-se que o Município realizou despesas impróprias na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (despesas com gêneros alimentícios/refeições pagas com recursos do MDE - 0020.00.000), no valor total de **R$ 12.309,75** (doze mil, trezentos e nove reais e setenta e cinco centavos), em desacordo com o art. 71 da Lei Federal nº 9.394/96.

16) Despesas com recursos do FUNDEB equivalendo a 110,02%, sendo que os recursos do Fundo devem ser gastos no "exercício financeiro em que lhes forem creditado";

17) O valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM depositada em conta bancária do FPM em 09/12/2014 foi de R$ 300.593,96 (trezentos mil, quinhentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos), o qual verifico que foi registrado na conta do FPM "normal", onde o correto seria o registro na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007), influenciando assim na apuração do índice da Saúde;

18) O Item 5.3 do Relatório de Análise da Prestação de Contas emitido pela Quarta Diretoria de Controle Externo, constatou que o recolhimento das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência atingiu o percentual **19,82%** dos vencimentos e remunerações, não se cumprindo os arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991.

8.1.2 Determinações:

1) As Dotações Iniciais informadas no Arquivo: "LOA Despesa.xml" devem representar os mesmos valores constantes da Lei Orçamentária Anual - LOA;

2) O valor orçado para cada Unidade Gestora informado no Arquivo: "LOA Despesa.xml" deve ser o mesmo das Dotações Iniciais informado no Balanço Orçamentário - Anexo 12 - 7ª Remessa - Contas de Ordenador;

3) Cada Unidade Gestora deve informar a parte que lhes cabe do orçamento, incluindo as receitas e despesas, a serem enviadas na Remessa Orçamento do SICAP/Contábil;

4) A previsão da receita deve obedecer aos critérios estabelecidos nos artigos 30 da Lei Federal nº 4.320/64 e 12 da LC nº 101/2000;

5) O preenchimento das informações do Arquivo: "Leis Orçamentárias.xml" da Remessa Orçamento do SICAP/Contábil, deve obedecer aos dados constantes nas Leis: PPA, LDO e LOA do exercício de referência;

6) Os valores das alterações orçamentárias apresentadas no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 devem guardar consonância com as apresentadas no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

7) O valor da Suplementação por Anulação de Dotações deve ser igual a Anulação Parcial ou Total de Dotação Orçamentária, tanto no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 como no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

8) O arquivo: "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais) deve demonstrar todos os Tipos de Créditos Orçamentários utilizados no exercício, assim como o arquivo: "Balancete da Despesa.xml" (arquivo utilizado para gerar o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11) também deve demonstrar todas as alterações orçamentárias ocorridas no exercício;

9) As alterações orçamentárias apresentadas nas Contas Consolidadas, devem guardar consonância com as realizadas nas Contas de Ordenadores;

10) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, devem demonstrar a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior;

11) No Balanço Financeiro o total da coluna "Ingressos" deve representar o mesmo valor do total da coluna "Dispêndios";

12) Apresentar o Resultado Patrimonial do Período (do exercício) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais em consonância com o valor apresentado no Balanço Patrimonial na conta: Resultado do Exercício;

13) O valor da Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa deve coincidir como valor apurado nos Fluxos das Atividades;

14) As despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino da educação básica devem obedecer os critérios contidos no art. 70 da Lei Federal nº 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB);

15) Despesas com recursos do FUNDEB devem ser gastos no "exercício financeiro em que lhes forem creditados";

16) Registrar o valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007) assim como da Emenda Constitucional nº 84/2014;

17) Recolher o percentual estabelecido na legislação relativos aos valores devidos a Previdência Social da Contribuição Parte Patronal;

18) Observar os *Layout's* do SICAP/Contábil, para demonstrar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

19) A correção de saldos inconsistentes do exercício anterior deverá ocorrer no exercício atual à conta da Conta Contábil: Ajustes de Exercícios Anteriores (2.3.7.1.1.03...);

20) Conciliar valores entre a **Relação de Bens do Ativo Imobilizado** informado através do arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" com os registros contábeis do **Balancete de Verificação** contas: 1231000000000000 (Bens Móveis), 1232000000000000 (Bens Imóveis) e 1238000000000000 (Depreciações) dentre outras informações necessários para apuração do **Ativo Imobilizado**;

21) Utilizar corretamente o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público - PCASP, levando em consideração os normativos técnicos contidos no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP;

22) Conferir os dados encaminhados por meio dos Arquivos: "Empenhos", "Liquidações" e "Pagamentos", oriundos de exercícios anteriores, para a correta evidenciação dos Anexos I e II do **Balanço Orçamentário**, referentes a execução de **restos a pagar**;

23) Adotar procedimentos de controle e conferência de forma que o valor da geração líquida de caixa evidenciada na "**Demonstração dos Fluxos de Caixa**" seja consistente, e, inclusive, coincida com a diferença entre saldos iniciais e finais da conta de caixa e equivalentes de caixa (1.1.1.1) expostos no final do demonstrativo;

24) Analisar os lançamentos e saldos contábeis registrados nas classes 3 (variações diminutivas) e 4 (variações aumentativas) e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária: (4.4.0.0.0.00.00.00.00.000 e 4.5.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Ativo; 4.6.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Passivo; 2.1.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Passivo e 2.2.0.0.0.00.00.00.00.000 e 2.3.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Ativo), grupos utilizados para elaborar a **DVP** "Demonstração das Variações Patrimoniais" que evidencia as variações qualitativas (Incorporação e Desincorporação de Ativos e Passivos) e quantitativas ocorridas, bem como, o resultado patrimonial apurado no exercício;

25) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: O primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e, o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

26) Adotar medidas para que as informações relativas ao enfoque dado pela Lei Federal nº 4.320/64, evidencie o atributo de cada conta, se financeiro ou permanente. No exercício é necessário observar por meio do balancete, as marcações das contas na coluna do Indicador do Superávit Financeiro, sendo "F" de Financeiro e "P" de Permanente;

27) Efetuar os registros contábeis na classe 7 e 8, referentes a controles inclusive de obrigações oriundas de contratos e convênios assinados, para que ao final do Demonstrativo "Balanço Patrimonial" no campo compensações sejam evidenciados os atos que possam vir a afetar o Patrimônio e as obrigações executadas e a executar;

28) Informar adequadamente os dados sobre os Créditos Adicionais através do arquivo "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml", encaminhado via SICAP/Contábil, e adotar procedimento de controle para que estes estejam consistentes e em consonância com as alterações orçamentárias informadas nos arquivos Balancete de Verificação (contas do grupo 5.2 - Orçamento Aprovado) e Balancete da Despesa, o qual serve de subsídio para elaboração do Anexo 11), e;

8.2 determinar:

8.2.1 a publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, § 3º do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

8.2.2 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório ao responsável para que tome conhecimento;

8.2.3 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Quarta Diretoria de Controle Externo, para as providências quanto à alimentação do sistema MCE-SIOPS;

8.2.4 o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria Geral de Controle Externo para anotações, em seguida à Coordenadoria de Protocolo Geral para remessa à Câmara Municipal de Wanderlândia - TO, para as providências quanto ao julgamento das contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões em Palmas, Capital do Estado, aos dias 16 do mês de agosto de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 16/08/2016 16:07:28

MARCOS ANTONIO DA SILVA MODES - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 238431

Código de Autenticação: 589e4f934750d098bc183ed066fa2ef6 - 16/08/2016 16:08:16

LEONDINIZ GOMES - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234087

Código de Autenticação: 336ad5acc5fc29313386c7a918eedbd2 - 16/08/2016 16:06:29

ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO CORREGEDOR - Matricula: 246455

Código de Autenticação: 2fe2076c0feba063591b051c3d7fcba1 - 16/08/2016 16:16:58

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

TCE-TO
Fls. ____

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2015 – 2ª Câmara

1. Processo:	3693/2014
2. Classe de assunto:	4. Prestação de Contas
2.1 Assunto:	2. Prestação de Contas do Prefeito - Consolidadas 2013
3. Responsáveis:	Jáder Jaime Félix Pinheiro - Prefeito, CPF: 018.359.813-05 Jorge Ribeiro Carvalho - Controle Interno, CPF: 218.864.662-20 Amaurílio Cândido de Oliveira - Contador, CPF: 003.494.251-32
4. Órgão:	Prefeitura Municipal de Praia Norte - TO
5. Relator:	Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do Ministério Público:	Procuradora de Contas Raquel Medeiros Sales de Almeida
7. Procurador constituído nos autos:	Não há

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE PRAIA NORTE/TO. EXERCÍCIO DE 2013. APURAÇÃO DE SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB E REPASSE DO DUODÉCIMO. APROVAÇÃO. RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENCAMINHAMENTO À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO E À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE PRAIA NORTE/TO.

Nos termos do Relatório e Voto do Relator, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, e

Considerando o artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32 §1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, I e 100 da Lei Estadual nº 1.284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais;

Considerando o que dispõe o artigo 104 da Lei Estadual nº 1.284/2001;

Considerando que foi dada oportunidade de defesa para o Gestor, cumprindo desta forma o preceito constitucional do contraditório e da ampla defesa;

Considerando os Pareceres nºs 336/2015 e 515/2015 do Corpo Especial de Auditores e do Ministério Público junto a esta Corte de Contas;

Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta;

8. RESOLVEM:

8.1. recomendar a aprovação das Contas Anuais Consolidadas do Município de Praia Norte - TO, referentes ao exercício financeiro de 2013, gestão do Senhor Jáder Jaime Félix Pinheiro, Prefeito no exercício de 2013, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, e, emitir as seguintes ressalvas e determinações:

8.2 Ressalvas:

1) Não foram encaminhados os Anexos de Metas e Riscos Fiscais, descumprindo o art. 4º e § 1º da IN TCE/TO nº 11/2012;

2) O valor orçado para cada Unidade Gestora informado no Arquivo: LOA Despesa.xml (Tabela 2 deste Voto), diverge do valor das Dotações Iniciais informado no Balanço Orçamentário - Anexo 12 - Exercício de 2013, Contas de Ordenador (Tabela 3 deste Voto) em R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

3) Os valores da Tabela 3 deste Voto diverge da Lei Orçamentária Anual - LOA (Lei Municipal nº 128/2012) que traz o valor de R$ 15.853.296,67 (quinze milhões, oitocentos e cinquenta e três mil, duzentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), ferindo o Princípio do Equilíbrio Orçamentário que é um princípio orçamentário, de natureza complementar, segundo o qual, no orçamento público, deve haver equilíbrio financeiro entre receita e despesa;

4) O Orçamento do exercício de 2013 foi alterado através da abertura de Créditos Suplementares no valor de R$ 12.616.176,04, representando 79,56% das despesas fixadas no orçamento, excedente o percentual estabelecido na LOA, em desacordo com o que determina o art. 167, V da CF.

5) O valor da Redução das Dotações Orçamentárias é menor que o valor dos Créditos Suplementares no montante de R$ 219.822,26;

6) O valor da Suplementação por Anulação de Dotações é maior que o valor da Anulação Parcial ou Total de Dotação Orçamentária, tanto no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 como no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

7) O Orçamento foi atualizado aumentando o valor previsto em R$ 219.822,26, porém, o arquivo: "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais) não demonstrou a utilização do Tipo Alteração: 02 - Suplementação - Excesso de Arrecadação ou o Tipo Alteração: 06 - Créditos Especiais - Excesso de Arrecadação, ou outras possibilidades de aumento do orçamento, assim como o arquivo: "Balancete da Despesa.xml" (arquivo utilizado para gerar o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11) também não demonstrou a utilização de Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação ou Crédito Especial - Excesso de Arrecadação ou de outras possibilidades de aumento do orçamento;

8) Divergência entre o valor total da coluna dos Ingressos do Balanço Financeiro com o total da coluna dos Dispêndios;

9) Verifica-se que a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, no valor de R$ 123.352,33 (cento e vinte e três mil, trezentos e cinquenta e dois reais e trinta e três centavos), diverge do valor apurado nos Fluxos das Atividades no valor de R$ 131.110,17 (cento e trinta e um mil, cento e dez reais e dezessete centavos), na ordem de R$ 7.757,84 (sete mil, setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta e quatro centavos);

10) O valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM depositada em conta bancária do FPM em 09/12/2013 foi de R$ 279.905,02 (duzentos e setenta e nove mil, novecentos e cinco reais e dois centavos), verifico que foi registrado na conta do FPM normal, onde o correto seria o registro na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007), influenciando assim na apuração do índice da Saúde;

11) O item 5.4 do Relatório de Análise da Prestação de Contas emitido pela Quarta Diretoria de Controle Externo, constatou que o recolhimento das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência atingiu o percentual 14,03% dos vencimentos e remunerações, não se cumprindo os arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991.

8.1.2 Determinações:

1) Encaminhar os Anexos de Metas e Riscos Fiscais do respectivo exercício, em cumprindo o art. 4º e § 1º da IN TCE/TO nº 11/2012;

2) O valor orçado para cada Unidade Gestora informado no Arquivo: LOA Despesa.xml deve ser o mesmo valor das Dotações Iniciais informado no Balanço Orçamentário - Anexo 12 - 7ª Remessa - Contas de Ordenador;

3) Os valores informados na Previsão Inicial e na Dotação Inicial no Balanço Orçamentário - Anexo 12 - Exercício de 2013, Contas de Ordenador, devem representar os mesmos valores da previsão da Receita e da fixação da Despesa na Lei Orçamentária Anual - LOA, obedecendo o Princípio do Equilíbrio Orçamentário que é um princípio orçamentário, de natureza complementar, segundo o qual, no orçamento público, deve haver equilíbrio financeiro entre receita e despesa;

4) As aberturas de Créditos Orçamentários deve obedecer ao percentual estabelecido na LOA, e o que determina o art. 167, V da CF;

5) O valor da Suplementação por Anulação de Dotações deve ser igual a Anulação Parcial ou Total de Dotação Orçamentária, tanto no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 como no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

6) O arquivo: "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais) deve demonstrar todos os Tipos de Créditos Orçamentários utilizados no exercício;

7) No Balanço Financeiro o total da coluna "Ingressos" deve representar o mesmo valor do total da coluna "Dispêndios";

8) Verificar se a Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, coincide como valor apurado nos Fluxos das Atividades;

9) Registrar o valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007) assim como da Emenda Constitucional nº 84/2014;

10) Recolher o percentual estabelecido na legislação relativos aos valores devidos a Previdência Social da Contribuição Parte Patronal;

11) Observar os *Layout's* do SICAP/Contábil, para demonstrar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

12) A correção de saldos inconsistentes do exercício anterior deverá ocorrer no exercício atual à conta da Conta Contábil: Ajustes de Exercícios Anteriores (2.3.7.1.1.03...);

13) Conciliar valores entre a **Relação de Bens do Ativo Imobilizado** informado através do arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" com os registros contábeis do **Balancete de Verificação** contas: 1231000000000000 (Bens Móveis), 1232000000000000 (Bens Imóveis) e 1238000000000000 (Depreciações) dentre outras informações necessários para apuração do **Ativo Imobilizado**;

14) Para fins da correta evidenciação dos Anexos I e II do **Balanço Orçamentário**, referentes a execução de **restos a pagar**, efetuem a conferência dos dados encaminhados por meio dos Arquivos: "Empenhos", "Liquidações" e "Pagamentos", referentes a exercícios anteriores, quando houver inscrições em exercícios anteriores;

15) Adotar procedimentos de controle e conferência de forma que o valor da geração líquida de caixa evidenciada na "**Demonstração dos Fluxos de Caixa**" seja consistente, e inclusive, coincida com a diferença entre saldos iniciais e finais da conta de caixa e equivalentes de caixa (1.1.1.1) expostos no final do demonstrativo;

16) Considerando que a **DVP** "Demonstração das Variações Patrimoniais" evidencia as variações qualitativas (Incorporação e Desincorporação de Ativos e Passivos) e quantitativas ocorridas no exercício, sejam elas aumentativas ou diminutivas, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício, acompanhar e analisar os lançamentos e saldos contábeis registrados nas classes 3 (variações diminutivas) e 4 (variações aumentativas) e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária: (4.4.0.0.0.00.00.00.00.000 e 4.5.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Ativo; 4.6.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Passivo; 2.1.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Passivo e 2.2.0.0.0.00.00.00.00.000 e 2.3.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Ativo), grupos utilizados para elaborar a demonstração;

17) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: O primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

18) Adotar medidas para que as informações relativas ao enfoque dado pela Lei Federal nº 4.320/64, evidencie o atributo de cada conta, se financeiro ou permanente. No exercício é necessário observar por meio do balancete, as marcações das contas na coluna do Indicador do Superávit Financeiro, sendo "F" de Financeiro e "P" de Permanente;

19) Efetuar os registros contábeis na classe 7 e 8, referente a controles inclusive de obrigações oriundas de contratos e convênios assinados, para que ao final do Demonstrativo "Balanço Patrimonial" no campo compensações sejam evidenciados os atos que possam vir a afetar o Patrimônio e as obrigações executadas e a executar;

20) Informar adequadamente os dados sobre os Créditos Adicionais através do arquivo "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml", encaminhado via SICAP/contábil, e adotar procedimento de controle para que estes estejam consistentes e em consonância com as alterações orçamentárias informadas nos arquivos Balancete de Verificação (contas do grupo 5.2 - Orçamento Aprovado) e Balancete da Despesa, o qual serve de subsídio para elaboração do Anexo 11), e;

8.2 determinar:

8.2.1 a publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, § 3º do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

8.2.2 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório ao responsável para que tome conhecimento;

8.2.3 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Quarta Diretoria de Controle Externo, para as providências quanto à alimentação do sistema MCE-SIOPS;

8.2.4 o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria Geral de Controle Externo para anotações, em seguida à Coordenadoria de Protocolo Geral para remessa à Câmara Municipal de Praia Norte - TO, para as providências quanto ao julgamento das contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de novembro de 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 11/11/2015 13:43:43

MARCIO FERREIRA BRITO - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 239908

Código de Autenticação: 6ec7033595c302c9a739ca90a6113a8c - 10/11/2015 17:42:23

JOSE RIBEIRO DA CONCEICAO - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO - SUBSTITUTO - Matricula: 238406

Código de Autenticação: e117591e7effce1d419e20e43a629614 - 16/11/2015 13:57:24

FERNANDO CESAR BENEVENUTO MALAFAIA - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 238414

Código de Autenticação: fb219f350cc35294f2b6c9caa544ed28 - 24/11/2015 16:36:19

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2016 – 2ª Câmara

1. Processo:	3994/2015
2. Classe de assunto:	4. Prestação de Contas
2.1 Assunto:	2. Prestação de Contas do Prefeito - Consolidadas 2014
3. Responsáveis:	**Clayton Paulo Rodrigues - Prefeito**, CPF: 493.594.283-53; **Kelma Maria Novais Kos Araújo - Controle Interno**, CPF: 804.826.351-34; **Otanilson Balbino Brasil - Contador**, CPF: 299.795.792-34.
4. Órgão:	Prefeitura Municipal de Nazaré - TO
5. Relator:	Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do Ministério Público:	Procurador de Contas José Roberto Torres Gomes
7. Procurador constituído nos autos:	Dr. Renan Albernaz de Souza - OAB/TO nº 5365

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE NAZARÉ/TO. EXERCÍCIO DE 2014. APURAÇÃO DE SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB, PESSOAL. APROVAÇÃO. RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENCAMINHAMENTO DO RELATÓRIO, VOTO E PARECER PRÉVIO AOS RESPONSÁVEIS E AO PROCURADOR CONSTITUÍDO NOS AUTOS. ENCAMINHAMENTO À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO E À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ/TO.

Nos termos do Relatório e Voto do Relator, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, e

Considerando o artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32 §1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, I e 100 da Lei Estadual nº 1.284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais;

Considerando o que dispõe o artigo 104 da Lei Estadual nº 1.284/2001;

Considerando que foi dada oportunidade de defesa para o Gestor, cumprindo desta forma o preceito constitucional do contraditório e da ampla defesa;

Considerando os Pareceres nºs 2260/2016 e 3189/2016 do Corpo Especial de Auditores e Ministério Público junto a esta Corte de Contas;

Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta;

8. RESOLVEM:

8.1. recomendar a aprovação das Contas Anuais Consolidadas do **Município de Nazaré - TO**, referentes ao exercício financeiro de 2014, gestão do Senhor **Clayton Paulo Rodrigues**, Prefeito no exercício, nos termos dos artigos 1º inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, e, emitir as seguintes ressalvas e determinações:

8.1.1 Ressalvas:

1) Os valores das Despesas Empenhadas apresentadas no Balanço Consolidado (8ª Remessa), não representam os somatórios dos valores apresentados pelas Unidades Gestoras (Contas de Ordenador - 7ª Remessa), apresentando divergência no montante de R$ 153,10;

2) As alterações orçamentárias apresentadas no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11, em relação às alterações orçamentárias apresentadas no Demonstrativo dos Créditos Adicionais do exercício 2014, não guardam consonância entre si.

3) Alterações orçamentárias decorrentes da abertura dos créditos adicionais utilizando o superávit financeiro realizadas incorretamente, essa informação foi verificada somente no Movimento Contábil, não ficou evidenciada no "Decreto Alteração Orçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais), assim como no arquivo: "Balancete da Despesa.xml" (arquivo utilizado para gerar o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11), pois, não demonstraram a utilização de qualquer Tipo de Alteração Orçamentária cuja fonte seria o Superávit Financeiro de Exercício Anterior;

4) Foi aberto o valor de R$ 502.722,85 (quinhentos e dois mil, setecentos e vinte e dois reais e oitenta e cinco centavos), conforme exposto na conta contábil "5.2.2.1.3.01.00.00.00.0000 - Superávit Financeiro de Exercício Anterior", contudo, após verificar o Processo nº 3769/2014 (Contas Consolidadas - 2013), vejo que o montante apurado de superávit financeiro do exercício anterior foi de R$ 285.096,28 (duzentos e oitenta e cinco mil, noventa e seis reais e vinte e oito centavos), ocorrendo uma divergência de R$ 217.626,57 (duzentos e dezessete mil, seiscentos e vinte e seis reais e cinquenta e sete centavos).

5) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, não demonstraram a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior, visto que não foi encaminhado os valores referentes aos restos a pagar analiticamente por meio dos arquivos: empenho, liquidação e pagamento de Restos a Pagar;

6) O Resultado Patrimonial do Período apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais (R$ 36.993,66) não guardou consonância com o valor apresentado no Balanço Patrimonial na conta: Resultado do Exercício (R$ 628.560,19), apresentando uma divergência de R$ 591.566,53 (quinhentos e noventa e um mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos).

7) Despesas com recursos do FUNDEB equivalendo a 109,64% do total recebidos, sendo que os recursos do Fundo devem ser gastos no "exercício financeiro em que lhes forem creditados";

8) O repasse efetuado ao Legislativo, referente ao Duodécimo, foi enviado a menor em relação à proporção fixada na Lei Orçamentária, em desacordo com o art.29-A, § 2º, III) da Constituição Federal e item 1.4 da IN TCE/TO nº 02/2013;

9) Divergências entre os valores constantes no Demonstrativo do Passivo Financeiro e no Demonstrativo da Dívida Flutuante

10) O registro contábil das cotas de contribuição patronal do Ente devidas ao Regime Geral da Previdência Social atingiu o percentual 18,23% dos vencimentos e remunerações, descumprindo o art. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991;

11) Ocorreram registros de outras receitas (Apoio Financeiro aos Municípios - AFM), como se fossem do FEX, no montante de R$ 100.336,73 (cem mil, trezentos e trinta e seis reais e setenta e três centavos).

8.1.2 Determinações:

1) Os valores apresentados no Balanço Consolidado (8ª Remessa), devem representar as somatórias dos valores apresentados pelas Unidades Gestoras (Contas de Ordenador - 7ª Remessa);

2) Os valores das alterações orçamentárias apresentadas no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 devem guardar consonância com as apresentadas no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

3) O arquivo: "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais) deve demonstrar todos os Tipos de Créditos Orçamentários utilizados no exercício;

4) Proceder a abertura de Créditos Adicionais utilizando como fonte de Recursos o Superávit Financeiro, de acordo com o que realmente foi apurado no exercício anterior.

5) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, devem demonstrar a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior;

6) O Resultado Patrimonial do Período (do exercício) apurado na Demonstração das Variações Patrimoniais deve ser o mesmo registrado no Balanço Patrimonial (Resultado do Exercício);

7) Despesas com recursos do FUNDEB devem ser gastos no "exercício financeiro em que lhes forem creditados"

8) Efetuar o repasse ao Legislativo, referente ao Duodécimo, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 2º, III da Constituição Federal;

9) O Demonstrativo do Passivo Financeiro, que apresenta a descrição analítica por credor, e o Demonstrativo da Dívida Flutuante devem guardar consonância entre suas informações;

10) Recolher o percentual estabelecido na legislação relativos aos valores devidos a Previdência Social da Contribuição Parte Patronal;

11) Obedecer ao disposto no artigo 37, II da Constituição Federal, e reiteradas decisões desta Corte de Contas, dentre as quais, Resolução Plenária TCE/TO nº 415/2011, Acórdão TCE/TO nº 158/2016 - 2ª Câmara e Parecer Prévio nº 012/2016 - TCE/TO - 1ª Câmara; regularizar a legislação local pertinente aos cargos da administração, em consequência, atender ao disposto no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como, determino que os serviços de contabilidade, assessoria jurídica (Procuradoria), médicos, enfermeiras, odontólogo, entre outras áreas de saúde, sejam executados por servidores efetivos, vez que se trata de funções típicas da administração pública. Cabe informar, que a partir de 2018 estas despesas serão automaticamente incluídas no limite de despesa com pessoal, nos termos das legislações supramencionadas.

12) Observar os *Layout's* do SICAP/Contábil, para demonstrar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

13) A correção de saldos inconsistentes do exercício anterior deverá ocorrer no exercício atual à conta da Conta Contábil: Ajustes de Exercícios Anteriores (2.3.7.1.1.03...);

14) Conciliar valores entre a **Relação de Bens do Ativo Imobilizado** informado por meio do arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" com os registros contábeis do **Balancete de Verificação,** contas: 1231000000000000 (Bens Móveis), 1232000000000000 (Bens Imóveis) e 1238000000000000 (Depreciações), dentre outras informações necessárias para apuração do **Ativo Imobilizado**;

15) Adotar medidas para que as informações relativas ao enfoque dado pela Lei Federal nº 4.320/1964, evidencie o atributo de cada conta, se financeiro ou permanente. No exercício é necessário observar por meio do balancete, as marcações das contas na coluna do Indicador do Superávit Financeiro, sendo "F" de Financeiro e "P" de Permanente;

16) Conferir os dados encaminhados por meio dos Arquivos: "Empenhos", "Liquidações" e "Pagamentos", oriundos de exercícios anteriores, para a correta evidenciação dos Anexos I e II do **Balanço Orçamentário**, referentes a execução de **restos a pagar**;

17) Adotar procedimentos de controle e conferência, de modo que o valor da geração líquida de caixa evidenciada na "**Demonstração dos Fluxos de Caixa**" seja consistente, e inclusive, coincida com a diferença entre saldos iniciais e finais da conta de caixa e equivalentes de caixa (1.1.1.1) expostos no final do demonstrativo;

18) Analisar os lançamentos e saldos contábeis registrados nas classes 3 (variações diminutivas) e 4 (variações aumentativas), e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária: (4.4.0.0.0.00.00.00.00.000 e 4.5.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Ativo; 4.6.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Passivo; 2.1.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Passivo e 2.2.0.0.0.00.00.00.00.000 e 2.3.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Ativo), grupos utilizados para elaborar a **DVP** "Demonstração das Variações Patrimoniais" que evidencia as variações qualitativas (Incorporação e Desincorporação de Ativos e Passivos) e quantitativas ocorridas no exercício, bem como, o resultado patrimonial apurado no exercício;



19) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: o primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e, o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

20) Efetuar os registros contábeis nas classes 7 e 8, referentes a controles inclusive de obrigações oriundas de contratos e convênios assinados, para que ao final do Demonstrativo "Balanço Patrimonial" no campo compensações sejam evidenciados os atos que possam vir a afetar o Patrimônio e as obrigações executadas e a executar, e,

21) Informar adequadamente os dados sobre os Créditos Adicionais através do arquivo "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml", encaminhado via SICAP/Contábil, e adotar procedimento de controle para que estes estejam consistentes e em consonância com as alterações orçamentárias informadas nos arquivos Balancete de Verificação (contas do grupo 5.2 - Orçamento Aprovado) e Balancete da Despesa, o qual serve de subsídio para elaboração do Anexo 11).

8.2 determinar ainda:

8.2.1 a publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, § 3º do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

8.2.2 o envio de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório aos responsáveis e ao procurador constituído nos autos, para que tomem conhecimento;

8.2.3 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Quarta Diretoria de Controle Externo, para as providências quanto à alimentação do sistema MCE-SIOPS;

8.2.4 o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria Geral de Controle Externo para anotações, em seguida à Coordenadoria de Protocolo Geral para remessa à Câmara Municipal de Nazaré - TO, para as providências quanto ao julgamento das contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de dezembro de 2016.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 13/12/2016 15:48:10

MARCIO FERREIRA BRITO - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 239908

Código de Autenticação: 6ec7033595c302c9a739ca90a6113a8c - 13/12/2016 15:53:27

LEONDINIZ GOMES - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234087

Código de Autenticação: 336ad5acc5fc29313386c7a918eedbd2 - 13/12/2016 15:51:14

ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO CORREGEDOR - Matricula: 246455

Código de Autenticação: 2fe2076c0feba063591b051c3d7fcba1 - 13/12/2016 15:55:44

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2017 – 2ª Câmara

1. Processo:	5327/2016
2. Classe de assunto:	4. Prestação de Contas
2.1 Assunto:	2. Prestação de Contas do Prefeito - Consolidadas 2015
3. Responsáveis:	Clayton Paulo Rodrigues - Prefeito, CPF: 493.594.283-53; Kelma Maria Novaes Kos Araújo de Sousa - Controle Interno, CPF: 804.826.351-34; Otanilson Balbino Brasil – Contador. CPF: 299.795.792-34
4. Órgão:	Prefeitura Municipal de Nazaré - TO
5. Relator:	Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do Ministério Público:	Procuradora de Contas Litza Leão Gonçalves
7. Procurador constituído nos autos:	Marcos André Cordeiro dos Santos OAB - TO nº 3627

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE NAZARÉ/TO. EXERCÍCIO DE 2015. REALIZAÇÃO DE DESPESAS IMPRÓPRIAS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO, OCASIONANDO O DESCUMPRIMENTO DO ÍNDICE CONSTITUCIONAL DA EDUCAÇÃO (25%). REJEIÇÃO. RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENCAMINHAMENTO À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO E À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE NAZARÉ/TO.

Nos termos do Relatório e Voto do Relator, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, e

Considerando o artigo 31, §1° da Constituição Federal; artigos 32 §1° e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82 § 1°, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1°, I e 100 da Lei Estadual nº 1.284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais;

Considerando o que dispõe o artigo 104 da Lei Estadual nº 1.284/2001;

Considerando que foi dada oportunidade de defesa para o Gestor, cumprindo desta forma o preceito constitucional do contraditório e da ampla defesa;

Considerando os Pareceres nºs 1.118/2017 e 1.805/2017 do Corpo Especial de Auditores e do Ministério Público junto a esta Corte de Contas;

Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta;

8. RESOLVEM:

8.1 recomendar a **REJEIÇÃO** das contas prestadas pelo senhor **Clayton Paulo Rodrigues,** Prefeito à época, do **Município de Nazaré - TO**, referente ao exercício financeiro de 2015, nos termos dos artigos 1° inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c

artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, em razão de:

I) O Município realizou despesas impróprias na Manutenção de Desenvolvimento do Ensino (gêneros alimentícios/refeições/merenda) no valor de R$ 34.536,82, em desconformidade ao que determina o art. 71 da Lei Federal nº 9.394/96. Considerando as informações citadas, o novo valor líquido aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino resultou em R$ 1.714.679,79 (R$ 1.749.216,61 – R$ 34.536,82) e ao confrontar este valor com a base de cálculo R$ 6.962.690,27, verificou-se o novo índice de 24,63% em descumprimento ao art. 212 da Constituição Federal, art. 8º da Instrução Normativa TCE/TO nº 06/2013 e item 1.1 (ordem constitucional GRAVISSÍMA) da Instrução Normativa TCE/TO nº 02/2013.

8.1.1 Emitir as seguintes Ressalvas e Determinações

8.1.1.1 Ressalvas:

1) Divergência de R$ 7.683.111,61 entre os valores encontrados no Balanço Patrimonial (R$ 8.290.326,79) e no Arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" (R$ 607.215,18), referente aos registros dos Ativos Imobilizados, em descumprimento ao que determinam os artigos 83 a 100 da Lei Federal nº 4.320/64;

2) O valor orçado para cada Unidade Gestora informado no Arquivo: "LOA Despesa.xml" na Remessa Orçamento/2015 (R$ 12.900.000,00), apresentou valores distintos das Dotações Iniciais informadas no Balanço Orçamentário - Anexo 12 - Exercício de 2015 (R$ 12.902.000,00), Contas de Ordenador;

3) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, demonstraram a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior, o Processo referente ao exercício de 2014 (Processo nº 3994/2015) apresentou um saldo de Restos a Pagar no valor de R$ 238.612,10 (duzentos e trinta e oito mil, seiscentos e doze reais e dez centavos), onde R$ 209.052,39 se referia a Restos a Pagar não Processados e R$ 29.559,71 se referia a Restos a Pagar Processados, porém, o saldo inicial dos Restos a Pagar do Balanço Consolidado do Exercício de 2015 (8ª Remessa de 2015) é apresentado o valor de R$ 238.052,10, portanto, diferente do saldo vindo do exercício anterior para os Restos a Pagar;

4) Ausência de registro de obrigação para o exercício seguinte (financeira ou permanente), contudo, após consultar as informações do exercício seguinte (2016), arquivo Empenho/Credor.xml da Prefeitura Municipal, vejo que houve despesas registradas como (92 - Despesas de Exercícios Anteriores) na ordem de R$ 75.636,83, influenciando no resultado financeiro, orçamentário e patrimonial, em descumprimento ao art. 60 da Lei nº 4.320/1964 e item 2.3 da Instrução Normativa TCE/TO nº 02/2013;

5) O município arrecadou 157,00% em relação a previsão orçamentária das receitas municipais, caracterizando ausência de planejamento, em descumprimento ao que determina o art. 1° § 1° da Lei de Responsabilidade Fiscal;

6) O valor da transferência do Fundo de Participação dos Municípios - FPM "normal" depositada em conta bancária do FPM em 08/10/2015 e 19/10/2015, somou R$ 25.384,93 (vinte e cinco mil, trezentos e oitenta e quatro reais e noventa e três centavos), o qual verifico que foi registrado na conta do FPM "cota-extra", onde o correto seria o registro na conta de receita: "1.7.2.1.01.02.00.00.0000 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios – FPM", para influenciar na apuração do índice da Saúde;

7) Ausência de Atualização de saldo e Arrecadação da Dívida Ativa, em descumprimento ao art. 39 da Lei nº 4.320/1964;

8) O registro contábil das cotas de contribuição patronal do Ente devidas ao Regime Geral da Previdência Social atingiu o percentual 19,33% dos vencimentos e remunerações, em descumprindo ao art. 195, I, da Constituição Federal e art. 22, inciso I e II da lei nº 8.212/1991;

8.1.1.2 Determinações:

1) Conciliar valores entre a Relação de Bens do Ativo Imobilizado informado através do arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" com os registros contábeis do Balancete de Verificação, contas: 1231000000000000 (Bens Móveis), 1232000000000000 (Bens Imóveis) e 1238000000000000 (Depreciações) dentre outras informações necessários para apuração do Ativo Imobilizado;

2) Os valores das Dotações Iniciais informadas no Balanço Orçamentário - Anexo 12, Contas de Ordenador deve representar os mesmos valores orçado para cada Unidade Gestora informado no Arquivo: "LOA Despesa.xml" na Remessa Orçamento, bem como da Lei Orçamentária Anual - LOA;

3) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, devem demonstrar a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior;

4) Registrar as obrigações em tempo hábil, impactando orçamentariamente, patrimonialmente e financeiramente de acordo com o fato gerador, evitando a apuração de resultados que não condizem com a real situação do município.

5) A previsão da receita deve obedecer aos critérios estabelecidos nos artigos 30 da Lei Federal nº 4.320/64 e 12 da LC nº 101/2000;

6) Registrar o valor das transferências "normais" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM na conta da receita: "1.7.2.1.01.02.00.00.0000 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM"; as transferências da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios – FPM recebida no mês de julho na conta de receita: 1.7.2.1.01.04 - Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de julho (EC Nº 84/2014); as transferências da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM recebidas no mês de dezembro na conta de receita: 1.7.2.1.01.03 - Cota-Parte do Fundo de Participação do Municípios - 1% Cota entregue no mês de dezembro (EC Nº 55/2007);

7) Observar a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que estabeleceu o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais, quanto aos prazos para efetiva implantação dos Créditos Tributários e não Tributários, bem como para a Dívida Ativa Tributária ou não Tributária;

8) Recolher o percentual estabelecido na legislação relativos aos valores devidos a Previdência Social da Contribuição Parte Patronal;

9) Apresentar as informações concernentes ao Sistema SICAP/LCO, relativos às Licitações, Contratos e Obras, como determina a IN TCE/TO nº 003/2017;

10) Adotar medidas como, levantamento e reavaliação dos bens patrimoniais, para atualização dos mesmos na contabilidade como determina a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, estabeleceu o **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais.**

11) Observar a Portaria STN nº 548, de 24 de setembro de 2015, que estabeleceu o **Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais**, quanto aos prazos para efetiva implantação dos Créditos Tributários e não Tributários, bem como para a Dívida Ativa Tributária ou não Tributária;

12) Obedecer ao disposto no artigo 37, II da Constituição Federal, e reiteradas decisões desta Corte de Contas, dentre as quais, Resolução Plenária TCE/TO nº 415/2011, Acórdão TCE/TO nº 158/2016 - 2ª Câmara e Parecer Prévio nº 012/2016 - TCE/TO - 1ª Câmara; regularizar a legislação local pertinente aos cargos da administração, em consequência, atender ao disposto no artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF e Manual de Demonstrativos Fiscais, bem como, determino que os serviços de contabilidade, assessoria jurídica (Procuradoria), médicos, enfermeiras, odontólogo, entre outras áreas de saúde, sejam executados por servidores efetivos, vez que se trata de funções típicas da administração pública. Cabe informar, que a partir de 2018 estas despesas serão automaticamente incluídas no limite de despesa com pessoal, nos termos das legislações supramencionadas;

13) Registrar, classificar, bem como, contabilizar as receitas de acordo com a **Relação das Contas da Receita Orçamentária** emitida por este Tribunal;

14) Observar os Layout's do SICAP/Contábil, para demonstrar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

15) A correção de saldos inconsistentes do exercício anterior deverá ocorrer no exercício atual à conta da Conta Contábil: Ajustes de Exercícios Anteriores (2.3.7.1.1.03...);

16) Conciliar valores entre a Relação de Bens do Ativo Imobilizado informado através do arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" com os registros contábeis do **Balancete de Verificação,** contas: 1231000000000000 (Bens Móveis), 1232000000000000 (Bens Imóveis) e 1238000000000000 (Depreciações) dentre outras informações necessários para apuração do **Ativo Imobilizado**;

17) Para fins da correta evidenciação dos Anexos I e II do **Balanço Orçamentário**, referentes a execução de **restos a pagar**, efetuem a conferência dos dados encaminhados por meio dos Arquivos: "Empenhos", "Liquidações" e "Pagamentos", referentes a exercícios anteriores, quando houver inscrições em exercícios anteriores;

18) Adotar procedimentos de controle e conferência de forma que o valor da geração líquida de caixa evidenciada na "**Demonstração dos Fluxos de Caixa**" seja consistente, e inclusive, coincida com a diferença entre saldos iniciais e finais da conta de caixa e equivalentes de caixa (1.1.1.1) expostos no final do demonstrativo;



19) Considerando que a **DVP** "Demonstração das Variações Patrimoniais" evidencia as variações qualitativas (Incorporação e Desincorporação de Ativos e Passivos) e quantitativas ocorridas no exercício, sejam elas aumentativas ou diminutivas, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício, acompanhar e analisar os lançamentos e saldos contábeis registrados nas classes 3 (variações diminutivas) e 4 (variações aumentativas) e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária: (4.4.0.0.0.00.00.00.00.000 e 4.5.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Ativo; 4.6.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Passivo; 2.1.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Passivo e 2.2.0.0.0.00.00.00.00.000 e 2.3.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Ativo), grupos utilizados para elaborar a demonstração;

20) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: O primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e, o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

21) Adotar medidas para que as informações relativas ao enfoque dado pela Lei Federal nº 4.320/64, evidencie o atributo de cada conta, se financeiro ou permanente. No exercício é necessário observar por meio do balancete, as marcações das contas na coluna do Indicador do Superávit Financeiro, sendo "F" de Financeiro e "P" de Permanente;

22) Efetuar os registros contábeis nas classes 7 e 8, referente a controles inclusive de obrigações oriundas de contratos e convênios assinados, para que ao final do Demonstrativo "Balanço Patrimonial" no campo compensações sejam evidenciados os atos que possam vir a afetar o Patrimônio e as obrigações executadas e a executar;

23) Informar adequadamente os dados sobre os Créditos Adicionais através do arquivo "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml", encaminhado via SICAP/Contábil, e adotar procedimento de controle para que estes estejam consistentes e em consonância com as alterações orçamentárias informadas nos arquivos Balancete de Verificação (contas do grupo 5.2 - Orçamento Aprovado) e Balancete da Despesa, o qual serve de subsídio para elaboração do Anexo 11).

8.2 determinar, ainda:

8.2.1 a publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, § 3º do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

8.2.2 o envio de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório aos responsáveis para que tome conhecimento;

8.2.3 o envio de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório a(o) atual gestor (a) da Prefeitura Municipal de Nazaré, para conhecimento quanto às determinações contidas no Item 9.10 do Voto;

8.2.4 o envio de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal - COAGF, para realizar correções no Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE - Anexo 8, conforme Item 9.8, subitem "IX" do Voto;

8.2.5 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Quarta Diretoria de Controle Externo, para as providências quanto à alimentação do sistema MCE-SIOPS;

8.2.6 o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria Geral de Controle Externo para anotações, em seguida à Coordenadoria de Protocolo Geral para remessa à Câmara Municipal de Nazaré - TO, para as providências quanto ao julgamento das contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de novembro de 2017.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 28/11/2017 16:53:42

JOSE ROBERTO TORRES GOMES - PROCURADOR (A) GERAL DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 239916

Código de Autenticação: c103f81d7e90d688d4f883d7acc05367 - 28/11/2017 16:07:22

LEONDINIZ GOMES - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234087

Código de Autenticação: 336ad5acc5fc29313386c7a918eedbd2 - 28/11/2017 16:49:20

ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES - CONSELHEIRO (A)

Cargo: CONSELHEIRO CORREGEDOR - Matricula: 246455

Código de Autenticação: 2fe2076c0feba063591b051c3d7fcba1 - 28/11/2017 16:54:48

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

TCE-TO
Fls. ____

PARECER PRÉVIO TCE/TO Nº /2015 – 2ª Câmara

1. Processo:	3882/2014
2. Classe de assunto:	4. Prestação de Contas
2.1 Assunto:	2. Prestação de Contas do Prefeito - Consolidadas 2013
3. Responsáveis:	Evandro Pereira de Sousa - Prefeito, CPF: 000.123.671-76 Elias Miranda Costa - Controle Interno, CPF: 008.567.861-95 Valdery Matias Conceição - Contador, CPF: 921.788.981-49
4. Órgão:	Prefeitura Municipal de Palmeiras do Tocantins - TO
5. Relator:	Conselheiro Napoleão de Souza Luz Sobrinho
6. Representante do Ministério Público:	Procurador de Contas Marcos Antônio da Silva Modes
7. Procurador constituído nos autos:	Não há

EMENTA: PARECER PRÉVIO. CONTAS ANUAIS CONSOLIDADAS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS DO TOCANTINS/TO. EXERCÍCIO DE 2013. APURAÇÃO DE SUPERÁVIT ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO. CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO, FUNDEB, PESSOAL E REPASSE DO DUODÉCIMO. APROVAÇÃO. RESSALVAS. DETERMINAÇÕES. PUBLICAÇÃO. ENCAMINHAMENTO À DIRETORIA GERAL DE CONTROLE EXTERNO E À COORDENADORIA DE PROTOCOLO GERAL. ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRAS DO TOCANTINS/TO.

Nos termos do Relatório e Voto do Relator, os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, e

Considerando o artigo 31, §1º da Constituição Federal; artigos 32 §1º e 33, I da Constituição Estadual; artigo 82 § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64 e artigo 1º, I e 100 da Lei Estadual nº 1.284/2001, que estabelecem que é de competência desta Corte de Contas emitir Parecer Prévio sobre as contas anuais de governo, prestadas pelos Prefeitos Municipais;

Considerando o que dispõe o artigo 104 da Lei Estadual nº 1.284/2001;

Considerando que foi dada oportunidade de defesa para o Gestor, cumprindo desta forma o preceito constitucional do contraditório e da ampla defesa;

Considerando o Parecer nº 1304/2015 do Ministério Público junto a esta Corte de Contas;

Considerando ainda, tudo mais que dos autos consta;

8. RESOLVEM:

8.1. recomendar a aprovação das Contas Anuais Consolidadas do Município de Palmeiras do Tocantins - TO, referentes ao exercício financeiro de 2013, gestão do Senhor Evandro Pereira de Sousa, Prefeito no exercício de 2013, nos termos dos artigos 1° inciso I; 10, III e 103 da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c artigo 28, do Regimento Interno, sem prejuízo do julgamento das contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por dinheiro, bens e valores, relativas ao mesmo período, e, emitir as seguintes ressalvas e determinações:

8.2 Ressalvas:

1) As Dotações Iniciais informadas no Arquivo: LOA Despesa.xml como sendo os valores fixados no Orçamento para o Órgão: Prefeitura Municipal de Palmeiras do Tocantins não representa o mesmo valor constante da Lei Orçamentária Anual - LOA;

2) O Órgão Prefeitura Municipal encaminhou no Arquivo: LOA Despesa.xml, além das informações relativos à sua parte do Orçamento, encaminhou junto os dados do Fundo Municipal de Saúde;

3) O valor orçado para cada Unidade Gestora informado no Arquivo: LOA Despesa.xml (Tabela 2 deste Voto), diverge do valor das Dotações Iniciais informado no Balanço Orçamentário - Anexo 12 - Exercício de 2013, Contas de Ordenador (Tabela 3 deste Voto) em R$ 3.385.000,00 (três milhões, trezentos e oitenta e cinco mil reais);

4) A Previsão Inicial e a Previsão Atualizada divergem desse valor em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) ferindo o Princípio do Equilíbrio Orçamentário que é um princípio orçamentário, de natureza complementar, segundo o qual, no orçamento público, deve haver equilíbrio financeiro entre receita e despesa;

5) O Orçamento foi superestimado, a receita efetivamente arrecadada em relação à receita prevista no exercício de 2013 foi de 53,31%, estando abaixo da média dos três últimos exercícios, critérios estabelecidos nos artigos 30 da Lei Federal nº 4.320/64 e 12 da LC nº 101/2000;

6) O valor da Redução das Dotações Orçamentárias é menor que o valor dos Créditos Suplementares no montante de R$ 1.165.000,00;

7) As alterações orçamentárias apresentadas no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 em relação às alterações orçamentárias apresentadas no Demonstrativo dos Créditos Adicionais do exercício 2013 não guardam consonância entre si;

8) O valor da Suplementação por Anulação de Dotações é maior que o valor da Anulação Parcial ou Total de Dotação Orçamentária, tanto no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 como no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

9) Orçamento foi atualizado em R$ 1.165.000,00, porém, o arquivo: "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais), assim como o arquivo: "Balancete da Despesa.xml" (arquivo utilizado para gerar o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11), não

demonstraram a utilização de qualquer Tipo de Alteração Orçamentária que demonstrasse e justificasse esse aumento;

10) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, demonstraram a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior, o Balanço Consolidado do Exercício de 2012 (Processo nº 4477/2013) apresentou um saldo de Restos a Pagar no valor de R$ 310.347,10 (trezentos e dez mil, trezentos e quarenta e sete reais e dez centavos), porém, o saldo inicial dos Restos a Pagar do Balanço Consolidado do Exercício de 2013 (8ª Remessa de 2013) é apresentado zerado;

11) O Balanço Orçamentário trouxe a informação da utilização de Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores no valor de R$ 2.228.905,29, contudo, o Balanço Patrimonial do exercício de 2012 (Processo nº 4477/2013 - Contas Consolidadas de 2012) evidencia um Déficit Financeiro de R$ 1.101.452,02, portanto, a utilização de Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores como fonte para abertura de Créditos Orçamentários seria irregular, porém, essa informação não ficou confirmada, pois o "DecretoAlteração Orçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais), assim como o arquivo: "Balancete da Despesa.xml" (arquivo utilizado para gerar o Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11), não demonstraram a utilização de qualquer Tipo de Alteração Orçamentária cuja a fonte seria o Superávit Financeiro de Exercícios Anteriores;

12) Não consonância dos saldos das disponibilidades no Balanço Financeiro, saldo final do exercício anterior com o saldo inicial do exercício atual;

13) Divergência entre o valor total da coluna dos Ingressos do Balanço Financeiro com o total da coluna dos Dispêndios;

14) Divergência entre o valor total da coluna do Ativo do Balanço Patrimonial com o total da coluna do Passivo e Patrimônio Líquido;

15) A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, no valor de R$ 517.557,94 (quinhentos e dezessete mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e noventa e quatro centavos), diverge do valor apurado nos Fluxos das Atividades no valor de R$ 515.890,49 (quinhentos e quinze mil, oitocentos e noventa reais e quarenta e nove centavos), na ordem de R$ 1.667,45 (mil, seiscentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos);

16) Despesas com recursos do FUNDEB equivalendo a 100,21%, sendo que os recursos do Fundo devem ser gastos no "exercício financeiro em que lhes forem creditado";

17) O valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM depositada em conta bancária do FPM em 09/12/2013 foi de R$ 209.928,76 (duzentos e nove mil, novecentos e vinte e oito reais e setenta e seis centavos), verifico que foi registrado na conta do FPM normal, onde o correto seria o registro na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007), influenciando assim na apuração do índice da Saúde;

18) O item 5.4 do Relatório de Análise da Prestação de Contas emitido pela Quarta Diretoria de Controle Externo, constatou que o recolhimento das cotas de contribuição patronal do Ente à instituição de previdência atingiu o percentual 11,49% dos vencimentos e

remunerações, não se cumprindo os arts. 195, I, da Constituição Federal e artigo 22, inciso I da Lei Federal nº 8.212/1991.

8.1.2 Determinações:

1) As Dotações Iniciais informadas no Arquivo: LOA Despesa.xml devem representar os mesmos valores constante da Lei Orçamentária Anual - LOA;

2) Cada Unidade Gestora deve encaminhar apenas os dados relativos à suas informações tanto na Remessa Orçamento, como nas Remessas Bimestrais e no Balanço de Ordenador;

3) O valor orçado para cada Unidade Gestora informado no Arquivo: LOA Despesa.xml deve ser o mesmo valor das Dotações Iniciais informado no Balanço Orçamentário - Anexo 12 - 7ª Remessa - Contas de Ordenador;

4) A Previsão da Receita e a Fixação da Despesa deve obedecer ao Princípio do Equilíbrio Orçamentário que é um princípio orçamentário, de natureza complementar, segundo o qual, no orçamento público, deve haver equilíbrio financeiro entre receita e despesa;

5) O Orçamento foi superestimado, a receita efetivamente arrecadada em relação à receita prevista no exercício de 2013 foi de 53,31%, estando abaixo da média dos três últimos exercícios, obedecer aos critérios estabelecidos nos artigos 30 da Lei Federal nº 4.320/64 e 12 da LC nº 101/2000;

6) Os valores das alterações orçamentárias apresentadas no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 devem guardar consonância com as apresentadas no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

7) O valor da Suplementação por Anulação de Dotações deve ser igual a Anulação Parcial ou Total de Dotação Orçamentária, tanto no Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 como no Demonstrativo dos Créditos Adicionais;

8) O arquivo: "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml" (arquivo utilizado para gerar o Demonstrativo dos Créditos Adicionais) deve demonstrar todos os Tipos de Créditos Orçamentários utilizados no exercício;

9) Os Anexos I e II da execução dos Restos a Pagar não Processados e dos Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados integrantes do Balanço Orçamentário, devem demonstrar a execução dos Restos a Pagar vindo do exercício anterior;

10) Os saldos das disponibilidades no Balanço Financeiro, o saldo inicial do exercício atual deve ser igual ao saldo final do exercício anterior;

11) O valor total da coluna dos Ingressos do Balanço Financeiro deve ser igual ao total da coluna dos Dispêndios;

12) O valor total da coluna do Ativo do Balanço Patrimonial deve ser igual ao total da coluna do Passivo e Patrimônio Líquido;

13) A Geração Líquida de Caixa e Equivalente de Caixa, deve ser igual ao valor apurado nos Fluxos das Atividades na Demonstração dos Fluxos de Caixa;

14) Despesas com recursos do FUNDEB equivalendo a 100,21%, sendo que os recursos do Fundo devem ser gastos no "exercício financeiro em que lhes forem creditado";

15) Registrar o valor da "Cota-Extra" do Fundo de Participação dos Municípios - FPM na conta de receita: 1.7.2.1.01.02.07 - Cota-Extra do FPM (EC nº 55/2007) assim como da Emenda Constitucional nº 84/2014;

16) Recolher o percentual estabelecido na legislação relativos aos valores devidos a Previdência Social da Contribuição Parte Patronal;

17) Observar os *Layout's* do SICAP/Contábil, para demonstrar a execução orçamentária, financeira, patrimonial e contábil;

18) A correção de saldos inconsistentes do exercício anterior deverá ocorrer no exercício atual à conta da Conta Contábil: Ajustes de Exercícios Anteriores (2.3.7.1.1.03...);

19) Conciliar valores entre a **Relação de Bens do Ativo Imobilizado** informado através do arquivo "Bem Ativo Imobilizado.xml" com os registros contábeis do **Balancete de Verificação** contas: 1231000000000000 (Bens Móveis), 1232000000000000 (Bens Imóveis) e 1238000000000000 (Depreciações) dentre outras informações necessários para apuração do **Ativo Imobilizado**;

20) Para fins da correta evidenciação dos Anexos I e II do **Balanço Orçamentário**, referentes a execução de **restos a pagar**, efetuem a conferência dos dados encaminhados por meio dos Arquivos: "Empenhos", "Liquidações" e "Pagamentos", referentes a exercícios anteriores, quando houver inscrições em exercícios anteriores;

21) Adotar procedimentos de controle e conferência de forma que o valor da geração líquida de caixa evidenciada na "**Demonstração dos Fluxos de Caixa**" seja consistente, e inclusive, coincida com a diferença entre saldos iniciais e finais da conta de caixa e equivalentes de caixa (1.1.1.1) expostos no final do demonstrativo;

22) Considerando que a **DVP** "Demonstração das Variações Patrimoniais" evidencia as variações qualitativas (Incorporação e Desincorporação de Ativos e Passivos) e quantitativas ocorridas no exercício, sejam elas aumentativas ou diminutivas, bem como o resultado patrimonial apurado no exercício, acompanhar e analisar os lançamentos e saldos contábeis registrados nas classes 3 (variações diminutivas) e 4 (variações aumentativas) e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária: (4.4.0.0.0.00.00.00.00.000 e 4.5.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Ativo; 4.6.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Passivo; 2.1.0.0.0.00.00.00.00.000 - Incorporação de Passivo e 2.2.0.0.0.00.00.00.00.000 e 2.3.0.0.0.00.00.00.00.000 - Desincorporação de Ativo), grupos utilizados para elaborar a demonstração;

23) Efetuar os registros contábeis de acordo com as novas metodologias determinadas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, de forma que o Balanço Patrimonial demonstre a situação patrimonial sob dois enfoques: O primeiro em obediência ao que determina a teoria contábil e o segundo, expresso de forma resumida, em cumprimento ao que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, que traz um viés orçamentário, dividindo os grupos em função da dependência ou não de autorização orçamentária;

24) Adotar medidas para que as informações relativas ao enfoque dado pela Lei Federal nº 4.320/64, evidencie o atributo de cada conta, se financeiro ou permanente. No exercício é necessário observar por meio do balancete, as marcações das contas na coluna do Indicador do Superávit Financeiro, sendo "F" de Financeiro e "P" de Permanente;

25) Efetuar os registros contábeis na classe 7 e 8, referente a controles inclusive de obrigações oriundas de contratos e convênios assinados, para que ao final do Demonstrativo "Balanço Patrimonial" no campo compensações sejam evidenciados os atos que possam vir a afetar o Patrimônio e as obrigações executadas e a executar;

26) Informar adequadamente os dados sobre os Créditos Adicionais através do arquivo "DecretoAlteraçãoOrçamentária.xml", encaminhado via SICAP/contábil, e adotar procedimento de controle para que estes estejam consistentes e em consonância com as alterações orçamentárias informadas nos arquivos Balancete de Verificação (contas do grupo 5.2 - Orçamento Aprovado) e Balancete da Despesa, o qual serve de subsídio para elaboração do Anexo 11); e,

8.2 determinar:

8.2.1 a publicação do Parecer Prévio no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, nos termos do art. 341, § 3º do Regimento Interno deste Tribunal, para que surta os efeitos legais necessários;

8.2.2 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório ao responsável para que tome conhecimento;

8.2.3 o encaminhamento de cópia do Parecer Prévio, Voto e Relatório à Quarta Diretoria de Controle Externo, para as providências quanto à alimentação do sistema MCE-SIOPS;

8.2.4 o encaminhamento dos presentes autos à Diretoria Geral de Controle Externo para anotações, em seguida à Coordenadoria de Protocolo Geral para remessa à Câmara Municipal de Palmeiras do Tocantins - TO, para as providências quanto ao julgamento das contas.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões em Palmas, Capital do Estado, aos dias do mês de novembro de 2015.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO - PRESIDENTE (A) / RELATOR (A)

Cargo: CONSELHEIRO (A) - Matricula: 240040

Código de Autenticação: b55353894f869b27590c8b8afef45202 - 11/11/2015 13:43:43

MARCIO FERREIRA BRITO - PROCURADOR (A) DE CONTAS

Cargo: PROCURADOR DE CONTAS - Matricula: 239908

Código de Autenticação: 6ec7033595c302c9a739ca90a6113a8c - 10/11/2015 17:42:23

MARCIO ALUIZIO MOREIRA GOMES - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO SUBSTITUTO - Matricula: 234192

Código de Autenticação: bb79a3de716ddef89bdd007a9fa3956a - 13/11/2015 17:26:59

JOSE RIBEIRO DA CONCEICAO - CONSELHEIRO(A) SUBSTITUTO(A)

Cargo: CONSELHEIRO - SUBSTITUTO - Matricula: 238406

Código de Autenticação: e117591e7effce1d419e20e43a629614 - 16/11/2015 13:57:24

9.VOTO

9.1. Considerando o detalhamento contido na instrução processual, apresento, a seguir, os aspectos mais relevantes das **Contas Anuais Consolidadas do Município de Carmolândia**, referente ao exercício financeiro de 2016, sob a responsabilidade do Sr. **Sebastião de Gois Barros**, Prefeito à época, submetidas à análise deste Tribunal de Contas em razão de sua competência Constitucional.

9.2. DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

9.2.1. Despesas com pessoal

9.2.1.1. O art. 169 da Constituição Federal de 1988 prevê que a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em Lei Complementar. Tal preceito constitucional foi regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, que fixou o limite dos Gastos com Pessoal e Encargos Sociais dos Municípios em 60% da receita corrente líquida.

9.2.1.2. Nesse sentido, cumpre destacar que no exercício de 2016 a despesa total com pessoal do Município de Carmolândia alcançou **53,60%** da receita corrente líquida, sendo que do referido percentual 50,16% corresponde ao gasto do Executivo, e, 3,44% refere-se à despesa do Poder Legislativo.

9.2.1.3. Desse modo, nota-se que a despesa total com pessoal, encontra-se, **em conformidade com o limite máximo estabelecido no inciso III, do art. 19**[4] da LRF.

9.2.1.4. Destaca-se, ainda, que da apreciação das contas a equipe técnica constatou a execução de outras despesas referentes a contratação de assessoria jurídica (R$ 169.390,70) e serviços contábeis (R$ 275.860,00), totalizando R$ 445.250,70, as quais, se incluídas no cálculo dos gastos com pessoal, impactaria significativamente na apuração do limite estabelecido na Lei Complementar nº 101/00.

9.2.1.5. Nesse sentido, no desdobramento da análise, é possível vislumbrar que o gestor incorreu, também, em duas irregularidades, quais sejam: terceirização de serviços de natureza essencial e permanente da administração pública; e classificação imprópria de despesa, visto que o lançamento contábil não foi efetuado na conta "Outras Despesas de Pessoal".

9.2.1.6. Ocorre que acerca desses pontos, este Tribunal de Contas definiu as seguintes teses, através das Consultas nº 812/2018 e nº 7601/2017:

> - os serviços prestados por advogados e contadores são serviços permanentes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, devendo, portanto, ser contabilizados como "despesas com pessoal", nos termos do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, a partir do exercício de 2021;
>
> - os Poderes Executivo e Legislativo têm até o exercício de 2021 para adequarem o Plano de Cargos e Salários no sentido da criação de vagas, bem como para realizarem concurso para tais cargos;
>
> - até 2021, o município está autorizado a contratar advogados por meio de inexigibilidade, desde que observados os seguintes requisitos: (i) inviabilidade da realização de concurso público; (ii) procedimento administrativo formal; (iii) natureza singular do serviço; (iv) notória especialização do profissional a ser contratado, de acordo com cada caso concreto (v) observação da "Tabela de Honorários Advocatícios"

[4] Art. 19. Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:
(...)
III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

– Resolução nº 004/2017 – OAB/TO; (vi) o Poder Executivo Municipal não deve fracionar a contratação dos serviços advocatícios, mas, sim, realizá-la em procedimento único, de modo que a prestação de serviços contratados contemple todos os órgãos e entidades do citado Poder; (vii) recomenda-se que entre os Poderes Executivo Municipal e Legislativo Municipal não deve haver a contratação do mesmo profissional ou escritório, com fundamento na autonomia e independência entre os poderes.

9.2.1.7. Assim, determino à atual gestão que adote providências com vistas a cumprir as determinações enumeradas nas precitadas Consultas e realize concurso público para a contratação dos mencionados serviços, posto que nas contas atinentes ao exercício de 2021 tais despesas serão incluídas no cômputo para fins de apuração do limite de gastos com pessoal.

9.2.2. Aplicação na Educação

9.2.2.1. Dispõe o art. 212 da Constituição Federal que o Município deve aplicar, anualmente, na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no mínimo, 25% da receita resultante de impostos e transferências.

9.2.2.2. Conforme o levantamento efetuado pela equipe técnica – com base nos dados fornecidos pela gestora através do SICAP –, as despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino em relação às receitas de impostos no período atingiram **28,80%**. Logo, constata-se que a municipalidade em questão **atendeu**, no exercício de 2016, o **índice constitucional**.

9.2.3. Aplicação no FUNDEB

9.2.3.1. No tocante ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, o preconizado no art. 22 da Lei 11.494/2007 determina que os municípios deverão aplicar pelo menos 60% (sessenta por cento) dos recursos anuais totais dos Fundos no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública. Desta maneira, do exame dos autos verifica-se que os recursos aplicados atingiram **68,94%**, **cumprindo o índice mínimo exigido** pela Lei.

9.2.3.2. Ademais, **ressalvo o apontamento** relativo à ausência de Parecer do Conselho do FUNDEB, quanto à aplicação dos recursos do MDE, tendo em vista que o município aplicou o percentual exigido na norma. Recomendo, em tempo, aos atuais membros do Conselho que se atentem aos respectivos deveres funcionais.

9.2.4. Aplicação na Saúde

9.2.4.1. Vislumbra-se nos autos que os recursos aplicados correspondem a **15,58%** das receitas originadas de impostos nas Ações e Serviços de Saúde. Portanto, **cumpriu-se o limite** mínimo de 15%, atendendo as disposições da Emenda Constitucional nº 29/2000 c/c ao art. 77, III, dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

9.2.4.2. Ressalvo a ausência do parecer do Conselho Municipal de Saúde, considerando o cumprimento do índice constitucional, ao passo que recomendo aos membros do Conselho que elaborem o aludido parecer.

9.2.5. Repasse ao Legislativo

9.2.5.1. De acordo com o Demonstrativo do Repasse ao Legislativo e Relatório de Análise de Prestação de Contas, o Poder Executivo efetuou repasse equivalente a R$ 498.844,44, referente ao duodécimo, o que corresponde a **6,88%** do somatório da receita tributária e das transferências previstas no §5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159 da CF/88, **observando**, portanto, **o que determina o artigo 29-A da CF**.

9.2.5.2. Com relação à divergência de R$ 41.570,37, por representar 0,42% do total das receitas geridas, é item que deve ser ressalvado, e recomendado ao atual gestor que envide esforços no sentido de efetuar a conferência dos dados consolidados, evitando assim incorrer em falhas de registros contábeis no período.

9.3. DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E PATRIMONIAL

9.3.1. Análise Orçamentária

9.3.1.1. A Lei Municipal nº 274/2015, que aprovou o Orçamento Geral do Município para o exercício de 2016, estimou as receitas e fixou as despesas na ordem de R$14.000.000,00 (quatorze milhões e quatrocentos mil reais), autorizando a abertura de créditos suplementares, limitados até 75% (setenta e cinco por cento) sobre o total da despesa nela fixada.

9.3.1.2. Conforme se depreende do Relatório de Análise, o orçamento inicialmente autorizado sofreu alterações no decorrer do exercício financeiro de 2016:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR R$	%
Orçamento Fixado	14.000.000,00	100%
(-) Reduções	6.745.204,79	48,18
Suplementação	6.872.434,79	49,09
Créditos Especiais e/ou Extraordinários	0,00	0,00
TOTAL	14.127.230,00	**100,91**

9.3.1.3. Nessa senda, verifica-se que o valor suplementado, R$ 6.872.434,79, corresponde a 49,09% das despesas fixadas, **de acordo** com o percentual estabelecido na LOA.

9.3.1.4. Todavia, é possível constatar a utilização de R$ 127.230,00 de verbas suplementadas sem indicação da origem dos recursos, o que nos revela a utilização de superávit do exercício pretérito indicado no Balanço Patrimonial. Contudo, é de se destacar que diante da ausência de documentos apresentados, que inviabilizaram conferir higidez às informações prestadas, relativas ao exercício de 2015, a partir do recálculo da situação patrimonial do ente, foi possível constatar, em verdade, a presença de déficit orçamentário na ordem de R$ 25.722,66. **Embora o achado tenha sido objeto de ressalva para o exercício passado, torna insubsistente o lançamento dos valores no exercício corrente.** Todavia, uma vez que o montante informado corresponde a 1,27% das Receitas Geridas pelo órgão, entendo ser o caso de ressalvar o achado, recomendando ao atual gestor que adote medidas para comprovar a correta evidenciação dos valores informados em seus informes contábeis.

9.3.1.5. Definido pelo art. 102 da Lei nº 4.320/64, o **Balanço Orçamentário** demonstra as receitas previstas e despesas fixadas em cotejo com as realizadas.

9.3.1.6. Do confronto das receitas realizadas (R$ 9.995.692,19), com as despesas empenhadas (R$ 10.120.986,14), verifica-se que em 2016 o Município obteve déficit na execução orçamentária de R$ 125.293,95. Observa-se, em tempo, que os exercícios de 2014 e 2015 foram igualmente deficitários. Contudo, assim como nas aferições pretéritas, **ressalvo** o déficit apurado, a luz do princípio da razoabilidade e proporcionalidade, haja vista a inexpressividade deste – representa 1,25% da receita gerida.

9.3.1.7. Quanto à análise do valor orçado, ao realizar o confronto entre a receita prevista, R$14.000.000,00, com a efetivamente realizada, R$ 9.995.692,19, vislumbra-se que o Município arrecadou 71,40% do valor do orçamento, **atendendo ao limite de 65%** descrito no item 3.3 do anexo da Instrução Normativa nº 02/2013.

9.3.1.8. Noutro giro, no que concerne aos tributos de competência exclusiva do município, verifica-se que não houve a efetiva arrecadação de IPTU (0,00%) e das Taxas (0,00%), bem como a arrecadação deficitária de ITBI (9,09%).

9.3.1.9. **Contudo, converto o apontamento em ressalva**, considerando que a arrecadação total do município apresentou resultado satisfatório, razão pela qual recomendo ao Gestor atual para que adote providências no sentido dar efetividade a arrecadação dos tributos de sua competência, em consonância com o disposto nos artigos 11, 13 e 58 da LC nº 101/00, advertindo que a reincidência, caso seja apurada, poderá ensejar a suspensão das transferências voluntárias para o ente, tal qual estipula o parágrafo único do art. 11 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a rejeição das contas.

9.3.1.10. Além disso, **recomendo** ao gestor atual que nos exercícios subsequentes planeje o orçamento, de acordo com o que determina o art. 30 da lei 4.320/64 e o art. 12 da LC 101/00, de modo que a estimativa da receita tome como base a evolução da arrecadação das receitas dos três últimos exercícios, o que não ocorreu em 2016.

9.3.2. Análise do Balanço Financeiro

9.3.2.1. O **Balanço Financeiro** demonstra as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra orçamentárias, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Ingressos	Valor R$	Dispêndios	Valor R$
Orçamentárias	9.995.692,19	Orçamentárias	10.120.986,14
Extra orçamentárias	1.797.712,78	Extra orçamentárias	1.586.872,13
Ajustes Financeiros	0,00	Ajustes Financeiros	0,00
Saldo do exercício anterior	632.928,22	Saldo p/ o exercício seguinte	718.474,92
Total	**12.426.333,19**	**Total**	**12.426.333,19**

9.3.2.2. Depreende-se que houve **consonância** entre o Saldo do Exercício anterior com o transportado para este exercício, bem como entre os ingressos e dispêndios, evidenciando o **fechamento regular** deste Demonstrativo.

9.3.3. Análise do Balanço Patrimonial

9.3.3.1. O **Balanço Patrimonial (BP)**, nos termos do art. 105 da Lei nº 4.320/64, demonstra a situação das contas que formam o Ativo e o Passivo de uma entidade federativa. O Ativo demonstra a parte dos bens e direitos, enquanto o Passivo representa os compromissos assumidos com terceiros (obrigações).

Ativo	Valores R$	Passivo	Valores R$
Ativo Circulante	718.474,92	Passivo Circulante	710.704,95
Ativo Não Circulante	1.781.495,67	Passivo Não Circulante	111.000,73
		Total do Passivo	**821.705,68**
		Patrimônio Líquido	1.678.264,91
Total do Ativo	**2.499.970,59**	**Total Geral**	**2.499.970,59**

Ativo	Valores R$	Passivo	Valores R$
Ativo Financeiro	718.474,92	Passivo Financeiro	710.705,11
Ativo Permanente	1.781.495,67	Passivo Permanente	111.000,73
Superávit Financeiro do exercício			7.769,81
Superávit Permanente do exercício			1.670.494,94
Saldo Patrimonial			1.678.264,75

9.3.3.2. Inicialmente, observa-se pequena variação de R$ 71,24 (setenta e um reais e vinte e quatro centavos) entre o Passivo Financeiro expresso no Anexo 14, com o valor da Dívida Flutuante constante no Anexo 17 que, todavia, inobstante a revelia dos responsáveis, deve ser ressalvado, tendo em vista sua baixíssima significância no contexto geral das contas apresentadas, por representar cerca de 0,0007% das receitas geridas pelo órgão.

9.3.3.3. Ainda sobre os valores que compõem o ativo, foi solicitado ao gestor à época a apresentação, novamente, dos extratos bancários, a fim de comprovar os valores lançados na conta "Caixa e Equivalente de Caixa", vez que a soma dos extratos enviados junto com a prestação de contas é de R$ 483.833,86 já no Balanço foi registrado R$ 718.474,92. Ademais, conforme conciliação bancária, não há pagamentos pendentes de conciliação, nem mesmo dinheiro em espécie na conta "*Caixa*".

9.3.3.4. Ante a revelia da responsável, não resta outra alternativa senão desconsiderar o valor de **R$ 718.474,92** e passar a adotar o montante de **R$ 483.833,86**, vez que foi devidamente comprovado através de documentos hábeis a demonstrar a existência do saldo.

9.3.3.5. Destarte, reitero o alerta aos responsáveis pela gestão, quanto a necessidade de fazer constar junto à prestação de contas todos os documentos, conciliações, extratos bancários e informações adicionais em notas explicativas, que confirmem os dados registrados na conta Caixa e Equivalente de Caixa, a fim de não comprometer a higidez dos registros realizados na contabilidade do Município. Recomendo, ainda, que nas próximas contas enviem todos os extratos bancários individualizados por conta em 31 (trinta e um) de dezembro, nos termos do inciso IV do art. 4º da Instrução Normativa nº 07/2013, a fim de que sejam considerados para o cômputo do superávit/déficit financeiro do exercício e que realizem rigorosa conferência dos documentos anexados com os lançamentos contábeis antes de enviá-los ao Tribunal.

9.3.3.6. Em relação à Dívida Flutuante, na análise do histórico dos últimos quatro exercícios do órgão, verifica-se que de 2011 a 2016 existem inconsistências nos valores, pois os saldos não estão sendo transportados corretamente. Tais achados, inclusive, foram objeto de ressalvas nas prestações de Contas Consolidadas anteriores, embora ensejassem o recálculo da posição patrimonial.

9.3.3.7. Além disso, consta no Passivo Permanente o reconhecimento de "Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo", de R$ 110.003,42, e "Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo", de R$997,31. O reconhecimento destas obrigações, direto nas contas patrimoniais, evidencia que essa despesa não passou pela fase de empenho, ou seja, pela fase orçamentária, e, dessa forma, não foi considerada no Balanço Orçamentário e Financeiro do exercício em que foram realizadas, influenciando no cômputo do superávit/déficit orçamentário e financeiro. Assim, verifica-se possível violação ao art. 60 da Lei 4.320/64, que veda a realização de despesas sem o prévio empenho.

9.3.3.8. Diante do exposto, observa-se a ocorrência de registros contábeis incorretos sobre fatos relevantes, que implicaram na inconsistência dos demonstrativos contábeis. Tais falhas, vem acontecendo reiterada/sistematicamente, consoante análise dos dados informados ao SICAP nos últimos exercícios. Entretanto, ficou evidenciado que o município adotou providências no que concerne ao saldo do Circulante, ainda que não as tenha consignado em Notas Explicativas, para a correção, uma vez que a transposição de tais valores vem se mantendo harmônicos desde 2014.

9.3.3.9. Todavia, com relação aos **Restos a Pagar Processados/Restos a Pagar não Processados, verifica-se uma divergência** de R$ 71,24 entre o "Saldo Atual de 2015" R$ 300.343,12, e o "Saldo Anterior de 2016" de R$ 300.414,36, valor este que já havia sido indicado no item 9.3.3.2 deste Voto, quando relatada variação entre o Passivo Financeiro expresso no Anexo 14, com o valor da Dívida Flutuante constante no Anexo 17 que, por ser valor ínfimo no contexto das contas, foi **objeto de ressalva**.

9.3.3.10. Destarte, **refazendo os cálculos**, considerando apenas os valores comprovados, conforme item 9.3.3.5 – R$ 483.833,86, temos um **Ativo Financeiro de mesmo valor**. Assim, confrontando-o com **o Passivo Financeiro de R$ 710.705,11**, o Município apresenta um **déficit financeiro de R$ 226.871,25** (vinte e cinco mil, setecentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos), que corresponde a 2,27% da receita gerida, qual converto em ressalva, levando-se em consideração a baixa relevância do valor em relação à movimentação dos recursos executados pelo Município, conforme entendimento desta Corte no voto condutor do Acordão nº 598/2013 – 1ª Câmara.

9.3.3.11. Dessa forma, calculando o **índice de Liquidez Imediata** (Disponibilidades - R$ 483.833,86/Passivo Circulante - R$ 710.704,95), afere-se que para cada R$1,00 de dívida o município possui R$ 0,58 disponível em caixas e bancos, para honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo, ou seja, inobstante os valores apresentados nos informes contábeis, o recálculo efetuado indica que não há liquidez do município para honrar com suas obrigações imediatas.

9.3.3.12. Igualmente, o cálculo do **índice de Liquidez Corrente** (Ativo Circulante – R$ 483.833,86/Passivo Circulante - R$ 710.704,95), ou seja, quanto o órgão poderá dispor em recursos a curto prazo para pagar suas dívidas circulantes, afere-se que para cada R$1,00 (um real) de dívida o município dispõe de R$ 0,58 de recursos para saldá-las. Noutras palavras, o recálculo efetuado indica que não há liquidez do município para honrar com suas obrigações mediatas.

9.3.3.13. Outrossim, nota-se que o valor residual dos ativos, após deduzidos os passivos, resultou em um **Patrimônio Líquido de R$1.678.264,91** (um milhão seiscentos e setenta e oito mil duzentos e sessenta e quatro reais e noventa e um centavos).

9.3.3.14. Observa-se, assim como já registrado no exercício anterior, a ausência de registro de crédito da dívida ativa no Balanço Patrimonial e Anexo 10, motivo pelo qual reitero a **recomendação** ao responsável que observe as disposições constantes no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e procedam com a correta evidenciação dos valores (inscrição, baixa, cancelamentos e ajuste para perdas) referentes à Dívida Ativa, a fim de se adequar às normas e resoluções pertinentes, mais especificamente à nova contabilidade aplicada ao setor público (NCAPS), desenvolvida pela Secretaria do Tesouro Nacional. Ademais, a metodologia utilizada e a memória de cálculo do ajuste para perdas deverão ser divulgadas em Notas Explicativas. Conforme se depreende do Voto condutor do Parecer Prévio nº 84/2014 – TCE-2ª Câmara, este item já foi objeto de ressalvas e recomendações por esta Corte de Contas. **Recomendo**, ainda, ao gestor atual que envide esforços no sentido de manter atualizado o cadastro de contribuintes, bem como promover as medidas adequadas com vistas a constituição e cobrança do crédito tributário e não tributário.

9.3.3.15. Com relação à ausência de registro contábil de Precatórios na contabilidade, assim como na Declaração emitida pelo Prefeito Municipal[5], divergindo das informações oriundas do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins que apontam saldo em Precatórios do Município de Carmolândia, entendo ser um apontamento passível de **ressalva**.

9.3.3.15.1. **Recomendo** à atual gestão, todavia, que inclua no orçamento do município verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1 de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente, nos termos do §5º art. 100 da CF/88. Além disso, os precatórios judiciários apresentados após a referida data deverão ser registrados no passivo patrimonial, embora não tenha suporte orçamentário, posto que a não contabilização de Precatórios ocasiona a subavaliação do Passivo Não Circulante e a distorção do Resultado Patrimonial do município, além de caracterizar descumprimento às normas legais.

9.3.3.15.2. Por fim, **recomendo** ao gestor que apresente Nota Explicativa ou ato normativo que indique as rotinas internas e procedimentos de controle do Poder Executivo que assegurem o cumprimento da ordem cronológica, bem como indique os beneficiários dos pagamentos efetuados.

[5] Ver link do item 6 da Prestação de Contas Consolidadas apresentadas.

9.3.4. Da Dívida Consolidada Líquida

9.3.4.1. A Dívida Consolidada ou Fundada é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, nos termos do art. 29, inciso I, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

9.3.4.2. Conforme anotado pela 2ª DICE, não há Dívida Consolidada Líquida, ou seja, o montante da dívida em longo prazo deduzindo os valores das disponibilidades financeiras e os restos a pagar processados, em relação à Receita Corrente Líquida atinge o percentual de **0,0%**, portanto, encontra-se **dentro do limite estabelecido** na Resolução do Senado Federal nº 40/2001, que fixa o limite de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes da Receita Corrente Líquida.

9.3.5. Da Análise Patrimonial

9.3.5.1. A **Demonstração das Variações Patrimoniais,** na forma do Anexo – 15, está expressa pelo art. 104 da Lei Federal nº 4.320/64, evidenciando as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício de 2016:

DEMOSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (R$)	
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	9.999.849,19
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	9.785.821.69
Resultado Patrimonial do Período	**214.027,50**

9.3.5.2. Conforme demonstrado acima, o Resultado Patrimonial do Período foi de **R$ 214.027,50**, evidenciando que as Variações Patrimoniais Aumentativas foram superiores às Demonstrações Diminutivas.

9.4. DEMAIS ITENS DA ANÁLISE

9.4.2. Observa-se que o responsável deixou de observar, assim como nas contas relativas ao exercício de 2015, aos preceitos das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT 16.6) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - (item 05.08.00), quanto à elaboração das Notas Explicativas.

9.4.3. Contudo, mantendo o entendimento já exarado na análise das Contas Consolidadas antecessoras, pondero que, no contexto apresentado nas presentes contas, estas serão objeto de **recomendação**, no sentido de que nas próximas prestações de contas o órgão inclua em notas explicativas os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, das informações de naturezas patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, física, social e de desempenho, e outros eventos **não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações**.

9.4.4. No que diz respeito ao **recolhimento das contribuições patronais**, no percentual de 1,26%, relacionado no Despacho nº 32/2018, **converto em ressalvas**, porquanto do exame das informações que compõem os autos, concluo que o conjunto probatório carece de outros documentos, tais como a GFIP dos outros órgãos e folha de pagamento, permitindo realizar o cruzamento das informações, haja vista que essa análise não é linear face a existência de outros fatores que interferem nos cálculos.

9.4.5. Desta maneira, a partir do já exposto, **recomendo** ao responsável que proceda com o levantamento das contribuições previdenciárias e patronais, e, caso apure recolhimento a menor, adote as providências previstas na legislação.

10. CONCLUSÃO

10.1. Finda a apreciação geral dos documentos apresentados e fundamentado na gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal havida no exercício, bem como nos reflexos dos saldos contábeis na composição dos resultados obtidos ao final do período analisado, posso concluir que os principais aspectos que balizam a presente decisão estão centrados nos seguintes pontos:

a) Cumprimento do disposto no artigo 169 da Constituição Federal, tendo em vista a aplicação de **53,60%** da receita corrente líquida em despesa total com pessoal, sendo 50,16% correspondente ao pessoal do Poder Executivo e 3,44% relativo às despesas do Poder Legislativo;

b) Cumprimento do disposto no artigo 212 da Constituição Federal, com a aplicação de **28,80%** das receitas oriundas de impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino no período;

c) Cumprimento do art. 22 da Lei 11.494/2007, ao aplicar o percentual de **68,94%** das receitas oriundas do FUNDEB no pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública;

d) Cumprimento do disposto no artigo 77, III, do ADCT da CF/88, ao aplicar **15,58%** das receitas originadas de impostos nas Ações e Serviços de Saúde;

e) Cumprimento do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, uma vez que o município efetuou repasse de **6,88%** para cobrir as despesas do Poder Legislativo Municipal;

f) Arrecadação municipal de 71,40 sobre a receita prevista, estando, portanto, acima do limite mínimo de 65%, conforme descrito no item 3.3 do anexo da Instrução Normativa nº 02/2013;

g) Existência de Patrimônio Líquido;

h) Superávit patrimonial.

10.2. Em contrapartida, avalio que a persistência das falhas relatadas nos itens 9.3.1.4 – utilização de verbas suplementares sem indicação de origem; 9.3.3.3 – Divergência entre o valor registrado no Balanço financeiro e a soma dos extratos bancários na conta "*Caixa e Equivalente de Caixa*"; 9.3.3.10 – Existência de Déficit Financeiro de baixa monta (2,27%); 9.3.3.11 e 9.3.3.12 – Índices de Liquidez Corrente e Imediata menor que 1,00 (um); 9.4.2 – Notas Explicativas não observaram os preceitos da NBCT 16.6 e do MCASP; 9.4.4 – Recolhimento das contribuições patronais no percentual de 1,26%, foram objeto de ressalvas e recomendações, em virtude de sua baixa potencialidade e expressividade no contexto geral das Contas Consolidadas apresentadas, não impactando na decisão final do presente Voto.

11. Ante o exposto, por tudo mais que dos autos consta, VOTO no sentido de que este Tribunal acate as providências abaixo mencionadas, adotando a presente decisão, sob a forma de **Parecer Prévio,** que ora submeto a deliberação desta Colenda Câmara, para:

11.1 Recomendar a **APROVAÇÃO** das Contas Anuais Consolidadas do **Município de Carmolândia - TO**, referentes ao exercício financeiro de 2016, sob a gestão do senhor **Sebastião de Gois Barros**, Prefeito à época, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 10, III e 103 da Lei nº 1.284/2001 c/c artigo 28 do Regimento Interno desta Corte de Contas.

11.2. Determinar ao Gestor atual que adote providências com vistas ao atendimento das **recomendações/determinações** a seguir:

a) Proceder a correta evidenciação dos valores destinados aos programas constantes na LOA e apresente o Relatório de Gestão com os dados financeiros e físicos da execução, em conformidade com o PPA, de modo a possibilitar um exame das políticas públicas desenvolvidas, evidenciando suas explicações para eventuais inexecuções/execuções insatisfatórias de programas, que serão objeto de ponderação por este TCE/TO, sob pena de tê-las caracterizadas como insatisfatórias;

b) Adotar providências no sentido de dar efetividade a arrecadação, em especial dos impostos de competência do município, em consonância com o disposto nos artigos 11, 13 e 58 da LC nº 101/00, tendo em vista que a não efetividade da arrecadação poderá ensejar a suspensão das transferências voluntárias para o ente, tal qual estipula o parágrafo único do art. 11 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como a rejeição das contas;

c) Planejar os orçamentos subsequentes, de acordo com o que determina o art. 30 da lei 4.320/64 e o art. 12 da LC 101/00, de modo que a estimativa da receita tome como base a evolução da arrecadação das receitas dos três últimos exercícios;

d) Realizar concurso público destinado à contratação de assessor jurídico, contador, médicos e demais profissionais da saúde, alertando que nas contas atinentes ao exercício de 2021 as despesas com a contratação desses profissionais, independentemente do vínculo estabelecido, deverão ser empenhadas no grupo de despesa 1 (um), classificada no elemento correspondente à Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional nº 163/2001 e somadas como despesas com pessoal, nos termos do artigo 18 da Lei de Responsabilidade Fiscal, e serão incluídas no cômputo para fins de apuração do limite de gastos com pessoal. Portanto, cabe ao Município adequar-se à metodologia, mesmo no período que perdurar a fase do concurso público;

e) Promover as correções necessárias e se certificar da fidedignidade dos dados antes da transmissão, de modo a evitar inconsistências nos registros contabilizados, proporcionando, assim, a padronização das informações contábeis alusivas aos recursos públicos destinados e aplicados na saúde, alertando-o que em ambos os sistemas a fidelidade e exatidão dos registros são de estrita responsabilidade de quem os presta;

f) Enviar juntamente com a 8ª remessa todos os extratos bancários individualizados por conta em 31 de dezembro, de todas as unidades que compõem a conta consolidada do município, nos termos do inciso IV art. 3º da Instrução Normativa TCE/TO nº 8, de 27 de novembro de 2013;

g) Evidenciar todo o patrimônio do Município no Balanço Patrimonial para que seja demonstrada a real situação do Municipal;

h) Incluir no orçamento do município verba necessária ao pagamento de seus débitos, oriundos de sentenças transitadas em julgado, constantes de precatórios judiciários apresentados até 1 de julho, fazendo-se o pagamento até o final do exercício seguinte, quando terão seus valores atualizados monetariamente, nos termos do §5º art. 100 da CF/88. Além disso, os precatórios judiciários apresentados após a referida data deverão ser registrados no passivo patrimonial;

i) Proceder o levantamento das contribuições previdenciárias e patronais, e, caso apure recolhimento a menor, adote as providências previstas na legislação;

j) Apresentar as notas Explicativas (NEs) contemplando os critérios utilizados quando da elaboração das demonstrações contábeis, acerca dos dados de natureza patrimonial, orçamentária, econômica, financeira, legal, entre outros, com o objetivo de adicionar informações não evidenciados nos demonstrativos, e ainda, em consonância com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBCT 16.6) e Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

k) Acompanhar a atuação dos conselhos municipais do FUNDEB e da Saúde, orientando-os a apresentar, periodicamente, os respectivos pareceres.

11.3. Determinar ao atual gestor e contador que procedam a retificação de lançamentos por meio de estorno, transferência e complementação, efetuando os ajustes decorrentes de omissões, erros de registros ou mudanças de critérios contábeis no exercício atual em consonância com o Plano de Contas Único, evidenciando em notas explicativas, com prova do registro contábil da informação correta.

11.4. Determinar a publicação deste Parecer no Boletim Oficial do Tribunal de Contas, na conformidade do artigo 341, §3°, do Regimento Interno, para que surta os efeitos legais necessários.

11.5. Determinar o encaminhamento de cópia do Relatório, Voto e Parecer Prévio ao Sr. Sebastião de Gois Barros, Prefeito à época, bem como ao atual gestor (a), para conhecimento.

11.6. Esclarecer que esta decisão não elide a competência desta Corte de Contas ao julgamento individualizado, quando do exame dos atos dos senhores Prefeitos, enquanto ordenadores de despesas.

11.7. Esclarecer à Câmara Municipal que, nos termos do artigo 107 da Lei Orgânica desta Casa, deverá ser encaminhada cópia do ato de julgamento das contas pela Câmara Municipal a esta Corte.

11.8. Determinar o encaminhamento do Relatório, Voto e Parecer Prévio à 2ª Diretoria de Controle Externo, objetivando a alimentação do sistema MCE-SIOPS, nos termos do Despacho nº 049310 - SEI/TCE-TO.

11.9. Após o trânsito em julgado, encaminhar os autos à Coordenadoria de Protocolo Geral para as providências de mister e envio dos autos à Câmara Municipal de Carmolândia, para julgamento.

Conselheiro ANDRÉ LUIZ DE MATOS GONÇALVES
RELATOR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

A(s) asssinatura(s) abaixo garante(m) a autenticidade/validade deste documento.

ANDRE LUIZ DE MATOS GONCALVES

Cargo: CONSELHEIRO CORREGEDOR - Matricula: 246455

Código de Autenticação: 2fe2076c0feba063591b051c3d7fcba1 - 14/08/2018 16:58:48